UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

JANAÍNA SIEGLER MARQUES BATISTA

**O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um
estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia**

Orientadora: Prof^a PhD. Irene Kazumi Miura

RIBEIRÃO PRETO
2009

Prof^a. Dra. Suely Vilela
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Dr. Rudinei Toneto Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão
Preto

Prof. Dr. André Lucirton Costa
Chefe do Departamento de Administração

JANAINA SIEGLER MARQUES BATISTA

O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia

Dissertação apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Administração de Organizações.

Orientadora: Prof^a Dra. Irene Kazumi Miura.

Ribeirão Preto
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Siegler, Janaína Marques Batista

O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia. Ribeirão Preto, 2009.

265 p.

Dissertação de Mestrado em Administração de Organizações, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Internacionalização do Ensino Superior.

Orientadora: Miura, Irene Kazumi.

1. Internacionalização. 2. Ensino superior. 3. Mobilidade acadêmica. 4. Estratégias de internacionalização.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Janaina Siegler Marques Batista

O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia

Dissertação apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Administração de Organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Irene Kazumi Miura

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus familiares, amigos e companheiros;
especialmente aos meus filhos Stéfano e Yara
e ao meu marido, Marco Aurélio pelo amor,
carinho e precioso apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer um, preciso agradecer à Irene. Pela paciência, compreensão, benevolência, mas acima de tudo pela seriedade e competência com que me tratou desde o início de tudo. Pela forma como me recebeu, pelas oportunidades que me deu e também pelos inúmeros puxões de orelha! Tenha certeza Irene que grande parte do esforço para tentar fazer um trabalho pelo menos razoável era acima de tudo por gratidão a você, obrigada mesmo! E, como dizemos aqui em Minas Gerais, ao final de um processo como este, existem duas notícias, uma boa e outra ruim: a boa é que este trabalho acabou, a ruim é que, se depender de mim, ainda virão muito outros pela frente!

Muitíssimo obrigada aos meus pais, meu marido e meus filhos; pois sem o apoio incondicional deles, certamente eu não estaria escrevendo essas linhas nesse momento.

Muito obrigada também a todos meus amigos, familiares e companheiros da Gakkai que sempre me apoiaram nos momentos em que precisei e me compreenderam nos momentos de ausência.

Muito obrigada a todos os que facilitaram e aos que também dificultaram esse trabalho, afinal um processo de crescimento é cheio de obstáculos em seu percurso.

Obrigada também a todos os professores e a todo o pessoal da FEARP-USP.

"International education exchange is the most significant current project designed to continue the process of humanizing mankind to the point, we would hope, that nations can learn to live in peace"

J. William Fulbright

“Um profissional da educação competente e humanista é aquele comprometido com a criação de valores humanos.”

Daisaku Ikeda

RESUMO

SIEGLER, J.M.B O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia. 2009. 265 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. 2009.

O mundo está ganhando novos contornos a partir da crescente globalização, do avanço dos meios de comunicação, da mobilidade dos meios de produção e da redução das barreiras nacionais em todas as áreas. A economia globalizada da atualidade, e que ganhou notoriedade no século XX, impacta diretamente no sistema acadêmico internacional, pressionando as universidades a se adaptarem frente a essas novas circunstâncias, no entanto, segundo Miura (2006, p.2) “somente nas últimas décadas, a internacionalização do ensino superior tem ganhado força nas discussões acadêmicas, tendo em vista os impactos da globalização na educação. De Witt (1998), destaca que a internacionalização é um processo e ao mesmo tempo uma resposta à globalização, mas não deve ser confundida com a globalização por ela mesma. Internacionalização inclui tanto aspectos locais como internacionais, ou seja, elementos interculturais e por isso, a formulação de estratégias e de políticas de internacionalização para nortear o planejamento da estruturação organizacional e apoio às ações como reforma curricular, pesquisas conjuntas, acordos internacionais, intercâmbio de estudantes e professores são pontos cruciais que definirão um processo sustentável de internacionalização da instituição. A pesquisa realizada para esse trabalho foi do tipo qualitativa, de natureza exploratória, utilizando como estratégia o estudo de caso e baseando-se nos roteiros de entrevistas propostos por Miura (2006). A análise dos resultados apresentados nesse estudo de caso da Universidade Federal de Uberlândia revelou que o processo de internacionalização da UFU iniciou-se por ações isoladas em unidades da faculdade de engenharia no início da década de 1980 e que, apesar do processo de internacionalização nessa IES ser bastante recente muitas ações já foram realizadas, especialmente nos últimos anos com a criação da Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais – ASDRI, o que levou a um aumento expressivo no número de acordos internacionais assinados e por consequência o aumento da mobilidade acadêmica, especialmente de alunos da graduação. A análise também sugere pontos importantes sobre as fragilidades e conseqüente ameaça para um processo sustentável de acordo com o círculo para a internacionalização proposto por Knight (1994). Na análise do modelo, foram percebidos pontos fortes (consciência e comprometimento); pontos em fase de desenvolvimento (análise do contexto, planejamento e operacionalização) e pontos frágeis (implementação, revisão, reforço e efeito da integração). Acredita-se que a definição de uma política formal explicitando o que é a internacionalização na sua missão e quais são as diretrizes para todas as unidades acadêmicas da UFU, possa direcionar esforços para que a internacionalização seja um processo auto-sustentável, contínuo e enraizado na cultura da instituição, fomentando o que Knight (1994) define com sendo a “cultura que encoraja a internacionalização”.

Palavras-chave: Internacionalização, ensino superior, mobilidade acadêmica, estratégias de internacionalização.

ABSTRACT

SIEGLER, J.M.B. The internationalization process of higher education institutions: a case study at the Federal University of Uberlandia. 2009. 265 p. Dissertation (Master's degree in Administration of Organizations) – University of Economy, Administration and Accounting of Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil. 2009.

The world is winning new outlines starting from to growing globalization, the advancement of media, the mobility of the means of production and the reduction of national barriers in all areas. The global economy of the present time, and which won notoriety in the twentieth century, impacts directly on international academic system, universities are pressing ahead to adapt to these new circumstances, however, according to Miura (2006, p.2) "only in recent decades, the internationalization of higher education has gained strength in academic discussions in view of the impacts of globalization in education. De Witt (1998), emphasizes that the internationalization is a process and at the same time an answer to globalization, but it should not be confused with globalization by itself. Internationalization includes as much local as international aspects, in other words, intercultural elements, and therefore, the formulation of strategies and policies to guide the planning for internationalization of the organizational structure and support for actions such as curriculum reform, joint research, international agreements, exchange of students and teachers are crucial points that define a sustainable process of internationalization of the institution. The research accomplished for that work was of the qualitative type, of exploratory nature, using as strategy the case study and basing on the itineraries of interviews proposed by Miura (2006). The analysis of the results presented in this case study of the Federal University of Uberlandia showed that the process of internationalization of UFU has been initiated by isolated actions in units of the college of engineering the beginning of the 1980s and that despite the process of internationalization that EIS be very many recent actions have been undertaken, especially in recent years with the creation of the International Consultanship Relationships - ASDRI, which led to a significant increase in the number of international agreements signed and therefore the increased academic mobility, especially of graduate students. The analysis also suggests important points about the weaknesses and the consequent threat to a sustainable process in accordance with the circle for the internationalization proposed by Knight (1994). In analyzing the model, were perceived strengths (conscience and commitment); points in development (analysis of the context, planning and operation) and weak points (implementation, review, and strengthening effect of integration). It is believed that the definition of a formal policy detailing what is to internationalization in their mission and what are the guidelines for all academic units of the UFU, can guide efforts for the internationalization process is a self-sustainable, continuous and embedded in culture of the institution, promoting what Knight (1994) defines as being the "culture that encourages the internationalization."

Keywords: Internationalization, higher education, academic mobility, internationalization strategies.

Lista de Figuras

Figura 1- Fluxograma das etapas do estudo.	31
Figura 2 - Referencial teórico abordado no estudo.....	33
Figura 3 - Círculo da Internacionalização.	68
Figura 4 - Círculo da Internacionalização - versão modificada por Knight (1994)	70
Figura 5 - Ações de internacionalização.....	71
Figura 6 - Parcerias: fatores relevantes, cuidados e alertas.	81
Figura 7- Elementos essenciais para o sucesso dos acordos de cooperação internacional entre as IES.....	82
Figura 8 – Linha do tempo da Assessoria de Relações Internacionais da UFU.....	148
Figura 9 – Principais ações de internacionalização promovidas pela UFU.	185
Figura 10 – Fragilidade no processo de internacionalização da UFU – segundo modelo de Knight (1994)	196

Lista de Tabelas

Tabela 1- Orçamento disponível por janelas geográficas disponibilizado pelo programa <i>Erasmus Mundus</i> para o ano letivo 2008-2009	95
Tabela 2- Principais mudanças do Programa Alfa	97
Tabela 3 – Número de contratos UFU de convênio internacional assinados por ano	166
Tabela 4 – Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional por ano.....	170
Tabela 5 - Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional seus respectivos cursos (por ano)	174
Tabela 6 - Número de alunos estrangeiros em mobilidade na UFU.....	175
Tabela 7 - Número de Docentes da UFU em mobilidade Internacional	176

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Proporção de respostas 526 instituições de 95 países – países	50
Gráfico 2 - Nível de prioridade da internacionalização para as IES.	51
Gráfico 3 - Principais razões para Internacionalização apontadas pelas IES	52
Gráfico 4 – Principais destinos dos estudantes intercambistas no Ensino Superior em 2006.	109
Gráfico 5 - Número de contratos UFU de convênios internacionais assinados ao longo dos últimos 26 anos	169
Gráfico 6 - Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional por ano.	171
Gráfico 7 - Proporção de participação dos cursos de graduação UFU na mobilidade discente,	173
Gráfico 8 - Número de contratos UFU de convênios internacionais assinados ao longo dos últimos 26 anos	186
Gráfico 9 - Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional por ano.	186

Lista de Quadros

Quadro 1 - Razões Emergentes - níveis nacional e institucional	56
Quadro 2 – Estratégias Organizacionais.....	63
Quadro 3 – Estratégias Organizacionais.....	64
Quadro 4 - Principais elementos de políticas e estratégias de internacionalização.....	65
Quadro 5 - Riscos e Benefícios da Internacionalização	83
Quadro 6- Países maiores exportadores de emigrantes com educação superior	85
Quadro 7 -Projetos Conjuntos dentro dos Programas da CAPES (2000)	101
Quadro 8 - Os 20 principais países de origem de estudantes estrangeiros para os Estados Unidos.....	107
Quadro 9 – Síntese das questões, fontes de dados e referencial teórico relacionadas aos objetivos específicos do trabalho.....	130
Quadro 10 - Relação dos professores entrevistados – Universidade Federal de Uberlândia (UFU).	139
Quadro 11 - Administração Superior (UFU).....	147
Quadro 12 – Convênios UFU de cooperação internacional	168
Quadro 13 – Mobilidade discente UFU por continente país	169
Quadro 14 - Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional nos últimos 11 anos seus respectivos cursos.....	172
Quadro 15 - Razões gerais do processo de internacionalização da UFU.	184
Quadro 16 – Estratégias organizacionais – UFU	189
Quadro 17– Estratégias programáticas – UFU	190
Quadro 18 – Metas de mobilidade interinstitucionais UFU a serem alcançadas com plano de expansão 2008-2012 – REUNI.....	200

Lista de Abreviaturas

AL – América Latina

ALBAN – Programa de Bolsas de Alto Nível da União Européia para a América Latina

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

AULA – Associação de Universidades Latino-Americanas

ASCUN - Associação Colombiana de Universidades

AUGM - Associação de Universidades Grupo Montevideu

ASDRI – Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRIA - Comissão de Relações Internacionais da Andifes

CRUB – Conselho de Reitores das Universidade Brasileiras

CSUCA - Conselho Superior das Universidades da América Central

DAAD – *Deutscher Akademischer Austausch Dienst*

EAAC – Escritório de Assuntos Acadêmicos Canadenses

EAIE – *European Association for International Education*

EFMD – *European Foundation for Management Development*

EESC – Escola de Engenharia de São Carlos

EHEA - *European Higher Education Area*

ERASMUS - European Community Action Scheme for the Mobility of University Students

EUA – *European Universities Association*

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

FAUBAI – Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

GATS – *General Agreement on Trade in Services*

IAU – *International Association of Universities*

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IMHE – *International Management in Higher Education*

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISI - *Institute for Scientific Information*

ME – Mobilidade Estudantil

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAFTA – *North América Free Trade Agreement*

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OECD – *Organisation for Economic Co-operation and Development*

OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos

OMS – Organização Mundial de Saúde

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIMA - Programa de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica

SICUE - Sistema de Intercâmbio entre Centros Universitários Espanhóis

SYLFF - *Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund*

UDUAL - União de Universidades da América Latina

UE - União Européia

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	OBJETIVO GERAL	26
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	27
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	33
2.1	INTERNACIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO	34
2.1.1	Contextualização	38
2.2	INTERNACIONALIZAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: ABORDAGENS, POLÍTICAS, RAZÕES, ESTRATÉGIAS E MODELOS.....	45
2.2.1	Internacionalização de IES: abordagens e políticas.....	45
2.2.2	Internacionalização de IES: razões.....	49
2.2.3	Internacionalização de IES: estratégias.....	62
2.2.4	Internacionalização de IES: modelos.....	66
2.3	INTERNACIONALIZAÇÃO DE IES: AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO	71
2.3.1	Cooperação Internacional.....	72
2.3.2	Acordos Institucionais.....	78
2.3.3	Benefícios e Riscos da Internacionalização	83
2.3.4	Programas de Mobilidade Acadêmica e Intercâmbio Docente e Discente	88
3	METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	111
3.1	ESTRATÉGIA DA PESQUISA DE CAMPO	114
3.1.1	Justificativa da escolha do estudo de caso para a pesquisa de campo	115
3.2	COMPONENTES DO PROJETO DA PESQUISA DE CAMPO	117
3.3	COMPOSIÇÃO DO RELATO DO ESTUDO DE CASO.	124
3.4	PROTOCOLO PARA O ESTUDO DE CASO.....	124
3.4.1	Visão geral do projeto: informações prévias, contexto e perspectivas.....	126
3.4.2	Procedimentos de campo.....	127
3.4.3	Questões do estudo de caso	128
3.4.4	Lógica que une as informações às proposições.....	129
3.4.5	CrITÉrios de interpretação dos resultados	129
3.4.6	Guia para o relatório do estudo de caso	131
3.5	LIMITAÇÕES DA ESTRATÉGIA DO ESTUDO DE CASO	132
3.6	ANÁLISE DE CONTEÚDO	133
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	138
4.1	ENTREVISTAS.....	138
4.1.1	Dados demográficos.....	139
4.2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	140
4.2.1	A Instituição de Ensino Superior Estudada: a Universidade Federal de Uberlândia (UFU).	141
4.2.2	O papel da ASDRI	147
4.3	INTERNACIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO NA UFU.....	152
4.4	RAZÕES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFU.	156
4.5	AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO PROMOVIDAS PELA UFU.....	158
4.6	POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFU	176
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	181
5.1	A DESCRIÇÃO DO CONTEXTO EM QUE A PESQUISA SE DESENVOLVE (ESTUDO DE CASO) - UFU.	181
5.2	ANÁLISE DAS RAZÕES QUE IMPULSIONAM AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	182
5.3	MAPEAMENTO DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFU.	185
5.4	POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO PRATICADAS PELA UFU	188
5.5	ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFU (MODELO DE KNIGHT - 1994)	191
5.6	OS NOVOS RUMOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFU	197
6	CONCLUSÕES	207
6.1	CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS	211
6.2	CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS	212
6.3	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	212

6.4	DIFICULDADES ENCONTRADAS NA PESQUISA DE CAMPO	213
6.5	RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	213
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215
	ANEXOS	225
	ANEXO A – UFU EM NÚMEROS	226
	ANEXO B – PLANO DE ESTUDOS.....	231
	ANEXO C - DIPLOMA DUPLO – ENGENHARIA MECÂNICA – UFU/INSA DE LYON-GMC	232
	ANEXO D – ESTATUTO DA UFU – TÍTULO I: DA INSTITUIÇÃO	244
	APÊNDICES.....	247
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REITOR	248
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSESSORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERINSTITUCIONAIS	251
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRÓ-REITORES	257
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENADORES E DIRETORES DE CURSOS	261
	APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSESSORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NOVA GESTÃO (2009-2012)	265

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O mundo está ganhando novos contornos a partir da crescente globalização, do avanço dos meios de comunicação, da mobilidade dos meios de produção e da redução das barreiras nacionais em todas as áreas e em todos os aspectos da tecnologia, política e especialmente na economia. A economia globalizada da atualidade, e que ganhou notoriedade no século XX, impacta diretamente no sistema acadêmico internacional, pressionando as universidades a se adaptarem frente a essas novas circunstâncias, no entanto, segundo Miura (2006, p.2) “somente nas últimas décadas, a internacionalização do ensino superior tem ganhado força nas discussões acadêmicas, tendo em vista os impactos da globalização na educação”.

De Witt (1998), destaca que a internacionalização é um processo e ao mesmo tempo uma resposta à globalização, mas não deve ser confundida com a globalização por ela mesma. Internacionalização inclui tanto aspectos locais como internacionais, ou seja, elementos interculturais.

Uma breve retrospectiva histórica nos mostra que a origem das Universidades tem forte influência internacional. Professores provenientes de várias partes do mundo foram recrutados para iniciar as primeiras atividades de ensino e pesquisa. Desta forma, pode-se dizer que a internacionalização é um processo que nos remete à análise das fundações das antigas Universidades de Paris e Bolonha no século XIII. Stallivieri (2004) lembra que o caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas européias; a formação dessas escolas chamadas *universitas*, contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países, apresentando, em sua constituição, comunidades internacionais, que se reuniam em busca de conhecimento.

Desde o começo do século XX as universidades estavam preocupadas com o desenvolvimento de programas internacionais visando o estabelecimento de projetos de pesquisa conjunta a fim de fortalecer as instituições. Este tradicional modelo de cooperação,

em muitos casos, não simétrico - absorção de conhecimento dos países do Norte - dominou a academia Brasileira especialmente entre os anos 30 e 60. Durante a década de 60 teve início a formalização dos acordos bilaterais com as Instituições de Ensino Superior (IES) estrangeiras objetivando a cooperação tecnológica e científica. Na década de 70 foram estabelecidos programas nacionais com a finalidade de apoiar as atividades de pesquisa para estudantes de pós-graduação no exterior, especialmente projetos de pesquisa conjunta (LAUS e MOROSINI, 2005).

A mesma economia globalizada que ganhou notoriedade no século XX tem trazido consequências para o sistema acadêmico internacional pela pressão de adaptação frente às novas circunstâncias. As universidades que sempre foram ambientes internacionais, de alguma forma, sofrem os impactos da globalização (MIURA, 2006).

De acordo com Stalivieri (2004), frente ao acelerado processo de internacionalização, especialmente nas últimas duas décadas, mais efetivamente nos níveis científico e tecnológico, as universidades buscam espaço diante desse novo panorama que se apresenta. Esse processo passa a ser até uma questão de sobrevivência, ou seja, torna-se necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras.

Em recente estudo sobre as publicações científicas acerca da internacionalização do ensino superior, Morosini (2006), ao revisar 163 publicações sobre internacionalização universitária, no período entre 2002 e 2005, identificou que o tema é reconhecido nas publicações dos EUA e da Europa, sendo percebida uma nítida tendência de crescimento de sua importância. A autora identificou dois períodos nos estudos,

- 1º. focado na conceituação dos termos globalização e internacionalização;
- 2º. voltado ao estudo das estratégias de internacionalização, normalmente com destaque para o campo do ensino e menos para a pesquisa.

De acordo com De Witt (1998), as expressões “globalização do ensino superior” e “educação internacional” também não devem ser usadas como sinônimos de internacionalização. O termo “educação internacional” transmite uma idéia de que a educação superior encontra-se num estágio de completa internacionalização. Da mesma forma, a expressão “globalização do ensino superior” não distingue a relação de causa e efeito entre os processos de internacionalização e globalização. A globalização pode ser considerada uma causa para o processo de internacionalização das IES, na medida em que gera uma demanda por profissionais melhor preparados para atuar em um ambiente internacional.

Ao longo das últimas décadas, muitas foram as mudanças na definição de internacionalização do ensino superior, considerando o papel das universidades na formação das sociedades, certamente esse é um movimento natural impulsionado especialmente pelo fato de que o fenômeno passou a ser estudado por mais pesquisadores em nível internacional (De Witt, 1995, 1998, 2000, 2002, 2004; Knight, 1993, 1994, 1995, 1997, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2008; Knight e de Witt, 1997; Van Der Wende, 1997; Altbach 2001, 2002, 2003, 2004 e 2007; Altbach e Knight, 2007 e 2008; Alon e McAlaster, 2008; Kerr, 1990) além de ter despertado também o interesse de pesquisadores brasileiros (Marcovitch, 1994; Miura, 2006; Morosini, 2006, Teles, 2005; Azevedo et al, 2005; Stallivieri, 2004) entre outros.

No início dos estudos acerca do tema, a ênfase era principalmente na abordagem sobre as atividades (cooperação internacional, relações acadêmicas internacionais e mobilidade de estudantes estrangeiros). A partir do final dos anos 1980, houve uma maior amplitude no estudo do fenômeno e ênfase na abordagem sobre os processos e no desenvolvimento de competências internacionais/interculturais devido ao crescimento do fenômeno da internacionalização: mobilidade acadêmica de estudantes, professores e pesquisadores;

crescimento no número de cursos, programas e qualificações com ênfase em temas internacionais e comparativos; entre outros (MIURA, 2006).

Assim, o fenômeno passou a ser estudado segundo uma *abordagem de processo*, ou seja, a internacionalização teria como objetivo integrar a dimensão internacional/intercultural ou global dentro das propostas e funções tradicionais da universidade (ensino, pesquisa, serviços), incluindo a oferta de programas educacionais de ensino superior (KNIGHT, 2004).

Em muitos casos na literatura específica, os termos globalização e internacionalização de ensino superior são usados como sinônimos. Assim, apesar de serem processos intimamente relacionados, é importante enfatizar a diferença e o relacionamento entre ambos.

Os dois termos carregam, em suas definições, valores diferenciados. Segundo Knight e De Witt, 1997, p.6), termo globalização define-se como “o fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, gente, valores e idéias, além das fronteiras. Afeta a cada país de uma maneira diferente devido à história individual de uma nação, as suas tradições, a sua cultura e a suas prioridades”.

Para o termo globalização, alguns elementos são essenciais no seu contexto, como: a sociedade do conhecimento, tecnologias de informação e comunicação, economia de mercado, liberalização comercial e trocas de estruturas de governo. Para efeitos didáticos, este trabalho adotará uma definição de globalização que seja adequada para a compreensão da internacionalização de ensino superior.

Segundo Altbach (2001), as universidades, além de fornecerem a formação e o treinamento dos recursos humanos requeridos pelas empresas, são responsáveis pela produção de pesquisas básicas e aplicadas que impulsionam a inovação em diferentes áreas do conhecimento, assumindo um papel central na sociedade do conhecimento do século XXI.

Morosini (2006) afirma que as características da educação estão intimamente imbricadas com o processo de globalização e que, por ser o conhecimento considerado como

um dos principais valores da economia nos dias atuais, a busca pela educação e certificação continuadas se faz presente. Isso se reflete num grande impacto no ensino superior, com a universidade adquirindo seu valor máximo.

Teles (2005) acredita que: “A internacionalização universitária representa o despertar de uma consciência para um novo perfil profissional necessário para atuar no mundo em rápida transformação, que lhe exige postura crítica com desenvoltura internacional.”

Portanto, a internacionalização contempla as políticas e programas específicos organizados em diferentes níveis: governos, instituições acadêmicas, e mesmo pela iniciativa individual de departamentos e instituições para se adaptar ou para explorar de forma criativa os desafios impostos pela globalização. O espaço para a criatividade parece estar nas mãos das instituições que devem escolher as melhores formas para se adaptar ao ambiente acadêmico internacional acomodando, desta forma, diferentes graus de autonomia e iniciativa (KNIGHT e de WITT, 1997; SCOTT,1998; DE WIT, 2002). Para tanto, a formulação de estratégias e de políticas de internacionalização - responsáveis pela estruturação das ações como reforma curricular, pesquisas conjuntas, acordos internacionais, intercâmbio de estudantes e professores - são pontos cruciais que definirão um processo sustentável de internacionalização da instituição.

Além de ser uma resposta à globalização, Miura (2006) indica outras razões que podem conduzir as instituições de ensino superior (IES) ao processo de internacionalização, a saber:

- razões políticas (busca pela paz e entendimento mútuo);
- razões econômicas (preocupação com a competitividade e crescimento econômico);
- razões sócio-culturais (expansão de valores morais e nacionais);
- razões acadêmicas (qualificação das pessoas para o mercado de trabalho, reputação da IES, qualidade do ensino, pesquisa e serviços, exposição cultural decorrente da mobilidade de estudantes e professores).

No que se refere às motivações para a internacionalização, Altbach e Knight (2007), acreditam que elas podem incluir vantagem comercial, conhecimento e aquisição de fluência em outros idiomas, melhorando assim o currículo com conteúdo internacional, além de muitas outras.

Uma das principais dificuldades encontradas no processo de pesquisa da Internacionalização do Ensino Superior é identificar um modelo de internacionalização no qual basear-se para avaliação dos processos em que se encontram as Instituições de Ensino Superior (IES) estudadas. Dentre os principais modelos de internacionalização referenciados pela literatura disponível sobre o assunto podemos citar o modelo processual e fractal de internacionalização de Rudzky (1998); o modelo de elementos para o desenvolvimento de uma estratégia de internacionalização em universidades de Davies (2001); o modelo NUFFIC para internacionalização da educação superior de Van der Wende (1997); e, finalmente, os modelos da Internacionalização propostos por Jane Knight (1993) e atualizado em 1994.

Knight não considera a internacionalização como um processo linear ou estático. Para demonstrar a idéia oposta, a autora desenvolve um modelo cuja estrutura baseia-se num ciclo contínuo de avaliação e aprimoramento. A autora identifica diferentes etapas do processo numa tentativa de integração da dimensão internacional na cultura e no sistema da universidade. Na versão atualizada, Knight (1994) reformula a versão original, agregando em seu modelo os fatores considerados por Van der Wende (1997) referentes à análise do contexto, implementação e efeitos da integração. Nesse modelo atualizado, a autora insere o efeito da integração no centro do modelo, além das conexões de todas as etapas. Uma explicação para esta disposição pode ser encontrada nas argumentações de De Witt (2002, p.137).

É possível ver a internacionalização como uma estratégia em si mesma, sem a preocupação deliberada e consciente de integrá-la no ensino, pesquisa e funções de serviços da instituição. Em muitos casos assume-se que a internacionalização tem um efeito de integração, porém, ela não é primariamente julgada sobre quais efeitos, mas sobre seu próprio mérito.

Ao afirmar que em muitas instituições, a internacionalização é vista como um fim em si mesmo, ou seja, não há intenção planejada de integração da dimensão internacional nas atividades de ensino e pesquisa, De Witt (2002), enfatiza a necessidade de, em todas as etapas, sejam consideradas as ligações entre o nível institucional e o departamento. Acrescenta ainda que os modelos existentes na literatura assumem muita homogeneidade entre as disciplinas e campos acadêmicos e, desta forma, subestimam as “diferenças nas abordagens, razões e estratégias”.

Desta forma, considerando a internacionalização do ensino superior um processo complexo e, partindo da premissa de que as razões, abordagens e estratégias de internacionalização ocorrem de forma diferenciada em cada IES, surge a seguinte *pergunta de pesquisa*:

- i) Quais são as ações e estratégias que efetivamente têm levado à internacionalização da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)?

Esta pergunta de pesquisa pretende dar respostas às seguintes *questões do pesquisador* e que vão nortear os objetivos específicos deste trabalho:

- a) Quais são os propósitos/razões que levam a instituição ao processo de internacionalização?
- b) Quais as principais ações e estratégias de internacionalização em níveis organizacionais e programáticos usadas?
- c) Como está o processo de internacionalização da UFU, considerando o modelo proposto por Knight (1994)?

Portanto, os *objetivos geral e específico* do estudo serão descritos na sequência:

1.1 **Objetivo geral**

Com base na pergunta de pesquisa, este estudo tem como objetivo geral:

- i) Analisar as ações de internacionalização promovidas pela UFU, considerando as estratégias organizacionais e programáticas adotadas pela instituição.

1.2 Objetivos específicos

Complementando o objetivo geral deste estudo surgem os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever o contexto em que a pesquisa se desenvolve (estudo de caso);
- b) analisar as razões que impulsionam ao processo de internacionalização;
- c) mapear as ações de internacionalização e as estratégias organizacionais e programáticas;
- d) analisar o processo de internacionalização da UFU com base no modelo de Knight (1994).

Devido ao pouco conhecimento sobre o fenômeno na Universidade Federal de Uberlândia e pela necessidade de aprofundamento do tema, optou-se pela realização de estudo exploratório, utilizando-se o protocolo de estudo de caso (YIN, 2005) e como base, optou-se por replicar parte do estudo realizado por Miura (2006), num estudo de caso sobre a internacionalização da Universidade de São Paulo. O protocolo de Yin (2005) para a elaboração de estudos de caso foi utilizado para nortear e fornecer o rigor necessário à pesquisa de campo. Com base no referencial teórico, e no trabalho de Miura (2006) foram elaborados roteiros de entrevistas (apêndices) com perguntas semi-estruturadas para cada ator do processo de internacionalização (reitoria, pró-reitorias de graduação e de pós-graduação e pesquisa; diretor de unidades, chefe de departamento, coordenadores de programas de pós-graduação e graduação, diretoria da Assessoria de Relações Internacionais - ASDRI).

A escolha da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como objeto de estudo desse trabalho, deu-se com base na importância e representatividade dessa instituição na região de sua abrangência

Com sede na cidade de Uberlândia/MG, a UFU é o principal centro de referência em Ciência e Tecnologia de uma ampla região do Brasil que engloba o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o noroeste e partes do norte de Minas, o sul e o sudoeste de Goiás, o norte de São Paulo e o leste do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. Neste âmbito, polariza a oferta de vagas e de cursos de graduação e pós-graduação, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão e responde, em grande medida, pela formação dos quadros profissionais das IES recém criadas na cidade e seu entorno, bem como pela formação continuada de docentes das redes de ensino da Educação Básica e Profissional (Site UFU, 2008).

Uberlândia conta atualmente com aproximadamente 15 (quinze) IES particulares, e uma pública, a UFU. A UFU é a maior universidade pública federal do interior de Minas Gerais. Ela possui 3 (três) campi em Uberlândia (Umuarama, Santa Mônica e Educação Física); além do Campus do Pontal, na cidade de Ituiutaba.

No que se refere à mobilidade intra e interinstitucional, o Programa de Mobilidade Acadêmica gerenciados pela Assessoria de Relações Internacionais (ASDRI) tem grande aceitação entre os graduandos da UFU, os quais manifestam crescente interesse em dele participar. Por seu lado, docentes e coordenadores de curso reconhecem e se entusiasmam com o programa, pois percebem o impacto positivo que traz aos cursos e à formação discente. Os convênios internacionais estão firmados com Universidades dos cinco continentes, cobrindo praticamente todas as áreas do conhecimento.

De acordo com o Plano de Expansão 2008-2012 (REUNI, 2007), naquela data a UFU possuía 87 (oitenta e sete) convênios assinados com instituições localizadas em vinte países. Os dirigentes daquela instituição acreditam que, a formalização, por meio de convênios e protocolos, das relações internacionais e interinstitucionais estabelecidas entre a UFU e outras universidades e centros de pesquisa, situados no âmbito nacional e internacional, possibilita contatos entre alunos, professores e pesquisadores de diferentes instituições, gerando

pesquisas e publicações coletivas e, principalmente, permite a intensificação dos laços de cooperação e amizade imprescindíveis para o crescimento e o aprimoramento institucional.

De acordo com o site institucional, ao final do ano de 2007, eram aproximadamente 200 (duzentos) alunos da UFU em mobilidade internacional em países da América Central, da América do Norte e da Europa. Os registros indicam que foram recebidos, até 2007, mais de 150 (cento e cinquenta) estudantes estrangeiros, oriundos da América Central, América do Norte, da América do Sul, Europa e África, possibilitando-se, assim, a convivência e o aprendizado de seus alunos com estudantes dos cinco continentes.

O avanço da UFU nesse tópico da mobilidade é expressivo; mas, “apesar das conquistas alcançadas, algumas dificuldades precisam ser superadas” (REUNI, 2007, p.64). Assim, visando permitir um aprofundamento acerca do estudo do fenômeno da internacionalização do ensino superior na Universidade Federal de Uberlândia e, assim contribuir para seu fortalecimento e expansão, é que esse trabalho foi proposto.

Didaticamente este trabalho apresenta a seguinte divisão: o *primeiro capítulo*, a introdução, apresenta e contextualiza o problema de pesquisa, enuncia o objetivo geral e os objetivos específicos, além de resumir as etapas do trabalho fornecendo, desta forma, uma visão geral da obra ao leitor. O *segundo capítulo* aborda o referencial teórico necessário para atingir aos objetivos estipulados nesse trabalho, os principais assuntos estudados foram: Internacionalização e Globalização; Internacionalização do Ensino Superior (definições, abordagens, razões, estratégias e modelos); Ações de Internacionalização (cooperação internacional, acordos institucionais, programas de mobilidade acadêmica docente e discente e benefícios e riscos da internacionalização). O *terceiro capítulo* refere-se aos procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa de campo. Trata-se da explicação das etapas da execução da pesquisa de campo necessárias para a compreensão deste trabalho e para nortear futuras pesquisas. O *quarto capítulo* apresenta os resultados obtidos na pesquisa de campo – a

elaboração do estudo de caso. O *quinto capítulo* apresenta as análises condensadas dos resultados da pesquisa de campo e, finalmente o *último capítulo* dessa dissertação retrata as considerações finais e contribuições da pesquisa, apresentando também as limitações do estudo, dificuldades encontradas na pesquisa de campo e recomendações para futuras pesquisas.

Para facilitar a visão completa do estudo ao leitor e dar ênfase à relevância dos conceitos para o tema, a figura 1 fornece um fluxograma explicativo sobre as etapas do estudo.

Figura 1- Fluxograma das etapas do estudo.

Fonte: Autora.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Visando o atendimento dos objetivos propostos é necessária uma visão ampla sobre os conceitos que envolvem o processo de Internacionalização e suas conseqüências para as Instituições de Ensino Superior (IES). Os seguintes conceitos foram abordados: Internacionalização e Globalização; Internacionalização do Ensino Superior (definições, abordagens, razões, estratégias e modelos); Ações de Internacionalização (parcerias internacionais e ensino). A

Figura 2 tem o propósito de oferecer uma visão geral do referencial teórico abordado.

Figura 2 - Referencial teórico abordado no estudo.

Fonte: Autora.

2.1 INTERNACIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

A partir dos novos contornos mundiais resultantes da crescente globalização em todos os aspectos da tecnologia, política e especialmente na economia globalizada como a que se vive na atualidade, e que ganhou notoriedade no século XX, vários impactos são notados no sistema acadêmico internacional, pressionando as universidades a se adaptarem frente a essas novas circunstâncias, no entanto, segundo Miura (2006, p.2) “somente nas últimas décadas, a internacionalização do ensino superior tem ganhado força nas discussões acadêmicas, tendo em vista os impactos da globalização na educação”.

Dizer que globalização já é uma realidade, tanto nos negócios quanto nas Universidades, torna-se quase um clichê (ALON e McALASTER, 2008). Esses autores acreditam que cabe às IES enfrentarem essa nova realidade global e responder a ela adequadamente; isto significa que elas têm, por um lado, a responsabilidade de preparar seus estudantes para uma realidade globalizada e, por outro, e a necessidade de entregar programas competitivos que se ajustem ao que o mercado procura.

Alon & Higgins (2005) acreditam que competência global é uma condição prévia para sucesso de liderança global, e que os estudantes precisam estar ativamente engajados nesse processo de globalização, uma vez que as habilidades de liderança no século XXI estarão diretamente ligadas à forma como esses novos líderes atuam nesse novo ambiente global.

Nesse período histórico, ditado por um forte ritmo de mudanças tecnológicas e de alta exigência na formação profissional, é natural que a educação também passe a responder às demandas de internacionalização para oferecer um ensino de melhor qualidade (RABOCH e DOMINGUES, 2008).

O tema internacionalização da educação tem sido central em discussões e debates no Brasil e no mundo. Segundo Oliveira (2007), o foco desta discussão tem centrado as discussões na constatação de que não há mais fronteiras para a educação, pois os avanços na

área educacional e na área tecnológica promovem mudanças que vêm definindo os rumos da humanidade ao mesmo tempo em que novas relações e modelos estão se configurando entre os países e entre as instituições educacionais, que oportunizam intercâmbios econômicos, sociais e educacionais.

MOROSINI (2006), alerta para o fato que a produção científica sobre educação superior vinha apresentando tendências de relacionar globalização e educação. Segundo DeWit (1998, p.1) a internacionalização “é um processo e ao mesmo tempo uma resposta à globalização, mas não deve ser confundida com a globalização por ela mesma. Internacionalização inclui tanto aspectos locais como internacionais, ou seja, elementos interculturais.”

Muitos conceitos têm surgido sobre este termo e conceito. Até então, o mais utilizado nos anos oitenta definia internacionalização como atividades internacionais, trocas de experiências e investigações científicas entre países (OLIVEIRA, 2007)

Mais tarde, novos conceitos surgiram, apesar do termo não ser novo e ter sido mencionado por Arum e Van de Water (1992, p. 202) como “múltiplas atividades, programas e serviços que caem dentro dos estudos internacionais, intercâmbio educativo internacional e cooperação técnica”. Para Van der Wende (1997, p.18) a definição obteve um entendimento mais amplo do ponto de vista do meio ambiente externo. Para o autor, internacionalização é “qualquer esforço sistemático encaminhado a fazer que a educação superior responda aos requerimentos e desafios relacionados com a globalização das sociedades, da economia e dos mercados”.

Em 2003, Knight (2003, p. 2) propõe uma definição mais neutra e prática sobre o termo internacionalização, pois o entende como “processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global com o objetivo, as funções ou o oferecimento do ensino pós-secundário”. Para a autora, ainda o processo de internacionalização é com frequência uma

resposta *ad hoc* (de reação) e fragmentada ao número de oportunidades internacionais disponíveis.

Constantemente, confundem-se os termos internacionalização e globalização, como se fossem sinônimos. Porém, os dois termos carregam, em suas definições, valores diferenciados. Segundo Knight e De Witt (1997, p.6) o termo globalização define-se como “o fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, gente, valores e idéias, além das fronteiras”. Para o termo globalização, alguns elementos são essenciais no seu contexto, como: a sociedade do conhecimento, tecnologias de informação e comunicação, economia de mercado, liberalização comercial e trocas de estruturas de governo.

A globalização afeta a economia de cada país de modo diferente devido à sua história, tradições, cultura e fatores ambientais que, conseqüentemente tem inúmeros efeitos sobre a educação (...) “a internacionalização está mudando o mundo da educação e a globalização está mudando o mundo da internacionalização” (KNIGHT, 2004, p.5).

De fato, diante da confusão entre globalização e internacionalização, Miura (2006, p.14), afirma que muitos pesquisadores têm evitado o uso do termo ‘globalização da educação’. Em resumo, os dois termos não devem ser usados como sinônimos nem tampouco de forma intercambiável, é importante distinguir que a *globalização é apresentada como um processo que exerce impactos sobre a internacionalização do ensino superior*.

Harman (2004) sugere que apesar da imprecisão na definição, o termo internacionalização é freqüentemente usado para referir-se a um ou uma combinação das seguintes atividades:

- o movimento internacional de estudantes e professores entre países;
- a internacionalização curricular do ensino superior;
- reconhecimento da educação superior e qualificação de programas de pesquisa em níveis bilaterais, regionais e internacionais.

Miura (2006, p. 14), acredita que “a globalização pode ser considerada uma causa para o processo de internacionalização das IES, ou seja, a globalização gera uma demanda por profissionais melhor preparados para atuar em um ambiente internacional.”

As pesquisas sobre a dimensão internacional do ensino superior expandiram-se substancialmente nos últimos anos e têm demonstrado que o processo de internacionalização das IES tornou-se claramente mais multidimensional e multifacetado ao mesmo tempo que se amplia o leque temático, as disciplinas e temas de pesquisas; contribuindo assim para, que as formas de ensino e pesquisa tornem-se mais amplos. Como resultado de tudo isso, as pesquisas sobre a internacionalização tornaram-se mais fortemente interligadas com pesquisas sobre outros temas, um fato que reflete a crescente integração dos aspectos internacionais do ensino superior (De WITT e ADAMS, 2008).

Em recente estudo sobre as publicações científicas acerca da internacionalização do ensino superior, Morosini (2006), ao revisar 163 publicações sobre internacionalização universitária, no período entre 2002 e 2005, identificou que o tema é reconhecido nas publicações dos EUA e da Europa, sendo percebida uma nítida tendência de crescimento de sua importância. A autora identificou dois períodos nos estudos,

- 1º. focado na conceituação dos termos globalização e internacionalização;
- 2º. voltado ao estudo das estratégias de internacionalização, normalmente com destaque para o campo do ensino e menos para a pesquisa.

Apesar do crescimento das pesquisas e publicações a cerca do tema, a internacionalização das IES, não é um fenômeno recente na história mundial e regional; assim, o próximo tópico trata dessas abordagens para permitir uma melhor contextualização do termo ao longo da história.

2.1.1 Contextualização

No que se refere à contextualização histórica da internacionalização, uma breve retrospectiva evidencia que a origem das Universidades tem forte influência internacional. Professores provenientes de várias partes do mundo foram recrutados para iniciar as primeiras atividades de ensino e pesquisa. Desta forma, pode-se dizer que a internacionalização é um processo que nos remete à análise das fundações das antigas Universidades de Paris e Bolonha no século XIII. Stallivieri (2004) lembra que o caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas européias; a formação dessas escolas chamadas *universitas*, contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países, apresentando, em sua constituição, comunidades internacionais, que se reuniam em busca de conhecimento.

Sobrinho (2005) explica que a universidade é a mais duradoura e contínua de todas as instituições em seus nove séculos de existência, devido a duas características contraditórias: a tendência a resistir às mudanças, mas ao mesmo tempo sua grande flexibilidade e capacidade de adaptação às demandas, transformando-se e pensando o futuro.

No entanto, a economia globalizada do século XXI trouxe consequências para o sistema acadêmico internacional que tem sido pressionado para adaptar-se às novas circunstâncias. As universidades que sempre foram ambientes internacionais, de alguma forma, sofrem os impactos da globalização (MIURA, 2006). Relativo a esse processo, Stallivieri (2004, p. 15) afirma:

Diante do acelerado processo de internacionalização, especialmente nas últimas duas décadas, mais efetivamente nos níveis científico e tecnológico, as universidades passam, a buscar espaço diante desse novo panorama que se apresenta. Trata-se até de uma questão de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores IES nacionais e estrangeiras.

Geográfica e economicamente, desde o final da II Guerra Mundial até a década de 80, os Estados Unidos nortearam os modelos de mobilidade internacional, sendo visto como o

principal pólo de atração de estudantes internacionais. As razões baseavam-se em: alta qualidade em vários campos da educação de ensino superior, oferecimento de programas acadêmicos incluindo cursos para pós-graduação, oportunidade para imigração e carreira acadêmica, disponibilidade de bolsas, divulgação comercial mais agressiva dos programas de educação superior de instituições americanas, excelentes serviços de apoio para estudantes estrangeiros, o uso da língua inglesa como meio de comunicação acadêmica e a influência global exercida pelos Estados Unidos.

Porém, este quadro tem sofrido mudanças devido ao aumento significativo dos valores das taxas de admissão nas universidades americanas e diminuição dos recursos federais para a internacionalização (MIURA, 2006, p.17).

Em termos gerais, o tema internacionalização da educação superior surge no Brasil nos anos 90 quando se explicita por parte da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal do Nível Superior) a necessidade do estabelecimento de padrões internacionais para a avaliação das atividades de pós-graduação e pesquisa desenvolvidas pelas Instituições Públicas. Em um sistema fortemente regulamentado e centralizado, o processo de internacionalização se inicia de maneira induzida e em atenção às prioridades do Estado e se concretiza com uma ação concertada entre o governo e as instituições em busca da criação de massa crítica para impulsionar o desenvolvimento nacional (LAUS, 2004).

Na história recente, é possível perceber que durante os últimos anos um grande esforço tem sido empreendido para estabelecer uma prática de colaboração e reconhecimento mútuo entre as diversas comunidades universitárias. Em 1998, a Conferência Mundial sobre Educação Superior convocada pela UNESCO assumiu que a cooperação e o intercâmbio internacionais são mecanismos decisivos para promover a educação superior em todo o mundo e proclamou um conjunto de princípios e ações para fomentar a educação superior como um bem público. Ainda em 1998, a Declaração da Sorbonne instituiu as bases para a

criação de um Espaço Europeu de Educação Superior. No ano seguinte, ministros de vinte e nove estados europeus subscreveram a chamada Declaração de Bolonha (1999), onde assumiram como objetivos o estabelecimento, até 2010, de um espaço europeu de educação superior coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de outros países. Estes compromissos, ratificados posteriormente em Praga (2001) e em Berlim (2003), serviram para concretizar a Europa das Universidades e representam, sem dúvida, uma das pedras angulares sobre as quais terá que ser construída a identidade européia (FAUBAI, 2004).

No espaço ibero-americano percebe-se uma identidade própria construída ao longo de um processo histórico, cultural e social, permeado por inúmeras crises e incertezas, mas ao mesmo tempo, repleto de possibilidades abertas ao futuro. Como é possível perceber na seguinte declaração (FAUBAI, 2004, p.1):

A construção de um espaço comum de educação superior neste âmbito constitui, antes de tudo, um bem social que se sustenta em valores compartilhados e se nutre deles, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da educação e do progresso científico e tecnológico no desenvolvimento integral, equitativo e justo das nossas sociedades. A educação superior não é uma mercadoria, mas um bem público que contribui para a melhora da equidade e da qualidade de vida dos cidadãos, e a existência prévia de uma identidade ibero-americana deve servir como estímulo para reforçar a cooperação entre as instituições de educação superior européias e latino-americanas visando atingir esse objetivo.

Em Junho de 1999, a Declaração do Rio de Janeiro impulsionou, nos seus artigos 54, 61 e 63, a criação de um espaço comum de ensino superior da União Européia, América Latina e Caribe (UEALC), que começou a ser projetado na Conferência de Ministros de Educação celebrada em Paris em Novembro de 2000. A Comissão de Seguimento desta Conferência elaborou o Plano de Ação 2002-2004 para a construção do citado espaço comum, que foi aprovado na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Madri, em Maio de 2002.

A construção de um espaço comum de educação superior UEALC, bem como os objetivos perseguidos pelo Plano de Ação 2002-2004 e pela Declaração de Lima sobre

Cooperação Universitária Ibero-americana de 2001, e os princípios que inspiraram a criação do Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB), continuam sendo válidos para o futuro. De acordo com esse conselho, o fomento da mobilidade, o conhecimento recíproco dos sistemas de avaliação nacionais e a procura da qualidade são ainda objetivos conseguidos com desigual êxito e profundidade. A melhora dos programas destinados a potenciar a mobilidade ou o desenvolvimento de critérios homólogos para a avaliação da qualidade são, com certeza, necessidades prioritárias.

No Brasil, desde o começo do século XX as universidades estavam preocupadas com o desenvolvimento de programas internacionais visando o estabelecimento de projetos de pesquisa conjunta a fim de fortalecer as instituições. Este tradicional modelo de cooperação, em muitos casos, não simétrico - absorção de conhecimento dos países do Norte - dominou a academia Brasileira especialmente entre os anos 30 e 60. Durante a década de 60 teve início a formalização dos acordos bilaterais com as Instituições de Ensino Superior (IES) estrangeiras objetivando a cooperação tecnológica e científica¹. Na década de 70 foram estabelecidos programas nacionais com a finalidade de apoiar as atividades de pesquisa para estudantes de pós-graduação no exterior, especialmente projetos de pesquisa conjunta (LAUS e MOROSINI, 2005).

É incontestável o fato da influência econômica nos processos de internacionalização recente das IES, mas é importante ressaltar que muitas nações acreditam que as relações internacionais são foco para a geração de novos conhecimentos. A partir disso, muitos problemas globais como a geração de novas fontes de energia, a instabilidade climática, a falta de água, a poluição desenfreada e a falta de recursos sustentáveis podem ser resolvidas com as relações estabelecidas entre os países. Tal situação indica aos governos e às

¹ Acordos assinados com a República Federal da Alemanha (1963), Dinamarca (1966), França (1967), Portugal (1967), Suíça (1969), Japão (1971) e Holanda (1971). (LESSA, 2002)

instituições a necessidade do compromisso no estabelecimento e no estreitamento da dimensão internacional com maior urgência e seriedade (OLIVEIRA, 2007).

A tendência do estreitamento das relações internacionais entre países e instituições conduz ao repensar de novas formas de relações extramuros que envolvem maior desenvolvimento em tecnologias de informática e de comunicação, maior mobilidade das pessoas, de capital, de idéias, de conhecimento e de tecnologia, como também uma maior liberdade de comércio por meio de acordos comerciais bilaterais e multilaterais.

É possível acreditar que o interesse das IES neste panorama, seja o de ampliar as suas capacidades como promotoras de novos conhecimentos, isto requer recrutar estudantes de outros países com capacidade acentuada e com condições de melhorar qualitativamente o nível de pesquisa e de ensino das universidades e dos interesses internos de cada país. Existe também o interesse de preparar esses estudantes academicamente para que retornem aos seus países e para que sejam capazes de melhorar as condições de vida e da qualidade acadêmica de suas regiões de origem. Essas estratégias estão no centro dos acordos entre países que desenvolvem cooperação entre si, relações bilaterais, relações internacionais e regionais.

Complementando esse pensamento, Sguissardi (2005) esclarece que seria ingenuidade pensar que a globalização ficaria restrita ao âmbito econômico-financeiro; que não envolvesse de modo abrangente e incisivo os campos sociais, da cultura, da ciência, do conhecimento. Sendo que, uma das principais características da fase atual do modo de produção é a transformação do saber científico em mercadoria capital, justificando o epíteto para a sociedade moderna de sociedade do conhecimento.

A educação superior se coloca como instituição chave na economia globalizada. “As instituições de educação superior têm tido historicamente um papel destacado no desenvolvimento dos países, no avanço dos conhecimentos e no fortalecimento da economia” (SOBRINHO, 2005, p.78).

A internacionalização está provando ser uma ferramenta útil para ajudar as instituições a fixar pontos de referência e sair com soluções inovadoras em relação à gerência, a academia e à investigação. Esta segue sendo outra forma em que a internacionalização pode ajudar a fortalecer a qualidade das instituições de educação superior e as funções primordiais do ensino, da aprendizagem e do serviço (KNIGHT, 2005).

Reiterando essa convicção e referindo-se ao Processo de Bolonha; Azevedo *et al* (2007, p. 4) afirmam que “a vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem medir-se pela atração que sua cultura exerce sobre os outros países”.

Segundo Altbach e Knight (2007, p. 290), as motivações para a internacionalização podem incluir vantagem comercial, conhecimento e aquisição de fluência em outros idiomas, melhorando assim o currículo com conteúdo internacional, além de muitas outras.

Dentre os benefícios que encorajam a crescente internacionalização das instituições de ensino superior pode-se citar:

- um modelo acadêmico comum que seja compatível mundialmente;
- um aumento considerável no mercado global acadêmico para estudantes e professores;
- o uso do inglês internacionalmente não somente para a divulgação de pesquisa, mas também para ensino;
- importância da educação a distância e o uso da internet para ensino e pesquisa;
- a tendência entre as instituições de ensino de realizar parcerias com instituições em outros países;
- a criação de campus ‘*offshore*’ e o *franchising* de programas educacionais;
- a harmonização de estruturas de créditos, cursos e mecanismos de avaliação e mensuração do progresso acadêmico.

Todos os elementos citados anteriormente impulsionam o ensino superior para uma postura internacional. Porém, há muitos **fatores que inibem** o processo de internacionalização, tais como:

- falta de recursos financeiros;

- pressões para atender necessidades locais imediatas (acesso de estudantes de baixa renda às universidades);
- postura conservadora de parte dos acadêmicos e outros envolvidos na administração das universidades;
- o receio de perder as tradições acadêmicas locais ou nacionais

Além dos problemas inerentes ao processo de internacionalização:

- dificuldades na avaliação de programas e iniciativas internacionais;
- dominação da maioria dos projetos ou intercâmbios internacionais pelas nações industrializadas

Segundo Altbach (2001), a educação superior tornou-se um importante setor da sociedade no século passado e tem firmado o seu crescimento na atualidade caracterizando o que os autores denominam de o “século do conhecimento”.

Drabenstott (2008, p.1) acredita ainda que em virtude das profundas alterações no desenvolvimento econômico geradas pela globalização, as universidades tornam-se fatores de sucesso cada vez mais importantes para as empresas, regiões e países; por serem consideradas os “motores da inovação”.

Para uma melhor compreensão dos diversos aspectos envolvidos no processo de internacionalização das IES, no próximo capítulo serão estudadas as principais abordagens, razões, estratégias e modelos de internacionalização.

2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: ABORDAGENS, POLÍTICAS, RAZÕES, ESTRATÉGIAS E MODELOS.

“Internationalization is changing the world of higher education, and globalization is changing the world of internationalization.”

Jane Knight

2.2.1 Internacionalização de IES: abordagens e políticas

Diferentemente das discussões sobre os conceitos de internacionalização, as noções de abordagens são introduzidas para descrever e avaliar a maneira como a internacionalização está sendo implementada por países e instituições.

Miura (2006), esclarece que a abordagem reflete os valores, prioridades e ações que são adotadas durante o processo de promoção e implementação da internacionalização.

Knight (2004), acredita que não exista a abordagem correta. Segundo a autora, abordagens não são fixas nem excludentes, ou seja, podem ser mutáveis dependendo dos diferentes estágios de desenvolvimento e, muitas vezes várias abordagens podem estar sendo utilizadas simultaneamente por instituições ou países (MIURA, 2006, p. 34).

De Witt e Knight, apresentaram quatro abordagens em 1997 que têm sido utilizadas por diversos autores (QIANG, 2003; CALLAN, 2000) com pouca ou nenhuma variação na sua tipologia e que são descritas na seqüência:

- i) abordagem baseada em atividades (*activity approach*): concebe a dimensão internacional em termos de atividades ou programas específicos, tais como: reformulação curricular, intercâmbios de estudantes e professores, assistência técnica e recepção de estudantes internacionais. Lembrando que a *Activity approach* foi utilizada como sinônimo de educação internacional nos anos 70 e 80.
- ii) abordagem baseada em competências (*competency approach*): compreende o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores nos estudantes, professores e pessoal administrativo, tornando-os mais conscientes das diferenças culturais e

preparando-os à exposição internacional. A questão principal desta abordagem é como a geração e transferência de conhecimento podem auxiliar a desenvolver tais competências no público envolvido com a educação superior. Neste sentido, o desenvolvimento de programas e currículos internacionais não é uma mudança sem objetivos claros, mas um meio através do qual desenvolvem-se as competências para o mercado de trabalho internacional.

- iii) abordagem cultural (*ethos approach*): relaciona-se com as teorias de Desenvolvimento Organizacional que discutem a criação de uma cultura (valores, normas, crenças) ou clima organizacional para apoiar a implementação de um determinado quadro de princípios e objetivos (SCHEIN, 1987). Esta abordagem enfatiza o caráter imprescindível da criação de uma cultura organizacional que valorize as perspectivas e iniciativas internacionais e interculturais (Bartell, 2003).
- iv) abordagem de processo ou estratégica (*process approach*): focaliza a sustentabilidade da dimensão internacional. A ênfase recai tanto nos aspectos organizacionais quanto nas políticas e procedimentos relacionados à integração da dimensão internacional/intercultural no ensino, pesquisa e serviços prestados pela instituição. Portanto, incorpora vários elementos das abordagens anteriores, centrando-se no desenvolvimento de uma estratégia integrada que incorpore atividades e resultados.

Complementando as abordagens tradicionais descritas anteriormente de acordo com a reformulação que realiza no conceito de internacionalização, Knight (2004) assume diferentes políticas em diferentes níveis (nacional, setorial e institucional), para atender aos desafios impostos pela internacionalização.

Vale ressaltar que a abordagem para internacionalização no âmbito nacional/setorial pode ser subdividida em:

- a) programática: refere-se ao oferecimento de programas que facilitam a inserção da educação superior nas atividades internacionais (mobilidade de estudantes e professores, pesquisa, etc);
- b) de razões (*racionales*): focalizam os motivos pelos quais as universidades buscam a internacionalização;
- c) *ad hoc*: o modo específico como as universidades respondem às oportunidades de internacionalização;
- d) política: trata das políticas de internacionalização que estão inseridas nas dimensões de ensino, pesquisa e serviços e;
- e) estratégica: corresponde a uma dimensão estratégica adotada pela nação a fim de atingir as suas prioridades domésticas e internacionais.

No que tange ao âmbito institucional, a abordagem para internacionalização pode ser subdividida em:

- a) abordagem de atividades, relacionando-se com as diversas ações ligadas à dimensão internacional (mobilidade de estudantes e professores, desenvolvimento de pesquisas e projetos, etc);
- b) abordagem de resultados, aborda os resultados esperados pela instituição de ensino no sentido de aumentar o número de acordos internacionais, aquisição de competências interculturais por estudantes diante da necessidade de exposição cultural;
- c) abordagem de razões, aborda as razões primordiais que direcionam a instituição para a dimensão internacional;
- d) abordagem processual, refere-se à integração da dimensão internacional no ensino, aprendizagem e serviços prestados pela instituição;

- e) abordagem interna (*at home*), focaliza a necessidade de criação de uma cultura organizacional para dar suporte à implementação das políticas de internacionalização da universidade e;
- f) abordagem externa ou trans-fronteiras (*cross-border*), preocupação com as formas de relação com outros países, ou seja, como ocorrem as novas formas de oferta de programas educacionais (educação à distância), e como ocorrem os diferentes tipos de acordos administrativos (*franchising* – empréstimo do nome de instituições para oferecer programas internacionais; *twinning* – oferecimento de dupla certificação; e *branch campuses* – instalação de parte do campus fora do país).

No contexto das políticas de internacionalização da educação superior fazem parte a própria tradição universitária de parcerias e vários tipos de cooperação objetivando aumentar a qualidade acadêmica e a relevância social da educação superior.

A internacionalização universitária tem sido ao longo dos tempos resultado de colaboração acadêmica buscando o avanço da ciência e da educação. Por razões históricas e culturais, os mercados e os projetos políticos diferem muito uns dos outros, resultando com isso, diferentes sistemas e instituições de educação superior, facilitando assim, as estratégias da cooperação universitária, cativando a internacionalização para os objetivos de benefícios econômicos.

Nesse sentido a internacionalização da educação superior é fundada na idéia do valor universal do conhecimento e da formação e expressa pelas diversas formas de cooperação entre instituições, pesquisadores, professores e estudantes.

As instituições de educação superior não existem para preparar os novos conquistadores do mundo, mas fundamentalmente para formar cidadãos. “Se as universidades não estão preparadas para ensinar isso, nenhum espanto se a injustiça, a violência, a guerra

permaneçam no futuro as formas naturais de comportamento dos humanos.” (PETRELLA, 2003, p 148).

2.2.2 Internacionalização de IES: razões

Como já abordado em tópicos anteriores, a internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento e razões (motivos) impulsionadoras de tal processo. Como exemplo pode-se citar a educação internacional, uma atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e a internacionalização da educação superior, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior (MOROSINI, 2006).

Altbach (2002) adverte que as corporações multinacionais, conglomerados de mídia e até as grandes universidades são os novos neocolonialistas – procurando o domínio não só por razões políticas e ideológicas, mas preferencialmente por objetivos comerciais. Entretanto, o resultado deste domínio é muito similar: perda de autonomia intelectual e cultural por aqueles que são os menos poderosos. Colaboração acadêmica, troca intelectual e internacionalização são subordinadas à maior missão da empresa – lucro. O mundo está se movendo na direção de internacionalizar educação superior usando as energias da academia e respondendo às necessidades do mercado.

Razões também podem ser interpretadas como os motivos da incorporação da dimensão internacional pelas IES em suas atividades. Miura (2006) sugere que as razões devem responder, por exemplo, às perguntas que se seguem: Por que a internacionalização é um fenômeno em ascensão? Por que as instituições de ensino superior, os governos nacionais,

os órgãos internacionais e o setor privado estão envolvidos nas atividades de internacionalização das IES?

Sabendo que diferentes motivos (razões), podem levar as IES ao processo de internacionalização, pois diferentes motivos levam a diferentes meios usados pelas IES e, conseqüentemente a diferentes resultados esperados, a *International Association of Universities* (IAU) realiza pesquisas periódicas que oferecem alguns dados sobre as atividades de internacionalização em universidades ao redor do globo e que trazem informações bastante relevantes. Nesse trabalho são utilizados dados dos relatórios publicados em 2003 e em 2006.

No IAU Survey Report 2003, a pesquisa foi realizada apenas com membros daquela instituição, já no IAU Survey Report 2006 foram pesquisadas IES de todo o mundo, bem como instituições em níveis nacionais e regionais. A pesquisa tornou-se então mais ampla, envolvendo 526 (quinhentos e vinte e seis) instituições de 95 (noventa e cinco) países, cuja distribuição pode ser observada no gráfico 1. Foram utilizadas também algumas das mesmas questões do primeiro questionário, a fim de manter uma linha de base de dados e para acompanhar possíveis mudanças nos cenários. Novos temas também foram incluídos em resposta às próprias manifestações das IES.

Gráfico 1- Proporção de respostas 526 instituições de 95 países – países
Fonte: IAU *Survey Report* (2006)

Tantos os relatórios do IAU (2003) quanto o IAU (2006), revelaram que além do elevado grau de prioridade da internacionalização, 75% (2003) e 73% (2006), conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Nível de prioridade da internacionalização para as IES.
Fonte: IAU *Survey Report* (2006)

As universidades (nível institucional) atribuíram doze principais motivos para tal engajamento, como listados abaixo:

1. mobilidade e intercâmbio para estudantes e professores;
2. colaboração no ensino e pesquisa;
3. padrões acadêmicos e de qualidade;
4. projetos de pesquisa;
5. cooperação e auxílio em desenvolvimento;
6. desenvolvimento curricular;
7. compreensão internacional e intercultural;
8. promoção e visibilidade da instituição;
9. fonte de diversidade de professores e estudantes;
10. questões regionais e de integração;

11. recrutamento internacional de estudantes;

12. diversidade de rendimentos.

As seis razões mais importantes referiam-se ao aspecto académico (mobilidade e intercâmbio de estudantes e professores, colaboração no ensino e pesquisa, padrões académicos e de qualidade, projetos de pesquisa, cooperação e auxílio em desenvolvimento, desenvolvimento de currículo); enquanto as últimas seis referiam-se a aspectos sócio-culturais, políticos e económicos (entendimento internacional e intercultural, promoção e visibilidade da instituição, diversidade de estudantes e professores, questões regionais e integração, recrutamento internacional de estudantes e diversidade de geração de renda). Cabe lembrar que esta classificação foi obtida no nível institucional e que o grau de importância das razões poderia sofrer variações caso fosse analisado o nível nacional: governo, ministérios, agências de fomento (MIURA, 2006).

A pesquisa IAU de 2006 revela uma diversidade de metas, razões, estratégias, além de um novo cenário geográfico, práticas e modelos. O gráfico 3 ilustra as principais razões para internacionalização apontadas pelas IES.

Gráfico 3 - Principais razões para Internacionalização apontadas pelas IES
Fonte: IAU *Survey Report* (2006)

No que se refere ao quesito qualidade, Polak (2007), acredita que a mesma seja um alvo móvel e que não existe ainda uma unanimidade sobre o que definiria ou seria garantia de qualidade e que, essa seria um resultado determinado por uma combinação complexa de inter-relações e diversas variáveis. A autora acredita que qualidade é um problema global, mas necessita abordagens locais para que possa ser avaliada e mensurada.

No relatório IAU 2006, a internacionalização pode ser considerada necessária para a melhoria da qualidade, mas é importante que seja definida e mensurada de maneira diferente, de acordo com contexto institucional e de missão e abordagem.

Sobre a expectativa de que a internacionalização do ensino superior poderia significar uma melhoria da qualidade da educação, o relatório traz as seguintes possibilidades:

- Qualidade de ensino – oportunidades de mobilidade, melhoria no conteúdo curricular e na escolha de programas e cursos de línguas; apoio internacional, além da ampla e rica miscelânea do corpo estudantil;
- Qualidade de pesquisa - melhoria da capacidade da massa crítica, perícia complementar, melhor acesso ao campus, laboratórios e equipamentos, além do acesso aos recursos adicionais, exposição, etc.
- Qualidade dos serviços– melhoria da capacidade para responder melhor às necessidades da sociedade, potencial para consultorias internacionais, ampliação das redes de contato para projetos internacionais e cooperação para o desenvolvimento.

Knight e De Wit (1995) identificaram inicialmente dois grandes grupos de razões: econômicas e políticas; culturais e educacionais. Entretanto, em anos posteriores subdividiram-nos em 4 (quatro) categorias:

1. política;
2. econômica;
3. sócio-cultural;

4. acadêmica.

Para cada uma destas categorias, De Wit (2000) acrescentou diferentes subcategorias, a saber:

1. política (política externa, segurança nacional, assistência técnica ou cooperação para desenvolvimento, paz e entendimento mútuo, identidade nacional, identidade regional);
2. econômica (competitividade e crescimento econômico, mercado de trabalho, demanda nacional por educação, incentivos financeiros para instituições e governos);
3. sócio-cultural e;
4. acadêmica (prover uma dimensão internacional para pesquisa e ensino, extensão do horizonte acadêmico, construção da instituição, reputação/*status*, melhoria da qualidade e padrões acadêmicos internacionais).

Analisando tais razões, o autor afirma que há uma diversidade de grupos de *stakeholders* (governo, setor privado, setor educacional) envolvidos com a educação superior e que as razões entre e dentro dos próprios grupos podem ser modificadas com o tempo além de terem hierarquia de prioridades diferentes.

De Witt (2000) acredita ser importante se considerar diferentes razões para a internacionalização. Para ilustrar, segue a composição dos diferentes grupos de *stakeholders* e alguns exemplos de mudanças nas razões no setor nacional: governo (entidades regionais – ex. União Européia e organismos internacionais – ex. Nações Unidas); setor privado (companhias multinacionais, fundações e companhias locais e nacionais) e setor educacional (nível institucional, os acadêmicos e seus departamentos e os estudantes).

Como um outro exemplo de mudanças nas razões, os Estados Unidos mudaram a razão política, ou seja, mudaram especificamente a busca da ‘paz e entendimento mútuo’

(motivado pelo período das grandes guerras mundiais) para a busca de ‘segurança nacional’ (durante o período da Guerra Fria).

Vale citar também a Austrália, que mudou de uma razão focada na ‘cooperação para o desenvolvimento’ para ‘negócio’, ou seja, a educação superior é vista como uma *commodity* para exportação. Miura (2006, p. 41) sintetiza:

(...) as razões não obrigatoriamente têm que coincidir entre os *stakeholders*, a razão de desenvolvimento pessoal para um estudante é diferente da razão por segurança nacional para o setor de governo que é diferente do argumento apresentado pelo mercado de trabalho para uma companhia privada ou multinacional.

Para esse trabalho serão consideradas as análises de Knight (2004) sobre as categorias anteriormente apresentadas, em acordo com De Wit (2002) que não distingue a importância da análise das razões nos níveis nacional e institucional e como a universidade é o foco deste trabalho, a análise do nível institucional terá como base a classificação de Knight (2004).

A autora introduz uma nova categoria que reconhece a importância que as instituições estão colocando na força do nome (*branding*), ou seja, no desenvolvimento de uma forte reputação internacional visando propósitos acadêmicos, econômicos, sociais ou políticos. O interesse crescente no reconhecimento internacional para manter uma posição de vantagem competitiva tem levado muitas instituições a buscar uma certificação ou garantia da qualidade dos seus serviços por organismos de acreditação internacionais. No entanto, tais organismos devem ser analisados com cuidado em relação à sua reputação e ao grau de confiabilidade.

Dentro do nível institucional, Knight (2004) agrega a importância da reputação internacional, além de desenvolver novas razões (reputação internacional, geração de receita, desenvolvimento de estudantes e corpo administrativo, alianças estratégicas e produção do conhecimento) que não se encaixariam na antiga classificação dos quatro grupos (política, econômica, sócio-cultural e acadêmica).

No nível nacional as novas razões emergentes são: desenvolvimento de recursos humanos; alianças estratégicas; transações comerciais; construção da nação e desenvolvimento social/cultural (Quadro 1). As quatro primeiras razões do nível nacional estão ligadas às antigas categorias denominadas razões políticas e econômicas.

Quadro 1 - Razões Emergentes - níveis nacional e institucional
 Fonte: Autora, adaptado de Knight (2004).

Para esclarecer um pouco melhor o significado de cada uma das razões citadas no quadro 1, nos níveis nacional e institucionais segue a explicação individualizada.

Razões Emergentes no Nível Nacional

Desenvolvimento de recursos humanos: o poder do cérebro

Como evidenciado por Shelp (2008), há sinais evidentes de interesse pelo recrutamento de estudantes e professores de outros países para aumentar as competitividades econômica, tecnológica e científica de um país.

Nove em cada dez migrantes qualificados têm como destino algum país rico. Apesar do número impressionante, a demanda ainda supera fartamente a oferta, o que acirra a disputa por talentos. Os países importadores buscam

não apenas cientistas, mas uma variedade de profissões com formação universitária, de engenheiros a gerentes de vendas.

Entre as principais estratégias de recrutamento estão incentivos e políticas de imigração que facilitam a entrada e mobilidade deste tipo de capital intelectual. Outro ponto importante é o aumento da inserção da dimensão internacional no ensino e na pesquisa nas IES preparando os estudantes e acadêmicos para efetivamente contribuir com o país pela busca da efetividade. Uma pesquisa realizada em 27 países pela Manpower, empresa de recrutamento e seleção com sede nos Estados Unidos, divulgada em Junho de 2008, mostrou que os trabalhadores qualificados têm maior disposição para viver no exterior. Quase 90% dos profissionais com mestrado topariam mudar de país se surgisse uma oportunidade de carreira, contra 62% daqueles com nível educacional inferior ao ensino médio (SHELP, 2008).

A necessidade de entendimento intercultural e desenvolvimento de habilidades pessoais, profissionais e de cidadania são outros fatores que têm ganhado reconhecimento para melhorar as interações entre diferentes culturas.

Alianças estratégicas

Através da mobilidade de estudantes e acadêmicos, são desenvolvidas alianças estratégicas que, aliadas às iniciativas de ensino e pesquisa em conjunto, são consideradas um meio produtivo para desenvolver laços geopolíticos e relações econômicas bilaterais ou regionais para ganhar competitividade. Este é um exemplo de mudança de alianças com propósitos culturais para propósitos econômicos.

Transações Comerciais

Sem dúvida nenhuma, nos últimos anos, muita atenção tem sido dada aos aspectos comerciais relacionados à oferta de educação ‘trans-fronteira’ (*cross-border*). Estes aspectos

se relacionam aos novos tipos de acordos como as franquias de IES, campus localizado no exterior, oferta on-line de programas educacionais e aumento no recrutamento de estudantes que pagam taxas para as universidades. Aliado a estes interesses, o GATS (*General Agreement on Trade and Services*) incorporou a educação como um de seus 12 setores de serviços, o que vem demonstrar que a importação e exportação de programas educacionais estão se tornando uma área de negócio lucrativa. Tais acordos de comércio regional ou internacional são importantes por fornecer novas regulamentações que auxiliarão na diminuição das barreiras, aumentando conseqüentemente as transações comerciais na área da educação.

Construção da Nação

O desenvolvimento de projetos de pesquisa internacionais que visam ao desenvolvimento da cooperação técnica tem sido considerado essencial para a construção de uma nação que se encontra privada de infra-estrutura física e de pessoal, assim como carente de recursos financeiros para fornecer ensino superior de qualidade aos seus cidadãos (MIURA, 2006).

Desenvolvimento Cultural e Social

Esta razão relaciona-se com a necessidade de compreensão intercultural e da promoção da identidade cultural. Há um entendimento geral de que as razões sócio-culturais têm menor importância quando comparadas com as razões políticas e econômicas. Porém, deve-se questionar se o peso maior para estas razões sociais e culturais não seria mais valorizado no nível institucional ao invés de no nível nacional.

Razões Emergentes no Nível Institucional

Reputação e visibilidade internacional

Com um melhor reconhecimento do nome da instituição obtido à partir de um alto padrão acadêmico internacional, é possível à IES conseguir uma forte reputação de alta qualidade internacional; o que conseqüentemente possibilitaria a atração de estudantes e professores internacionais cada vez melhores para os projetos de treinamento ou para desenvolver projetos de pesquisa com qualidade superior.

Desenvolvimento de estudantes e professores

Com o aumento da mobilidade no mercado de trabalho e diversidade cultural, as IES devem auxiliar os seus estudantes e professores a entenderem as questões globais e relações interculturais/internacionais. Mas vale lembrar que cada vez mais cresce a importância e o interesse na mensuração, ou seja, na educação baseada em resultados, o que torna necessário identificar que tipos de competência foram desenvolvidos por estudantes e professores decorrente das iniciativas de internacionalização.

Geração de receita

É inegável que muitas IES buscam através das atividades de internacionalização um meio para gerar fonte de receita alternativa, o que é uma razão essencialmente econômica. No entanto, Miura (2006, p.45) lembra que para “uma instituição pública que não visa lucro, este é um ponto bastante complexo na medida em que não poderia haver, a princípio, geração de receita decorrente das atividades de internacionalização”. Em relação às instituições que visam lucros e que não estão ligadas obrigatoriamente aos propósitos de ensino e pesquisa, observa-se o aparecimento de um novo tipo de fornecedor de serviços educacionais que primariamente está interessado no negócio educação. São companhias que oferecem programas educacionais trans-fronteiras (*cross-border*) usando especialmente a internet para a distribuição. Knight (2004) pondera que além da razão econômica para as IES há um outro

ponto mais complexo que é a comercialização e a comoditização da educação decorrente da distribuição de programas trans-fronteira.

Alianças estratégicas

Existe uma tendência para a busca do desenvolvimento das redes de trabalho (*networks*) com propósitos variados: mobilidade acadêmica, *benchmarking*, desenvolvimento de programas ou currículos conjuntos, seminários e conferências e, iniciativas de pesquisas conjuntas. Em todos os casos, o motivo das alianças estratégicas em nível nacional e institucional é facilitar o alcance dos objetivos culturais, tecnológicos, econômicos, científicos e acadêmicos das IES envolvidas. Como a maioria das IES não consegue manter um número muito elevado de acordos formais, alguns se tornam inativos ou não saem do papel. Porém, na medida em que a IES ganha maturidade, os acordos são avaliados com base em uma estratégia desenvolvida pela IES, ou seja, desenvolvem-se alianças estratégicas com propósitos claros e resultados esperados.

Pesquisa e produção do conhecimento

Relaciona-se com o aumento na interdependência entre as nações e ao aumento das questões internacionais que não são resolvidas somente em nível nacional. A colaboração internacional e a interdisciplinaridade é uma resposta aos vários problemas relacionados ao meio ambiente, saúde, direitos humanos etc. Portanto, esta talvez seja uma das principais razões que têm motivado as IES a incorporar a dimensão internacional na pesquisa e na produção do conhecimento.

Assim, é possível acreditar que as razões ou o quadro de motivações variam de instituição para instituição, de governo para governo, de *stakeholder* para *stakeholder*. Knight (2004, p.28) enfatiza que, a despeito das razões individuais, “(...) é fundamental articular as

motivações para a internacionalização com as políticas, programas, estratégias e resultados, pois todos são ligados e guiados por razões explícitas e mesmo implícitas”.

Ao analisar as razões da internacionalização, é importante considerar os diferentes grupos de *stakeholders* envolvidos com a educação superior em seus respectivos níveis nacional/ setorial e institucional/ fornecedores privados.

O nível nacional/setorial compreende a área de governo composta por diversos grupos de *stakeholders* interessados na dimensão internacional do ensino superior. Exemplos destes grupos são: área de relações exteriores, cultura, desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia.

O nível institucional/ fornecedores privados compreende diferentes tipos de instituições de ensino superior formando o sistema educacional (grupos de pesquisa, associações profissionais, estudantes, professores e pesquisadores, administradores). Um novo ator tem surgido nos últimos anos – os fornecedores privados de programas educacionais – que se caracterizam por ser um grupo heterogêneo, com interesses variados que vão do desenvolvimento de produtos educacionais à oferta e distribuição de serviços trans-fronteira (*cross-border*) visando lucro.

Diferentes *stakeholders* atribuirão diferentes níveis de importância às razões da internacionalização. A relevância deste fato reside na necessidade de mapear tais diferenças verificando a existência de conflitos ou de complementaridade entre tais razões, o que pode enfraquecer ou fortalecer os esforços nos diferentes níveis.

Por sua vez, as estratégias utilizadas são definidas, via de regra, com base nas razões para a internacionalização; e é sobre esse assunto que trata o próximo tópico.

2.2.3 Internacionalização de IES: estratégias

Uma vez compreendida a importância do processo de internacionalização das IES, torna-se então de fundamental importância que haja uma atitude favorável ao seu desdobramento e à sua execução.

De acordo com Beed e Shooshtari (1998) aprender a trabalhar em uma economia global não é mais um luxo, mas uma necessidade. Nota-se que as instituições educacionais começaram a responder a estas pressões por meio de diferentes estratégias, e esta preocupação tem permanecido no topo da lista de prioridade. Uma das estratégias inclui as pressões para a internacionalização da educação (MCCABE, 2001; ALTBACH, TEICHLER, 2001).

Stalivieri (2004) entende que a ausência de uma estratégia, tanto em nível institucional como governamental, pode ser fator de retardamento na obtenção de inúmeros resultados de desenvolvimento e projeção institucional no panorama internacional.

Por estratégias entendem-se as iniciativas *organizacionais* e *programáticas* adotadas no nível institucional, ou seja, uma abordagem planejada e integrada às mudanças que decorrem do crescimento no aspecto comercial da internacionalização.

Para definição de estratégias, cada IES procura observar o princípio de sua autonomia, definindo individualmente as suas necessidades de acordo com objetivos consensuais ao plano da instituição.

Normalmente, as estratégias são definidas nos planos superiores, conselhos diretores, reitorias, enfim, do corpo diretivo das instituições, podendo ser centralizadas ou ainda contar a participação de outras instâncias institucionais ou unidades acadêmicas, como dos escritórios de assuntos internacionais constituídos em várias IES.

As estratégias organizacionais e programáticas são consideradas por Knight (2004) como um suporte necessário para o processo de internacionalização. Portanto, a ausência destas estratégias, ou pelo menos a ausência de parte delas poderia caracterizar-se como uma

forma de obstáculo ao processo de internacionalização das instituições de ensino superior. Assim para facilitar a visualização e comparação entre elas, as principais estratégias organizacionais e programáticas e o suporte necessário para internacionalização estão descritas nos quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Estratégias Organizacionais
Fonte: Autora, com base em Knight (2004)

Quadro 3 – Estratégias Organizacionais
 Fonte: Autora, com base em Knight (2004)

Diante do apresentado, é possível perceber que diferentes estratégias programáticas e organizacionais serão escolhidas de acordo com razões e abordagens da internacionalização de cada instituição. Em complementaridade à esse fato, o relatório IAU 2006, (conforme quadro 4) mostra os principais elementos de políticas e estratégias de internacionalização.

Elemento de Política/Estratégia de Internacionalização	Posição
Redes/acordos internacionais entre instituições	1
Oportunidades de mobilidade internacionais para estudantes	2
Colaboração em pesquisas internacionais	3
Oportunidade de mobilidade internacional para docentes ou equipe de apoio das IES	4
Professores e pesquisadores internacionais visitantes	5
Melhora da dimensão internacional e intercultural do currículo	6
Áreas de estudo, idiomas estrangeiros, cursos com ênfase em internacionalização.	7
Desenvolvimento de projetos internacionais	8
Recrutamento de estudantes estrangeiros pagantes	9
Duplos diplomas	10
Recrutamento de pesquisadores internacionais	11
Atividades extra-curriculares internacionais e inter-culturais	12
Recrutamento de estudantes estrangeiros não-pagantes	13
Contato com comunidades baseados em grupos culturais internacionais	14
Educação a distancia	15
Ampliação de programas internacionais extra-campus	16
Estabelecimento de novos campus em países estrangeiros	17

Quadro 4 - Principais elementos de políticas e estratégias de internacionalização

Fonte: IAU 2006.

Finalizando esse tópico, a análise bibliográfica demonstra que as IES que já desenvolvem o processo de internacionalização devem reforçá-lo e as que ainda não o têm, devem acelerar para que o busquem, pois a ausência de estratégia seja em qualquer nível (governamental, institucional) ou em qualquer âmbito (organizacionais ou programáticas), pode ser fator de retardamento da obtenção de inúmeros resultados de desenvolvimento e projeção institucional no panorama internacional (STALIVIERI, 2004).

No próximo tópico são abordados os principais modelos de internacionalização presentes na literatura.

2.2.4 Internacionalização de IES: modelos

Uma das grandes dificuldades enfrentadas por muitas IES é definir em qual modelo de internacionalização do ensino superior ela deverá basear-se. Dentre os principais modelos de internacionalização propostos na literatura específica acerca do tema, podem ser citados: Neave (1992), Rudzki (1995a, 1995b), Davies (1992, 1995), Van der Wende (1996) e Knight (1993 e 1994).

Os modelos de internacionalização em geral têm como objetivo demonstrar a importância da adoção de uma política institucional de internacionalização, além de organizar e relacionar as ligações entre os diversos elementos que caracterizam o processo nas IES.

É possível perceber que os modelos procuram contemplar o máximo de variáveis possíveis presentes no fenômeno da internacionalização e tentam de maneira condensada, esquematizar as possíveis abordagens, estratégias e revisões do processo de internacionalização.

Dentre os vários modelos para a explicação do processo de internacionalização das IES encontrados na revisão da literatura, o modelo considerado mais abrangente e, portanto escolhido como base para esse trabalho, foi o círculo da internacionalização proposto por Knight em 1993 e atualizado em 1994.

Modelo de Knight (1993): Internacionalização como um ciclo contínuo.

A grande inovação desse modelo é que a autora não considera a internacionalização como um processo linear ou estático. Para demonstrar essa idéia, Knight (1994) desenvolve um modelo cuja estrutura baseia-se num ciclo contínuo de avaliação e aprimoramento (figura 3).

Nesse modelo, ela identifica diferentes etapas do processo numa tentativa de integração da dimensão internacional na cultura e no sistema da universidade. O modelo

apresenta um fluxo de duas mãos entre cada uma das seis etapas indicando que a cada nova etapa alcançada, há necessidade de revisão da etapa anterior:

- (1) consciência dos propósitos e benefícios;
- (2) comprometimento da alta administração, professores e estudantes;
- (3) planejamento das prioridades e estratégias;
- (4) operacionalização das atividades e serviços;
- (5) revisão para avaliar a qualidade e os impactos do processo;
- (6) reforço para incentivar e reconhecer a participação dos atores da internacionalização.

Além dos seis fatores, a autora enfatiza a necessidade de haver uma cultura organizacional que apóie a integração das ações de internacionalização.

Figura 3 - Círculo da Internacionalização.
Fonte: Adaptado de Knight(1993)

No modelo do círculo da Internacionalização, a autora enfatiza fortemente a conscientização e o comprometimento da alta administração em relação ao planejamento das estratégias, operacionalização de atividades e serviços, além de uma adequada revisão visando o melhoramento do processo. Na primeira versão do modelo (1993), Knight não considera etapas importantes tais como análise dos fatores externos e internos da IES enfatizados por Van der Wende (1997) e Davies (2001). Além da análise do contexto, Van der Wende enfatiza os cuidados com a implementação dos programas e a análise dos efeitos de integração da dimensão internacional sobre o ensino, pesquisa e serviços prestados pela instituição no longo prazo. Desta forma, Knight (1994) reformula a versão original, agregando

em seu modelo os fatores considerados por Van der Wende (1997), ou seja, as etapas referentes à análise de contexto, implementação e efeitos de integração (Figura 4).

Vale ressaltar que o efeito de integração, apesar das conexões com todas as etapas, é propositalmente inserido no centro do modelo, porém, fora do círculo de internacionalização. Uma explicação para esta disposição, segundo de Wit (2002, p.137) é que em muitas instituições, a internacionalização é vista como um fim em si mesmo, ou seja, não há intenção planejada de integração da dimensão internacional nas atividades de ensino e pesquisa, como citado abaixo.

É possível ver a internacionalização como uma estratégia em si mesma, sem a preocupação deliberada e consciente de integrá-la no ensino, pesquisa e funções de serviços da instituição. Em muitos casos assume-se que a internacionalização tem um efeito de integração, porém, ela não é primariamente julgada sobre quais efeitos, mas sobre seu próprio mérito”.

Da combinação dos 6 (seis) elementos de Knight (1993) com os 3 (três) elementos propostos por Van der Wende (análise do contexto, implementação e os efeitos da integração no longo prazo, resulta a versão modificada do círculo da internacionalização proposto por Knight (1994) (figura 4). Nesse modelo, a análise do contexto, a fase de implementação e o efeito da internacionalização em todas as outras funções da instituição são incorporadas. Vale ressaltar também que, em todas as fases, ambos os aspectos, institucionais e os específicos por departamentos foram incluídos, assim como a integração entre eles.

Figura 4 - Círculo da Internacionalização - versão modificada por Knight (1994)
 Fonte: Adaptado de Knight (1994)

Como forma de referência e análise, este trabalho adotará a versão modificada e atualizada do modelo de Knight (1994) por entender que o mesmo fornece uma visão geral do processo de internacionalização, considerando desde a análise do contexto (externo e interno) da instituição, os cuidados na implementação dos programas e a integração entre ensino, pesquisa e serviços.

O processo de internacionalização das IES envolve várias ações, dentre elas a cooperação internacional e os programas de mobilidade acadêmica e intercâmbio docente e discente ocupam um importante papel; e é sobre esse assunto que trata o próximo capítulo.

2.3 INTERNACIONALIZAÇÃO DE IES: AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O tema internacionalização da educação tem sido central em discussões e debates no Brasil e no mundo. O foco desta discussão tem centrado as discussões na constatação de que não há mais fronteiras para a educação, pois os avanços na área educacional e na área tecnológica promovem mudanças que vêm definindo os rumos da humanidade.

Novas relações e modelos estão se configurando entre os países e entre as instituições educacionais, que oportunizam intercâmbios econômicos, sociais e educacionais. Nesse contexto, mudou também o papel IES dentro e entre eles. Governos, empresas, instituições e pessoas passaram a ter no conhecimento o grande referencial para planejar o seu futuro.

Entre as principais ações de internacionalização estão as chamadas parcerias internacionais que se caracterizam pelos acordos institucionais, programas de cooperação, pesquisa conjunta, desenvolvimento tecnológico e mobilidade de estudantes/professores. Paralelamente existem as ações relacionadas ao ensino, que englobam aspectos relacionados ao desenvolvimento da estrutura curricular com conteúdo internacional, importância da aprendizagem de uma língua estrangeira, utilização da literatura e inserção do ensino em língua estrangeira e, o treinamento intercultural (ver figura 5).

Figura 5 - Ações de internacionalização

Fonte: Autora

Essas ações tornam-se cada vez mais importantes, uma vez que preparar cidadãos do futuro para um mundo interligado e interdependente requer um sistema de educação superior cujo processo de internacionalização permita o conhecimento direto e o respeito pela diversidade cultural, promovendo, acima de todos os conceitos, o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos (MARCKOVITCH, 1994).

Na sequência serão expostas as considerações sobre: **as parcerias internacionais** (acordos institucionais, mobilidade de estudantes/ professores) e **ensino** (conteúdo internacional das disciplinas).

2.3.1 **Cooperação Internacional**

Citando novamente Beed e Shooshtari (1998) onde os autores afirmam que aprender a trabalhar em uma economia global não é mais um luxo e sim uma necessidade, é que as diferentes IES no mundo todo começaram a responder às pressões pela internacionalização por meio de diferentes estratégias. O mercado requer profissionais preparados para o mercado global, com habilidades e competências interculturais (LUSTIN e KOESTER, 2003). Para tanto, é imprescindível que haja a inserção da dimensão internacional no ensino e na pesquisa.

Porém, a internacionalização não ocorre de forma isolada. O processo de internacionalização pressupõe cooperação em todas as suas formas: cooperação científica, tecnológica, acadêmica; e em seus diferentes níveis, tanto a cooperação horizontal e vertical, quanto bilateral, multilateral, principalmente voltadas para o âmbito da cooperação interinstitucional.

Entre IES do mundo todo são comuns os consórcios, associações, alianças e redes de trabalho em nível nacional, entretanto, nos últimos anos vêm crescendo as parcerias internacionais devido aos impactos da globalização na educação superior. Ginkel *apud* De Wit (2002) afirma que as parcerias ou redes de trabalho têm sido uma das palavras-chave na

educação superior nos últimos dez anos e, que as parcerias com caráter internacional estão ultrapassando em número as nacionais.

Muitas nações acreditam que as relações internacionais são foco para a geração de novos conhecimentos. A partir disso, muitos problemas globais como a geração de novas fontes de energia, a instabilidade climática, a falta de água, a poluição desenfreada e a falta de recursos sustentáveis podem ser resolvidas com as relações estabelecidas entre os países. Tal situação indica aos governos e às instituições a necessidade do compromisso no estabelecimento e no estreitamento da dimensão internacional com maior urgência e seriedade (OLIVEIRA, 2007).

Além da internacionalização da educação, (Ricio e Sakata, 2006) acredita que também é muito importante entender o aspecto cultural, étnico e racial, comunicacional e de experiências pessoais que um programa de intercâmbio internacional envolve, uma vez que a tendência do estreitamento das relações internacionais entre países e instituições conduz ao repensar de novas formas de relações extramuros que envolvem maior desenvolvimento em tecnologias de informática e de comunicação, maior mobilidade das pessoas, de capital, de idéias, de conhecimento e de tecnologia, como também uma maior liberdade de comércio por meio de acordos comerciais bilaterais e multilaterais.

Observa-se na literatura que as palavras associação, consórcio, rede de trabalho, grupo e aliança são usadas freqüentemente para descrever diferentes tipos de cooperação multilateral em educação superior e, em geral, o uso do termo não está diretamente ligado ao seu significado original. Levando-se em conta os significados, observam-se alguns pontos de similaridade como: parcerias, sistemas, conexões, propósitos comuns, complementaridade.

Entre os acordos internacionais das IES têm-se percebido características de interações globalmente administradas. Os acordos entre os países podem ser:

- Bilaterais (visam intercâmbios de estudantes e professores até reconhecimento mútuo de créditos e certificações).
- Multilaterais. A cooperação multilateral, envolve também diversos organismos internacionais, como por exemplo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização dos Estados Americanos (OEA), e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD), dentre outros; sobretudo por meio da participação em programas e projetos em áreas prioritárias ao desenvolvimento e melhoria dos sistemas educacionais dos países.

Nesse sentido, reforçando a importância da cooperação internacional, a UNESCO (1998, art. XXVIII) cita:

[...] na observância do mandato que lhe é conferido por seu Ato Constitutivo, a UNESCO continuará a fazer da promoção da cooperação internacional seu principal objetivo e seu modo de ação preferencial no campo do ensino superior. Deverá favorecer a cooperação em escala mundial, buscando os meios mais eficazes de contribuir para o fortalecimento do ensino superior e da pesquisa nos países em desenvolvimento."

Dessa forma, a cooperação internacional passa a ser um objetivo comum das sociedades científicas mundiais, na qual a mobilidade de estudantes, professores e de gestores intensificam cada vez mais com a criação de programas de mobilidade internacionais.

Na Europa a estrutura de acordo internacional mais completa é a Declaração de Bolonha, projetada para introduzir mudanças visando à harmonização dos sistemas de educação superior de todos os países membros da União Européia, especificamente para os programas de intercâmbio e bolsas ERASMUS, ERASMUS MUNDUS e SOCRATES. Em contraste, o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) tem exercido pouca ou nenhuma influência sobre a educação de ensino superior.

Existe uma ampla discussão sobre a oferta da Educação Superior como um serviço e sua inclusão nas indústrias do conhecimento dentro da estrutura da Organização Mundial do Comércio (OMC) através de uma proposta do *General Agreement on Trade and Services* (GATS). A proposta do GATS é a abertura dos mercados para produtos do conhecimento, incluindo a educação de ensino superior. A premissa do GATS é que o conhecimento pode ser comercializado, ou seja, comprado e vendido como qualquer outra mercadoria e deveria ser mundial e livremente comercializado. Este livre comércio beneficiaria a todos permitindo a competição no mercado de idéias e produtos do conhecimento. Ao mesmo tempo, o GATS procura oferecer proteção legal e estrutura para a circulação de serviços educacionais, além de garantir a proteção da propriedade intelectual.

Miura (2006), sugere que a abertura da comercialização do conhecimento deveria ser vista sob uma análise mais acurada de alguns pontos:

- a educação deveria ser considerada um bem/ serviço comercializável?
- muitas instituições de ensino superior são não-lucrativas e suas razões para internacionalizar seu conhecimento não seguem razões comerciais.
- países em desenvolvimento tipicamente importam mais do que exportam seus produtos ou instituições educacionais, o que poderia causar maior dependência dos fornecedores internacionais.
- a globalização pode se transformar num neocolonialismo do Séc. XXI, reforçando as desigualdades.

Sobre a polêmica causada pela consideração da Educação Superior como mercadoria e regulamentada pelo GATS, Gazzola (2006) acredita que este fato, de imediato transferiria a gestão da educação para os interesses comerciais mais ilimitados, afastando o Estado de uma de suas responsabilidades estruturais, e que, “a educação transformada em mercadoria,

deixaria de ser vista como o espaço onde as nações buscam sua autonomia, constroem, conservam e desenvolvem seus valores e plasam sua cultura”. (GAZZOLA, 2006, p. 51).

Uma outra forma de parceria internacional, são as chamadas redes de trabalho (networks) institucionais que são uma tendência nos acordos multilaterais. Trata-se de um grupo de unidades acadêmicas (departamentos, centros, escolas e instituições) unidas por múltiplos propósitos, ou seja, objetivos gerais (acadêmicos e/ou administrativos).

Sobre o papel das redes universitárias, Cordeiro (2006, p. 129) diz:

confrontadas com a complexidade organizativa e estrutural de cada um das universidades, as redes devem construir-se no respeito pelo interesses e objetivos dos parceiros que as integram, tendo em conta os novos paradigmas de organização curricular e o correspondente desenho dos atuais modelos de formação, sem nunca perderem de vista o compromisso social de serviço público que as caracteriza e a preservação da função cultural que detêm.

Em seguida, são expostos exemplos de redes de trabalho (networks).

Segundo Vela (2006) para alcançar o objetivo de construir o espaço universitário europeu, as universidades, com o respaldo da União Européia estão se utilizando de uma série de programas destinados a promover a cooperação institucional, especialmente a mobilidade estudantil e a emissão de diplomas, entre os principais, podem ser citados: Brite, Spirit, Comett, Luzina, Petra, Delta, Eurydice, Eurochnet Columbus e Erasmus.

Entre as mais importantes, destacam-se a associação Columbus de universidades: constituída pela *European Association of Universities* (EUA) e pela Associação de Universidades Latino-Americanas (AULA), com mais de 60 universidades nos dois continentes. De acordo com Da Luz (2006, p.133) “Columbus sempre deu ênfase ao intercâmbio de experiências entre os sistemas de educação superior, suas inovações e sua gestão universitária.”

Vela (2006, p.142) acredita que, “sem sombra de dúvidas, o de maior sucesso e com perspectivas de aprimoramento é aquele que leva o nome do precursor do humanismo moderno, Erasmo de Rotterdam” e que ao mesmo tempo se compõe das palavras European

Community Action Scheme for the Mobility of University Students – Programa Erasmus. Atualmente fazem parte do Erasmus mais de 30 países, inclusive países do Leste Europeu, Oriente Médio e Ásia.

Especialmente para o Leste e Europa Central estão direcionados os programas Tempus e Copernicus.

Na Espanha foi criado o Sistema de Intercâmbio entre Centros Universitários Espanhóis (SICUE). Nesse mesmo contexto existe também o programa Seneca, que movimentou entre o ano 2000 e o primeiro semestre de 2002, 2054 estudantes pelas universidades da Espanha. Entre 2003 e 2004 participaram no processo de mobilidade acadêmica nacional 1.100 estudantes a um custo de 4.643.520,00 euros (VELA, 2006).

Existe ainda o Programa de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica (PIMA) da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), além do Grupo Coimbra que foi fundado em 1985 e formalmente constituído por alvará em 1987. É uma rede de universidades europeias que congrega trinta e nove universidades, algumas das quais estão entre as mais antigas e mais prestigiadas da Europa.

Na América Latina, existe há mais de 50 anos a União de Universidades da América Latina (UDUAL), formada por uma extensa rede de universidades do México ao Chile e uma complexa estrutura de associações de Faculdades, Institutos ou Centros de Pesquisa em diferentes áreas da ciência, destinados a promover a integração universitária entre os diferentes países. Regionalmente, podemos destacar a Associação de Universidades do México, a Associação Colombiana de Universidades (ASCUN), o Conselho Superior das Universidades da América Central (CSUCA). Cada país tem uma Associação Nacional de Dirigentes Universitários, tais como Andifes, no Brasil, ou a Assembléia Nacional de reitores do Peru, etc.

Nos países integrados em blocos regionais e sub-regionais, as universidades têm procurado a cooperação pela construção de programas comuns, tendo como base a mobilidade acadêmica e estudantil. Exemplos desses fatos são os programas PEC_G e PEC_PG do Brasil e os acordos entre as secretarias de Ciência e Tecnologia da Argentina, do Chile e da Universidade da República do Uruguai com a CAPES, no Brasil.

No Mercosul encontra-se a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) que é uma organização civil, não-governamental, sem fins lucrativos, fundada em Montevideu, Uruguai, em 1991, tendo como um dos seus objetivos contribuir para o fortalecimento e consolidação de uma massa crítica de recursos humanos de alto nível, aproveitando as vantagens comparativas que oferecem as capacidades instaladas na região. Atualmente, é composta por 16 universidades do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. E a massa crítica a que se refere o primeiro objetivo é constituída por uma população estudantil que supera meio milhão e mais de 50 mil docentes e pesquisadores dessas universidades (VELA, 2006).

Nos Estados Unidos, podem ser citados o MUCLA (*Midwest Universities Consortium for International Activities Inc.*), grupo de dez universidades do meio oeste americano e ICIE (*Illinois Consortium for International Education*) que buscam estabelecer redes para mobilidade e desenvolvimento de currículo.

Na Ásia, um dos principais exemplos é o AEARU (*Association of East Asian Research Universities*).

2.3.2 Acordos Institucionais

Diversos países têm, há vários anos, encorajado suas universidades a estabelecerem acordos de intercâmbio com Universidades de outros países, entre estes acordos, o de troca de estudantes e professores, programas de pesquisa conjunta, duplo-diploma, além de outras

atividades que ampliem o entendimento de outras culturas, valores, e sistemas educacionais (RICCIO, SAKATA, 2004).

A internacionalização das instituições de ensino superior, através das diferentes formas de cooperação, tem sido o gatilho para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa que, unidos, criam as condições para o desenvolvimento dos países e o incremento da qualidade de vida das populações. Marcovitch (1994, p.13) reforça a idéia de que:

Para os campos sócio-econômico, tecnológico e ambiental, percebem-se avenidas de cooperação internacional, cooperação que decorre do engajamento dos protagonistas sociais e das instituições. Desse engajamento pode resultar um sistema de cooperação, estruturado pelos governos mas que transcenda seus limites. Sistema que busque uma estratégia, métodos de gestão e uma capacidade de negociação capazes de conciliar competição e cooperação. Iniciativas para um desenvolvimento orientado para as prioridades da maioria e das gerações futuras.

Para atender a esse esforço de internacionalização, as IES focalizam suas ações em duas grandes dimensões: *parcerias internacionais* e *ensino*.

De acordo com Miura (2006), as *parcerias internacionais* caracterizam-se pelos acordos institucionais, programas de cooperação, pesquisa conjunta, desenvolvimento tecnológico e mobilidade de estudantes/professores; enquanto *ensino* engloba aspectos relacionados ao desenvolvimento da estrutura curricular com conteúdo internacional, importância da aprendizagem de uma língua estrangeira, utilização da literatura e inserção do ensino em língua estrangeira e, o treinamento intercultural.

Os movimentos entre as culturas e entre os países estão crescendo e novas relações estão sendo estabelecidas; os pólos comerciais e de poder estão se movimentando entre oriente e ocidente, e as fronteiras estão, cada vez, mais abertas. As relações na América Latina estão tendo desdobramentos diferenciados com a nova condição esquerdista que se delineia no continente, e a China surge como a segunda nação economicamente poderosa no cenário mundial, junto com a mais nova potência econômica: a Índia. Esses fatores configuram as

atuais relações internacionais e redefinem o papel da educação e das relações entre as instituições de educação superior.

Apesar dos inúmeros acordos e parcerias existentes entre diversas IES, alguns autores têm questionado a clareza dos objetivos estabelecidos nas parcerias, a qualidade dos padrões da educação e a sua real efetividade para as mesmas (de Wit, 2002; Dame, 2002; Schwartzman, 2003; Knight, 2005; Miura, 2006).

Assim, alguns cuidados devem ser tomados em relação aos fatores de sucesso e fracasso dos acordos. Ginkel (1996) descreve algumas características importantes para o sucesso dos acordos estabelecidos entre as IES. Ao mesmo tempo, faz um alerta sobre a falta de clareza nos critérios de escolha dos parceiros e o relutante comprometimento com a rede de trabalho indicando que estes fatores podem levar à perda da identidade da instituição. Para evitar tais problemas, o autor sugere a congruência da missão, alocação de orçamento e recursos extras, reuniões para diminuir as diferenças entre as culturas dos parceiros, forte concordância sobre a metodologia e padrões de qualidade, acordos sobre direitos de propriedade intelectual e tempo para que os parceiros possam se conhecer. Prichard (1996), analisa as causas de sucesso e fracasso dos acordos e descreve os fatores relevantes para o estabelecimento das parcerias, sinaliza pontos a serem evitados pelas instituições e enumera os pontos de atenção para a manutenção dos acordos (figura 6).

Figura 6 - Parcerias: fatores relevantes, cuidados e alertas.

Fonte: Autora, com base em Miura, 2006, p.79.

A literatura específica leva então, à crença de que para não fracassar, os acordos institucionais devem definir os seguintes elementos (ver figura 7):

- missão do acordo;
- descrição dos propósitos e objetivos da parceria;
- foco geográfico;
- tamanho do *network*; .
- composição dos membros parceiros de acordo com a missão e propósitos;
- relação equilibrada entre comprometimento das lideranças e comprometimento dentro de cada instituição;
- recursos financeiros (taxas de associação e projetos para captação de recursos internos e externos);
- estrutura organizacional e;
- mecanismos para avaliação do *network* e suas atividades (DE WIT, 2002; PRICHARD, 1996).

Figura 7- Elementos essenciais para o sucesso dos acordos de cooperação internacional entre as IES
 Fonte: Autora, com base em de Wit, 2002 e Prichard, 1996

Para este estudo será adotado o termo parcerias, pois, segundo de Wit (2002), tradicionalmente as instituições estabelecem suas ligações com parceiros internacionais via acordos institucionais bilaterais, carta de intenções ou memorando de entendimento (*memoranda of understanding*). Tais acordos institucionais têm caráter de cooperação educacional visando à mobilidade de estudantes e professores, programas conjuntos para obtenção de créditos (*joint degree program*), desenvolvimento de currículo, cooperação em pesquisa, desenvolvimento de projetos internacionais, entre outros. Estes acordos podem ser realizados nos departamentos, escolas ou em nível institucional (universidade), entretanto, o

autor afirma que a despeito da existência de acordos bastante concretos, muitos não passam da expressão de intenções.

O próximo tópico aborda alguns dos principais benefícios e riscos associados à internacionalização do ensino superior

2.3.3 Benefícios e Riscos da Internacionalização

Knight (2007, p.1), indica que de acordo com o relatório IAU Survey 2006, “ao mesmo tempo em que o processo de internacionalização oferece vários benefícios para a educação superior, existe claramente sérios riscos associado ao crescimento desse fenômeno”. A pesquisa indica que uma maioria esmagadora dos respondentes (96% das instituições de 95 países) acredita que a internacionalização traz benefícios para a educação superior. Esse consenso é qualificado ainda pelo fato de que 70% dessas IES, também acreditam que existem riscos substanciais associados á dimensão internacional do ensino superior.

No que tange aos benefícios e riscos da internacionalização, o IAU SURVEY 2006 indica que 96% das instituições pesquisadas concordam que existem benefícios e 70% das IES pesquisadas percebem riscos também, conforme quadro 5.

Comercialização e comoditização	23%
Certificações sem critério	17%
Evasão de Cérebros	15%
Crescimento do elitismo	12%
Uso excessivo do idioma inglês	9%

Quadro 5 - Riscos e Benefícios da Internacionalização
Fonte: IAU Survey 2006.

Um dos problemas relacionados à busca de conhecimento nos países do norte é a chamada evasão de cérebros (*brain drain*) que se caracteriza basicamente na possibilidade de êxodo de um número considerável de pesquisadores e professores dos países pobres em

direção às nações industrializadas. Altbach (2001) sugere que este fenômeno não é de todo negativo e, considerando a sua complexidade, um termo mais apropriado poderia ser o que o autor denomina de intercâmbio de cérebros (*brain exchange*).

Schelp (2008) explica que a expressão *brain drain* ou "fuga de cérebro" carrega a idéia, obviamente negativa, de que cada especialista que se muda para outro país, em especial quando sua formação acadêmica foi paga com dinheiro público, representa uma perda para o Brasil, mas que essa é uma lógica do passado, superada pelo aumento do intercâmbio econômico, cultural, científico e humano entre os países ou, como o autor condensa numa só palavra: pela globalização.

Da mesma forma que as nações tentam atrair investimentos, atualmente existe uma disputa global por trabalhadores altamente qualificados, o que pode ser considerado um tipo de migração que nada tem de ilegal, clandestina ou indesejada. Os especialistas a chamam de "circulação de talentos" (SHELP, 2008).

Nessa circulação de talentos entre os países, é possível perceber benefícios para ambos os envolvidos na exportação de mão-de-obra qualificada, como por exemplo:

1. *Incentivo à Educação.* Uma vez que a possibilidade de bons empregos no exterior leva os cidadãos a investir na própria educação ou na de seus filhos;
2. *Aumento das remessas.* O fato é que trabalhadores qualificados têm salários mais altos e, por isso, enviam um volume maior de dinheiro às suas famílias;
3. *Criação de redes de contatos.* Os emigrantes em postos de destaque no exterior tendem a fazer negócios e parcerias científicas com o país de origem;
4. *Retorno Premiado.* Muitos profissionais qualificados voltam a seu país com novos conhecimentos ou dinheiro para investir

A Índia e a China são os países que têm o maior percentual de mão-de-obra com educação superior entre seus emigrantes; e são também os países que recebem

maior volume de remessas, como demonstra o quadro 6. Nesse mesmo ranking, o Brasil aparece no modesto 28º lugar entre os países exportadores de profissionais qualificados, sendo que esses emigrantes representam apenas 2,2% da força de trabalho qualificada no país.

	Índia	China
Porcentual de emigrantes com educação superior	53%	41%
Total de remessas (em dólares)	27 bilhões	25,7 bilhões

Quadro 6- Países maiores exportadores de emigrantes com educação superior
Fonte: Shelp, 2008.

Segundo dados da OECD, a proporção de imigrantes com nível superior nos países ricos também aumentou, saltando de 30% em 1990 para 35% em 2000. Dentre os países que mais recebem trabalhadores com educação superior, pode-se destacar o Canadá com 59%; os Estados Unidos com 42,5% seguido de perto pela Irlanda (41%), a Nova Zelândia (38,5%) e a Austrália (38%).

No que se refere ao continente africano, algumas pesquisas apontam que na África, devido aos problemas econômicos e políticos agravados pelo fraco suporte ao sistema acadêmico do continente, a evasão de cérebros é uma constante e tem causado grande impacto negativo nas universidades locais e comunidades de pesquisa (HALL, 2004).

Em contraste, nos países asiáticos a situação é bastante diferente. Os pesquisadores têm retornado ao país de origem tendo em vista a percepção favorável em relação à situação econômica e política. Na Índia, apesar de o fluxo de cérebros em certas áreas como tecnologia computacional ser bastante forte para fora do país, nota-se uma quantidade significativa de especialistas que retornam contribuindo fortemente com a indústria de alta tecnologia.

Dados do *Institute for Scientific Information* (ISI), apontam que a produção científica brasileira cresceu 54% entre 1998 e 2002, passando de 10.279 para 15.846 artigos indexados pelo Institute for Scientific Information (ISI). No mesmo período, a produção mundial

registrou aumento de 8,7%. Com isso, a participação brasileira no total mundial, que em 1998 era de 1,1%, chegou a 1,5% em 2002, o maior índice entre os países da América Latina. O ISI é uma instituição americana responsável pela compilação de dados a respeito da produção científica mundial. Estados Unidos lideram ranking e registraram a maior produção científica do planeta entre 1998 e 2002, segundo os Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo – 2004 da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Naquele período, eles foram responsáveis por 32,2% da produção científica mundial, com 1.566.326 artigos indexados. Em seguida vêm o Japão (8,3%), a Alemanha (7,8%), a Inglaterra (7,5%) e a França (5,6%). A mesma publicação também explicou que um fator importante para a concentração de publicações em torno desses países é o elevado número de cientistas e engenheiros envolvidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento, somado aos vultosos investimentos destinados ao setor. Abaixo desse grupo, vêm Canadá (3,9% da produção mundial), China (3,1%), Espanha (2,6%), Austrália (2,4%) e Índia (1,9%). O destaque, aqui, é a China, que teve um crescimento de 103,5%. Segundo dados do relatório o resultado da China parece estar relacionado à elevação do número de cientistas e técnicos dedicados a atividades de pesquisa e desenvolvimento no país nos últimos anos. (FAPESP, 2004)

Mesmo com os números expressivos, a participação da produção científica americana tem caído nos últimos anos enquanto a da Ásia, União Européia e América Latina têm apresentado sensível aumento. Os pesquisadores asiáticos (exceto Japão) demonstram uma acentuada produção científica, mais do que duplicando a sua participação ao compararmos os dados de 2004 (17%) em relação a 1981 (7%). A União Européia (composta por 15 países, antes da adesão das nações do Leste Europeu) lidera o ranking mundial, por ser responsável por 38% dos artigos científicos publicados em 2004. Em contrapartida, nesse período, os Estados Unidos teve sua produção científica reduzida de 44% para 33%.

Observa-se que os países mais ricos (Estados Unidos e União Européia) estão perdendo o antigo monopólio científico dos anos 80 para os países emergentes asiáticos (que têm se dedicado a formar especialistas nos últimos anos). Porém, juntos continuam com uma produção regular, o que lhes permite manter a posição de potências científicas devido ao elevado investimento em educação e tecnologia, além do fato de abrigarem as principais universidades e centros de pesquisas.

A situação no Brasil tem melhorado gradativamente devido aos investimentos do Estado e da iniciativa privada na área da ciência e tecnologia. Conforme dados recentemente divulgados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os gastos do governo federal com saúde e educação passaram de R\$ 28,7 bilhões para R\$ 35,9 bilhões e de R\$ 15,2 bilhões para R\$ 17,4 bilhões, respectivamente. No entanto, os dados informam que esses gastos em relação ao Produto Interno Bruto – PIB diminuíram. No caso da saúde, a redução foi de 1,79% para 1,59% do PIB, enquanto na educação a queda foi de 0,95% para 0,77%. CILONI (2008).

Segundo relatório anual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em setembro de 2007, o Brasil é o país com o menor gasto por aluno entre os 34 países analisados pelo relatório. O valor que é investido em cada estudante - somando-se gastos do ensino básico e do superior - é de US\$ 1.303 por ano. Noruega e Suíça investem quase dez vezes mais, mas o Brasil perde ainda para latino-americanos como Chile e México, que gastam o dobro.

Quando comparado aos países mais ricos que investem em média 3% do PIB em pesquisa, o investimento brasileiro é ainda muito tímido. A Coreia do Sul, por exemplo, investe aproximadamente 2,6% do PIB em pesquisa, equiparando-se aos grandes centros científicos. O governo brasileiro poderia espelhar-se na China no que tange à preocupação com a diminuição da evasão de seus recursos humanos especializados. A China tem oferecido

oportunidades para que seus cientistas retornem ao país de origem e tenham condições de desenvolver seu trabalho científico, evitando-se a evasão de cérebros para o ocidente, trazendo como bagagem o conhecimento necessário para contribuir com o desenvolvimento local.

Vale ressaltar que a despeito do aumento da mobilidade internacional, mudanças no fluxo de estudantes para outras partes do mundo industrializado e problemas decorrentes das oportunidades de trabalho no mercado global, uma questão torna-se eminente: a importância da participação de professores e pesquisadores em programas de mobilidade internacional.

Apesar da diversidade de razões e propósitos que impulsionam a mobilidade de professores e pesquisadores em direção a outras universidades, que podem variar de simples conferências e visitas para obtenção de informações a respeito de programas até atividades de pesquisa e ensino com perspectivas de mudança de residência e cidadania; há poucos dados estatísticos que possam revelar com exatidão a quantidade, as razões e tipos de atividades desempenhadas durante o período despendido fora do país (MIURA, 2006).

2.3.4 Programas de Mobilidade Acadêmica e Intercâmbio Docente e Discente

De acordo com os dirigentes europeus (Stalivieri, 2004), as universidades européias passaram muito tempo ilhadas dentro de uma delimitação de fronteiras nacionais, onde a cooperação ocorria somente através da iniciativa individual de alguns pesquisadores, restringindo-se ao estabelecimento de contatos pessoais e do acompanhamento dos resultados de alguns acordos culturais bilaterais que permitiam certa mobilidade, ainda pouco expressiva, entre estudantes.

Especialistas acreditam que a globalização e as políticas de incentivo à internacionalização das universidades em todo o mundo são as principais razões da mudança. Vários governos contam com programas de estímulo aos intercâmbios, principalmente os que

fazem parte da União Européia. Nos últimos anos, eles têm fechado alianças entre países ou universidades e acordos de cooperação permitem que créditos sejam reconhecidos de uma instituição para outra, além da possibilidade de utilização de currículos comuns.

Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)² divulgado em setembro de 2006, o número de pessoas que estudam fora do país vêm aumentando. Nesta década, o aumento na quantidade de estudantes em universidades estrangeiras foi de 41%. Em apenas 30 anos, a quantidade de alunos vivendo no exterior no mundo foi multiplicada por cinco.

Foi em meados da década de 1980 que se iniciou uma nova fase marcada pela mobilidade em grande escala, a qual foi fortemente estimulada pela criação de programas da União Européia. Um dos programas de maior repercussão na Comunidade Européia (CE) é intitulado SÓCRATES e desenvolve a mobilidade em diversas áreas, desdobrando-se nos seguintes programas de cooperação: ERASMUS (*European Action Scheme for the Mobility of University Students*), que busca promover a mobilidade de estudantes e a cooperação acadêmica entre doze países da Comunidade Européia, objetivando que 10% de todos os estudantes dos países participantes despendessem um período de estudos em outro Estado; e também o LINGUA (Programa no âmbito da Comunidade Européia designado a favorecer e a promover o aprendizado de línguas estrangeiras em vários setores educacionais e profissionais). Além desses, há também o programa *Community Action Programme in Education and Training for Technology* (COMETT) de cooperação no âmbito da Comunidade Européia entre universidade e indústria de treinamento para a tecnologia), e *The Trans-European Mobility Scheme for Universities* (TEMPUS), com o objetivo de integrar em programas educacionais e de treinamento os países da Europa Central e Leste, originalmente Polônia e Hungria. Esses programas abriram espaço para a criação de diversos consórcios de

² Disponível em: [HTTP://g1.clobo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1276682-5598,00.html](http://g1.clobo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1276682-5598,00.html)

universidades que promoviam a cooperação multilateral e foram responsáveis pelo deslocamento de milhares de estudantes por ano, os quais realizavam períodos de estudos reconhecidos no exterior.

A forte mobilidade proporcionou às universidades européias uma experiência em grande escala no âmbito da cooperação acadêmica, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de um sistema de transferência de créditos, *European Community Course Credit Transfer System* - ECTS, e à criação de instrumentos de reconhecimento de estudos que lhes permitem administrar as diferenças dos diversos sistemas de educação superior.

Passos importantes, como a elaboração da Declaração de Bolonha (1999), do plano de ação de Torino (2000), da mensagem de Salamanca (2001), reforçaram o posicionamento adquirido pela cooperação acadêmica internacional, que deixa de ser um apêndice na vida acadêmica e passa a ser uma estratégia de ação das universidades.

A posição de liderança dos Estados Unidos como principal destino norteador dos modelos de mobilidade acadêmica desde o final da II Guerra Mundial até a década de 80, tem sofrido mudanças. Knight (2009, p.8) explica que à medida que avança o século XXI, a dimensão internacional da educação superior torna-se cada vez mais importante e complexa. A autora cita algumas das manchetes dos principais meios de publicação sobre educação superior com destaques sobre tópicos como: “China pode tornar-se vulnerável ao *dumping*³ da educação por universidades de várias partes do mundo que procuram explorar a rápida expansão do ensino superior no país”; “educação superior na Europa conquista o Vietnã”; “dez universidades no Reino Unido, Irlanda, Nova Zelândia e Austrália começam a compartilhar seus conhecimentos sobre o *iTunes U*. ”

³ Dumping: Dumping é uma prática comercial, geralmente desleal, que consiste em uma ou mais empresas de um país vender seus produtos por preços extraordinariamente baixos (muitas vezes com preços de venda inferiores ao preço de custo) em outro país, por um tempo, visando prejudicar e eliminar a concorrência local, passando então a dominar o mercado e impondo preços altos. É um termo usado em comércio internacional e é reprimido pelos governos nacionais, quando comprovado. Esta técnica é utilizada como forma de ganhar quotas de mercado.

A alteração desse cenário mundial deve-se primordialmente pelo desenvolvimento de programas com alta qualidade acadêmica em outros países industriais, notadamente Reino Unido, Austrália, Holanda, Canadá e Japão. Ao mesmo tempo, os países da União Européia, iniciaram a oferta de programas que facilitavam a mobilidade de estudantes europeus. Sócrates, Erasmus e Tempus são alguns exemplos de iniciativas européias. O programa ERASMUS insere-se dentro de iniciativas regionais, apoiando anualmente mais de 100.000 estudantes na Europa.

Segundo a OCDE (2006), os jovens que mais viajam para estudar são os asiáticos, representando 45% do total. Eles são chineses, indianos e japoneses, principalmente. Outros 25% de todos os estudantes fora de seus países são europeus, seguidos pelos africanos, com 12%. A América do Sul vem em último lugar, com apenas 6%.

O fenômeno de mobilidade internacional basicamente caracteriza-se por estudantes provenientes do sul para as universidades do norte, em países industrializados. Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Austrália e Japão são exemplos de países que mais recebem estudantes internacionais.

De acordo com o levantamento da OCDE – 2006, o destino preferido dos estudantes ainda é os Estados Unidos, com 22% das opções. O Reino Unido vem em segundo lugar, com 11%. As universidades americanas, porém, estão perdendo espaço nos últimos anos, principalmente diante das políticas mais duras de imigração. O resultado tem sido o surgimento de novos destinos, como Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. O Brasil atrai menos de 1% dos estudantes internacionais.

Para a OCDE, um fator que pesa de forma considerável na escolha de uma universidade é a língua. Parte da opção por EUA e outros se explica pelo ensino em inglês. Entre os brasileiros, as universidades americanas atraem mais de 35% dos universitários.

Portugal vem em segundo lugar, com 11,4%, seguido pela França, com 8%, e Reino Unido com 5%.

Em relação aos universitários brasileiros que estudam no exterior, o mesmo relatório afirma que esse número passou de 11 mil para 20 mil nos últimos anos e que, o total, no entanto; representa apenas 0,8% dos 2,7 milhões de jovens do mundo todo que estão estudando fora de seus países. E 0,5% da quantidade de alunos de graduação e pós no Brasil, que chegam a 4 (quatro) milhões.

Desta forma, a abordagem regional européia tem focado o intercâmbio entre países baseado na confiança mútua e em condições igualitárias. Esta situação é revelada pelo esforço de harmonização entre os sistemas de educação europeus. Vários países têm mudado a estrutura de programas e créditos, notadamente com a introdução da obtenção dos graus de bacharel e mestre nas instituições. A Declaração de Sorbonne (1998) e a Declaração de Bolonha (1999) são exemplos desta tendência para a convergência de padrões de programas e créditos. Em Junho de 1999, os ministros da educação da Europa se reuniram em Bolonha, Itália, para desenvolver uma Área de Educação Superior na Europa - (EHEA) *European Higher Education Area*. Baseada em princípios fundamentais de independência e autonomia para garantir que a educação superior e a pesquisa na Europa pudessem se adaptar às necessidades da sociedade e avanços do conhecimento científico. O EHEA seria responsável pelo aumento da competitividade do sistema de educação superior europeu e auxiliaria na adoção de um sistema de créditos compatíveis compreendendo dois ciclos, a graduação e a pós-graduação, sendo que a pós contemplaria o mestrado e o doutorado (MIURA, 2006). A equivalência entre os sistemas de créditos também seria introduzida. A declaração de Bolonha, portanto, levaria a Europa a graus comparáveis de cooperação na garantia da qualidade dos programas. A previsão para a implementação total dos objetivos deste acordo é 2010.

Em 2004, a Comissão Europeia - organismo Executivo da União Europeia lançou o Programa *ERASMUS MUNDUS*, que visa restaurar a posição de liderança europeia no cenário universitário. A iniciativa prevê a concessão de bolsas para estudantes de todo o mundo frequentarem cursos *masters* (equivalente ao mestrado) promovidos por consórcios que reúnem 82 universidades europeias em 17 diferentes países (sendo 16 países membros da UE - Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Eslováquia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia -, além da Noruega).

A Comissão Europeia selecionou dezenas de cursos *masters* para o *Erasmus*⁴. O objetivo principal da iniciativa é reforçar a qualidade do ensino superior das instituições europeias a partir da intensificação da cooperação com outros países de fora do bloco sócio-econômico, visando fomentar o desenvolvimento de pessoal e promover o diálogo e a compreensão entre os povos e culturas. Estavam previstos investimentos de 230 milhões de euros entre 2004 e 2008.

As bolsas de estudos são destinadas a estudantes do primeiro ciclo do ensino superior, mestrado, doutorado e pós-doutorado; e para o intercâmbio de docentes para fins de ensino, formação prática e investigação, oriundos de países de fora da União Europeia que venham participar do programa. Além desse apoio, o programa visa incentivar o estabelecimento de relações estruturadas entre os cursos *masters Erasmus Mundus* e instituições de ensino superior de países de fora do bloco da União Europeia visando a mobilidade externa de estudantes e acadêmicos da União Europeia que participem dos cursos *masters Erasmus Mundus*.

Cada um dos cursos *masters* teria direito a um número específico de bolsas *Erasmus Mundus*, definido por critérios estabelecidos pela Comissão Europeia. A seleção de

⁴ Informações sobre cursos disponíveis em:
http://ec.europa.eu/education/programmes/mundus/projects/index_en.html

candidatos de países de fora da União Europeia seria promovida pelas próprias instituições e pelos consórcios que deram origem aos cursos *masters* selecionados.

Existia uma expectativa de que candidatos de cerca de 80 diferentes países fossem beneficiados com as bolsas de estudos do Programa *Erasmus Mundus*. Já os países europeus com o maior número de instituições de ensino superior representadas no *Erasmus Mundus* são a Alemanha (com 13 universidades), a França (12), Itália (10) e Reino Unido (8).

Entre as áreas do conhecimento cobertas pelos cursos *masters*, destaque para: direito; economia; ciências sociais; ciências políticas; ciências ambientais; administração; sociologia; educação; relações industriais; matemática; saúde; e novas tecnologias, entre outros.

O principal mérito do programa *ERASMUS* tem sido a difusão do conceito de estudos desenvolvidos em parcerias promovendo a internacionalização da educação superior na União Europeia. No caso do *ERASMUS MUNDUS*, conforme procedimentos administrativos⁵, o Programa visa a promoção da cooperação entre as instituições de ensino superior e o intercâmbio de estudantes, investigadores e docentes dos Estados-Membros da UE e de países terceiros.

As iniciativas europeias caracterizaram-se pelos seguintes aspectos:

- intercâmbios horizontais, ou seja, buscam qualidade similar na educação recebida em casa e no exterior;
- reciprocidade em relação às melhores práticas;
- relação entre os intercâmbios e o desenvolvimento dos currículos, estimulando redes de trabalho de cooperação entre departamentos;
- reconhecimento acadêmico para o estudante quando de seu retorno.

No convite à apresentação de propostas da Janela de Cooperação Externa do Programa *European Community Action Scheme for the Mobility of University Students (Erasmus Mundus)*, referente ao ano letivo 2008-2009, foi divulgado o seguinte orçamento disponível: (ver tabela 1).

⁵ Jornal Oficial de União Europeia, C 291/12 de 05.12.2007

Tabela 1- Orçamento disponível por janelas geográficas disponibilizado pelo programa *Erasmus Mundus* para o ano letivo 2008-2009

Janelas Geográficas	Montante global indicativo em Milhões de Euros
Mediterrâneo meridional e Europa oriental, Rússia	33,528
Iémen, Irã, Iraque	3
Repúblicas da Ásia Central	5
Estados da África, Caraíbas e Pacífico	5
Balcãs Ocidentais	6
Ásia	20
Índia	9,6
Brasil	9,3
Chile	4,92
México	4

Fonte: Erasmus Mundus, 2007.

O orçamento distribuído conforme tabela 1, refere-se às atividades que deveriam desenrolar-se em um dos países elegíveis abrangidos pelo convite, a saber: Os 27 Estados-Membros da União Europeia; os países candidatos à adesão (Croácia e Turquia) e os países do EEE (Islândia, Liechtenstein e Noruega); os seguintes países terceiros e regiões geográficas: Brasil, Chile, México, Rússia, Índia, a área vizinha meridional e oriental, a região do Médio Oriente, as repúblicas da Ásia Central, os Estados das Caraíbas e do Pacífico, a região dos Balcãs Ocidentais e a região da Ásia.

O montante global indicativo disponibilizado para financiar os projetos totaliza 100.348 milhões de euros para os países e as regiões geográficas discriminados na tabela 1.

No âmbito da cooperação regional, existe também o Programa ALFA, que é um programa de cooperação entre IES da União Europeia (UE) e da América Latina (AL). A proposta do programa é especialmente ajudar a melhorar a educação superior na AL como meio de contribuir para o desenvolvimento económico e social sustentável da região.

O programa ALFA começou em 1994 com o objetivo de reforçar cooperação em nível de ensino superior. O programa co-financia projetos dirigidos ao desenvolvimento da

capacidade de indivíduos e instituições (universidades e outras organizações competentes) e à promoção da cooperação acadêmica entre as duas regiões.

Os países participantes são os Estados Membros da União Européia e os seguintes 18 países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela.

A primeira fase, ALFA I, contou com uma contribuição de 31 milhões de euros, e funcionou até 1999 envolvendo 1064 instituições operando 846 micro projetos.

A segunda fase, ALFA II, referente ao período de 2000 à 2006, com um total de 10 etapas de seleção, representando uma contribuição de 54,6 milhões de euros distribuídos pelos 225 projetos aprovados levados a realização por 770 instituições repartidas por redes com uma média de 9 instituições da América Latina e da União Européia.

A terceira e atual fase, é o ALFA III que compreende o período de 2007 a 2013, tendo um orçamento previsto de 85 milhões de euros. Na tabela 2 estão demonstradas as principais mudanças e comparações entre as três fases do Programa Alfa.

Tabela 2- Principais mudanças do Programa Alfa

Fases do Programa ALFA			
Dados principais	1994-1999	2000-2006	2007-2013 ⁶
	Fase I	Fase II	Fase III
Candidaturas recebidas	2.918	565	?
Nº convocatórias	7	10	6
Contribuição orçamentária aprovada	€ 32 milhões de euros	€ 54.6 milhões de euros	€ 85 milhões de euros
Nº de Instituições Participantes	903	707	?
Subprogramas/ componentes	B- Cooperação interinstitucional C- Mobilidade de Pós- Graduados D- Mobilidade de graduandos	A- Cooperação Institucional e acadêmica. B- Cooperação para a formação técnico- científica	Lote 1- Projetos conjuntos Lote 2- Projetos Estruturais Lote 3- Medidas de Acompanhamento

Fonte: Adaptado de Alfa III em síntesis (2008)

Visando possibilitar um melhor desenvolvimento de atividades em nível de graduação e pós-graduação no contexto mundial, a maioria dos países tem agências responsáveis pelo processo de mobilidade internacional. Muitas são apoiadas pelos governos e algumas apoiadas pelo setor não governamental, como exemplos de agências que atuam em território brasileiro podem ser citados a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FAUBAI (Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais), ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e; o programa SYLFF (*Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund*), respectivamente. Algumas delas como a CAPES, CNPq e o programa Sylff, oferecem bolsas de estudo aos pesquisadores para propiciar a mobilidade acadêmica. Outros órgãos como o

⁶ Os dados referentes ao encerramento do Alfa III ainda não estavam disponíveis até o encerramento deste trabalho.

FAUBAI e a ANDIFES, atuam com objetivo de fortalecer as políticas das IES nos níveis inter e intra-institucional.

A CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), além de atuar em todos os estados brasileiros nas áreas de Educação e Ciência & Tecnologia. As suas principais atividades são agrupadas em quatro linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- promoção da cooperação científica internacional.

O sistema de avaliação da CAPES, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

Em relação aos acordos de cooperação cultural bilateral, vale ressaltar que com o aumento do número de estudantes estrangeiros surgiu a necessidade de firmar os chamados acordos de cooperação cultural bilateral, pelos quais os estudantes de países signatários estavam isentos de algumas das exigências requeridas pelos brasileiros, com o fim de facilitar-lhes o ingresso nas universidades (foram oferecidas a isenção do exame de ingresso, do pagamento das tarifas e taxas acadêmicas). Daí surge a expressão estudante-convênio, ou seja, selecionado por via diplomática, fazendo com que esta prática passasse a constituir-se em um programa específico do governo chamado Programa Estudante-Convênio – PEC-G, que se inicia, em nível de graduação, nos anos 60. O programa se estendeu aos países do Caribe, da África e Ásia e atualmente é reconhecido como um dos mais exitosos instrumentos

para a internacionalização do meio acadêmico no Brasil. Trata-se de um programa conjunto do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para implementar acordos culturais e científicos com os países em desenvolvimento. Seu objetivo não é somente de reciprocidade, mas também o intercâmbio educacional e a cooperação científica, assim como a abertura dos cursos brasileiros para o exterior, com prioridade para as áreas de Ciências Agrárias, Engenharia e Saúde.

Dados do MEC mostram que, somente desde o ano de 1980 até 2000, passaram pelo PEC-G aproximadamente 5.000 estudantes, principalmente latino-americanos e africanos, divididos entre 72 Universidades. Com um papel relevante na formação das elites dos países africanos e latino-americanos, principalmente em seus primeiros 30 anos, os ministérios envolvidos no programa, infelizmente, não têm os dados quantitativos que comprovem esta constatação empírica, porém comprovada pelos dados concretos da realidade nos países envolvidos (LAUS, 2004).

O êxito de sua primeira versão fez com que, em 1981, fosse criado o PEC-PG, ou seja, em nível de pós-graduação. Dados da CAPES do ano de 99 apontaram a existência de quase 500 estudantes estrangeiros no programa, distribuídos por 40 IES no Brasil. Em 2008, o PEC-PG recebeu 4.365 candidatos, dos quais 4.183 foram selecionados; sendo que, 4.102 foram selecionados para bolsas de Mestrado e 481 ainda foram selecionados para bolsas de Doutorado. Nesse ano de 2008, 426 países encaminharam candidaturas ao programa PEC-G (Site MRE, 2009).

Outro programa que merece destaque é o CELPE-Bras, que é um certificado de conhecimento da língua portuguesa para estrangeiros, desenvolvido pelo MEC e aplicado no Brasil por 15 Universidades Federais e em outros países com o apoio do MRE desde o ano de 1998. Sua importância deve-se ao fato deste ser atualmente o mais efetivo promotor da diversidade cultural e um dos agentes da diversidade étnica no meio acadêmico ao atuar como

um relevante propiciador da internacionalização em um modelo doméstico – *at home* –, onde os agentes vem do exterior e estimulam a mudança no conjunto que sofre a interação. Com o único certificado brasileiro para a área reconhecido internacionalmente, é utilizado pelas empresas e instituições de ensino do país como comprovação de conhecimento da língua e é exigido pelas Universidades para o ingresso de estrangeiros.

Em se tratando de cooperação bilateral, é importante dar o devido destaque na relação da cooperação acadêmica entre o Brasil e a França, em virtude da intensa cooperação entre a IES estudada nesse trabalho e várias universidades francesas. O início da relação entre o Brasil e a França data de 1504 quando Paulmier de Gonneville chegou ao Brasil com propósitos comerciais.

No mesmo período em que acontece a mudança do movimento de estudantes acadêmicos de Coimbra para Paris no século XVIII, um brasileiro chamado Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) conheceu as idéias do iluminismo que circulavam na França e também influenciado pela independência dos Estados Unidos tornou-se o principal articulador de um movimento, embora não bem sucedido, que visava instituir um governo republicano no Brasil. Isso se deu em 1789 e ficou conhecido como a Inconfidência Mineira.

De acordo com Riccio & Sakata (p. 281, 2006):

A França sempre deu boas-vindas aos brasileiros (...) A relação entre o Brasil e França também foi intensificada devido à criação do “*Bureau des écoles et des oeuvres françaises à l'étranger*, em 1910”, e do “*Service des oeuvres françaises à l'étranger*” [SOFE] em 1920. Estes escritórios tinham a missão de introduzir a cultura francesa no Brasil e também trazer personalidades francesas ao cenário intelectual Brasileiro, como Claude-Lévi Strauss, Roger Bastide, e o historiador Fernand Braudel que vieram para o Brasil, contratados para lecionar na Universidade de São Paulo, fundada em 1936. Durante este período o acordo de “*França et le Brésil de Convention littéraire, artistique et scientifique*” foi assinado. Estas ações resultarão em um aumento no comércio de livros, artes e moda com o Brasil devido à troca cultural estabelecida.

Ainda atualmente, a França é o país com o qual o Brasil mantém um maior número de projetos bilaterais, seguida pela Alemanha, Portugal, Inglaterra, Argentina e Cuba, como o explicitado no quadro 7.

Programa	Missões de Estudo	Missões de trabalho	Número de Projetos Conjuntos de Curso
CAPES/COFECUB (França)	183	207	112
PROBAL (Alemanha)	68	82	57
CAPES / DFG (Alemanha)	0	04	03
CEFET/Fachhochschulen (Alemanha)	22	25	20
CAPES/ICTTI (Portugal)	07	88	43
CAPES/ British Council (Inglaterra)	04	68	34
CAPES /MES(Cuba)	06	04	03
CAPES / SETCIP (Argentina)	50	43	26
CAPES / ANTORCHAS (Argentina)	01	03	02
TOTAL	341	524	300

Quadro 7 -Projetos Conjuntos dentro dos Programas da CAPES (2000)

Fonte: Site CAPES (2008)

Existem também outros atores nacionais no campo da internacionalização do ensino superior brasileiro, como por exemplo o FAUBAI; que foi criado em 1988 pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, reúne 115 gestores ou responsáveis por assuntos internacionais nas IES brasileiras, e busca promover a integração e a capacitação dos gestores da área - por meio de seminários, workshops e reuniões regionais e nacionais -, além de divulgar a diversidade e as potencialidades das IES nacionais junto às agências de fomento, representações diplomáticas, organismos e programas internacionais.

O FAUBAI (Site do Faubai, 2008) que é uma associação sem fins lucrativos, tem a finalidade de promover o aperfeiçoamento do intercâmbio e da cooperação internacionais como instrumentos para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração das instituições filiadas, procurando estimular o constante aperfeiçoamento da gestão do intercâmbio e da cooperação internacionais, principalmente através do desenvolvimento de atividades como:

- intercâmbio de informações e experiências;
- promoção de congressos, conferências, seminários, cursos e encontros;
- assessoria a universidades, órgãos públicos e outras entidades;
- participação ativa junto a órgãos públicos e organismos de promoção de cooperação internacional;
- intercâmbio com universidades, organizações, agências e entidades do exterior;
- gestão de bancos de dados sobre cooperação internacional;

A importância dessas agências de mobilidade internacional está no fato de que a internacionalização não ocorre de forma isolada. O processo de internacionalização pressupõe cooperação em todas as suas formas: científica, tecnológica, acadêmica e, em seus diferentes níveis, tanto a cooperação horizontal e a vertical, quanto a bilateral, a multilateral, etc.

Nesse sentido, além do FAUBAI, existe também a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das instituições federais de ensino superior (IFES) na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. Composta por reitores e dirigentes máximos em exercício de 58 Instituições federais, sendo 4 centros de Educação Tecnológica (CEFET) e 54 universidades - localizadas em todos os estados da federação e no Distrito Federal.

De acordo com o Estatuto Andifes (2008), são objetivos dessa associação:

- i. A integração das instituições federais de ensino superior, sua valorização e defesa;
- ii. A representação do conjunto de suas filiadas, inclusive judicial (...).

Consta também no mesmo documento que, para o atingimento de tais objetivos, a Andifes desenvolverá as seguintes atividades:

- iii. Promoção de estudos e projetos, inclusive de natureza interdisciplinar e interinstitucional, através de congressos, conferências, seminários, encontros e outros eventos;
- iv. Intercâmbio de informações e experiências com instituições de ensino e pesquisa, entidades culturais, científicas e tecnológicas nacionais e estrangeiras;
- v. Articulação com os diversos entes públicos nas esferas federal, estadual e municipal;
- vi. Assessoramento às instituições federais de ensino superior no equacionamento de questões político-administrativas jurídicas e técnicas pertinentes à sua problemática interna e ao relacionamento com os poderes públicos.

Em consonância com essas propostas, foi realizado em cinco encontros mensais (outubro a dezembro de 2007 e março e abril de 2008) o Curso ANDIFES de Gestão da Internacionalização Universitária, promovido pela CRIA (Comissão de Relações Internacionais da Andifes) cujo objetivo era atender à importante reivindicação das IFES, dada a expansão e o sentido estratégico que a mobilidade docente e discente, bem como a cooperação nos campos do ensino e da pesquisa, e a constituição, pelos governos, de espaços multilaterais de educação superior, além de destinar-se a qualificar quadros para esta importante atividade. O curso foi ministrado por especialistas das IFES, Ministérios, Agências de Fomento e de instituições estrangeiras, onde além dos encontros presenciais foram realizadas várias atividades à distância.

Assim, através do desenvolvimento de ações específicas, as instituições de fomento, governamentais ou não, desempenham papel importante na criação de laços de confiança

entre as universidades e acadêmicos ao redor do globo, reduzindo barreiras para a mobilidade e otimizando os impactos da experiência internacional. Outras funções das agências de fomento podem ser exemplificadas, tais como a definição dos critérios para a escolha dos projetos de pesquisa, os períodos de permanência fora do país, os mecanismos de controle da mobilidade internacional, o estabelecimento dos acordos internacionais, entre outros.

A mobilidade de professores e pesquisadores é ainda mais importante no caso dos países em desenvolvimento, pois na maioria dos casos propiciará a absorção de conhecimento nos centros de pesquisa dos países industrializados; apesar das muitas críticas tecidas diante desta relação não equilibrada sobre a transferência de conhecimento. “Os países industrializados (centros) do norte sempre estarão em posição de transferir conhecimento aos países em desenvolvimento (periféricos) do sul, e não o contrário” (MIURA, 2006, p.20), claro que sempre espera-se o equilíbrio nesta troca.

O número de estudantes internacionais matriculados em faculdades e universidades nos Estados Unidos aumentou em 3%, totalizando 582.984 no período acadêmico de julho 2006 a junho de 2007 de acordo com o relatório *Open Doors*, publicado anualmente pelo *Institute of International Education (IIE)*, com apoio do *U.S. Department of State's Bureau of Educational and Cultural Affairs*. Esse é considerado o primeiro aumento significativo no número total de estudantes internacionais matriculados desde 2001/2002; “um sinal que os esforços para se recuperar após o atentado terrorista de 11 de setembro estão surtindo efeito” (MARKLEIN, 2007, p.1).

Em 2001, o número de estudantes internacionais ultrapassou a marca de meio milhão de estudantes (514.723) e se aproxima agora dos 583.000 nessa última pesquisa. Esta organização coleta os dados desde a sua fundação em 1919, e desde 1970 publica com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, no relatório anual *Open Doors Report on International Educational Exchange*.

O relatório *Open Doors* registra um aumento ainda maior no número de estudantes matriculados pela primeira vez em uma universidade ou faculdade americana (aproximadamente 10% em relação ao ano anterior).

No período compreendido entre 2006-2007, 59% destes estudantes vieram da Ásia (aumento de 5% neste ano), seguido pela Europa (14%), América Latina (11%), África (6%), América do Norte (5%), Oriente Médio (4%), e Oceania (1%).

O relatório registra ainda um aumento no número de estudantes do ensino superior em seis dos dez principais países de origem desses intercambistas, particularmente um aumento ainda mais expressivo dos três primeiros países (quadro 8). A Índia mantém a liderança pelo sexto ano consecutivo, sendo que apenas nesse período cresceu em 10% sua participação, atingindo a marca de 83.833 ou 14,4% do total de estudantes estrangeiros. A China mantém a segunda colocação, com 67.723 estudantes, ou 11,6% do total, juntos; os números desses dois países representam mais de um quarto de todos os estudantes estrangeiros para os Estados Unidos nesse período. A Coreia fica com a terceira colocação com 62.392 estudantes e 10,7% do total.

Com referência ao quadro 8, algumas informações são relevantes:

- o número de estudantes aumentou em 12 dos 20 maiores locais de origem (para os Estados Unidos) no período de 2006-2007;
- dos oito países no ranking que experimentaram quedas, apenas três diminuíram mais de 3%;
- a Arábia Saudita se classificou entre os vinte melhores nesse ano, ocupa o 12º na lista, com um total de 7.886, refletindo os resultados de um grande programa de incentivos e bolsas de estudo lançado em 2005 pelo governo do país;
- o Vietnã na lista dos 20 melhores, que ocupa agora a vigésima posição refletindo um aumento de 31%, contribuindo com 6.036 estudantes;

- também é notável o aumento de 28% em matrículas do Nepal (13º colocado, com 7.754), que também teve um aumento expressivo no ano anterior (25%);
- o declínio mais marcante foi do Japão (4º lugar, apresentando queda de 9% para 35.282), seguido pela Indonésia (15º lugar e queda de 3%) com 7.338 e Quênia (19º colocado) diminuiu 3% para 6.349;
- o Quênia foi o único país Africano no ranking dos vinte melhores com a saída da Nigéria⁷.

⁷ Dados disponíveis em <[HTTP://opendoors.iienetwork.org](http://opendoors.iienetwork.org)>

Posição no ranking	País de origem	2005/06	2006/07	2006/07 % no total de estudantes estrangeiros	% de diferença em relação ao período anterior
1	Índia	76,503	83,833	14,4	9,6
2	China	62,582	67,723	11,6	8,2
3	Coréia	59,022	62,392	10,7	5,7
4	Japão	38,712	35,282	6,1	-8,9
5	Taiwan	27,876	29,094	5,0	4,4
6	Canadá	28,202	28,280	4,9	0,3
7	México	13,931	13,826	2,4	-0,8
8	Turquia	11,622	11,506	2,0	-1,0
9	Tailândia	8,765	8,886	1,5	1,4
10	Alemanha	8,829	8,656	1,5	-2,0
11	Reino Unido	8,274	8,438	1,4	2,0
12	Arábia Saudita	3,448	7,886	1,4	128,7
13	Nepal	6,061	7,754	1,3	27,9
14	China (Hong Kong)	7,849	7,722	1,3	-1,6
15	Indonésia	7,575	7,338	1,3	-3,1
16	Brasil	7,009	7,126	1,2	1,7
17	Colômbia	6,835	6,750	1,2	-1,2
18	França	6,640	6,704	1,1	1,0
19	Quênia	6,559	6,349	1,1	-3,2
20	Vietnam	4,597	6,036	1,0	31,3
TOTAL MUNDIAL		564.766	582,984	-	3,2

Quadro 8 - Os 20 principais países de origem de estudantes estrangeiros para os Estados Unidos.

Fonte: relatório Open Doors 2007.

O número de matrículas da Ásia Oriental aumentou 3% este ano, impulsionado especialmente pela China, Coréia do Sul e Taiwan parcialmente compensado por quedas do Japão e Hong Kong. O número de estudantes do Sul e da Ásia Central aumentou 10%,

impulsionado pelas grandes aumentos da Índia, enquanto diminuíram os estudantes do Paquistão e Bangladesh. O Sudeste Asiático aumentou em 2% sua participação em 2006/07, principalmente pelo Vietnã e Tailândia e, parcialmente compensado pela diminuição das matrículas por Singapura, Malásia, Indonésia e Camboja.

O Oriente Médio aumentou em 25% sua participação nesse mesmo período, de acordo com *Open Doors*. O aumento mais notável foi no número de alunos da Arábia Saudita (128,7%). Significativos aumentos percentuais também foram observados em estudantes do Irã, Iraque e Palestina. Houve declínio no número de estudantes provenientes de vários países da região, incluindo Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, e os Emirados Árabes Unidos. De acordo com Koh (2002), os estudantes estrangeiros concentram-se nos níveis mais avançados com 13.1% de todas as inscrições na pós-graduação dos Estados Unidos. No entanto, mais da metade de todos os estudantes internacionais procuram o nível de graduação. Historicamente os estudantes de graduação sempre superaram em número os estudantes de pós-graduação, muito embora esta diferença tenha diminuído em anos recentes.

No IAU Survey 2006 as principais preocupações apontadas em relação à mobilidade internacional foram: o fato de que a mobilidade estudantil ainda continuar restrita à um número muito reduzido, em qualquer país – e, em muitos países se mantém (muito) inferior a 10% dos estudantes; outro fato importante é o alto nível de concentração entre os países de acolhimento (8 países representam 80% todos os estudantes internacionais); e o fato de que a evasão de cérebros continua a ser uma preocupação importante para a África.

No que se refere aos principais destinos dos estudantes internacionais, de acordo com os relatórios UNESCO (2006) e *Open Doors* (2006), o principal destino escolhido ainda é Estados Unidos, com 22% de todos os estudantes; seguido pelo Reino Unido com 14% e França e Alemanha em 4º lugar com 10% cada um, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Principais destinos dos estudantes intercambistas no Ensino Superior em 2006.

Fonte: base de dados UNESCO UIS, 2006 e Open Doors 2006.

No próximo capítulo, são abordados os aspectos metodológicos e de pesquisa referentes à realização deste trabalho.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas. Segundo Silva (2001, p.9) a metodologia de pesquisa “tem como função mostrar ao pesquisador como andar no ‘caminho das pedras’ da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo”.

Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo.

Minayo (1993, p.23), vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como:

“atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Demo (1996, p.34) insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é cobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, uma pesquisa pode ser do tipo quantitativa ou qualitativa.

A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

Na *pesquisa qualitativa* é considerado que exista uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA, 2001).

Do ponto de vista de sua natureza ou seus objetivos, de acordo com (Gil, 1994) as pesquisas podem ser do tipo exploratórias, descritivas ou explicativas.

A *pesquisa exploratória* visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Uma *pesquisa descritiva* por sua vez visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Por sua vez, a *pesquisa explicativa* visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional. Assume, em geral, as formas de pesquisa experimental e pesquisa *expost-facto*.

Em relação aos procedimentos técnicos (Gil, 1994), explica que as pesquisas podem ser divididas em:

- *pesquisa bibliográfica*: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet;
- *pesquisa documental*: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico;
- *pesquisa experimental*: quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto;
- *levantamento*: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer;
- *estudo de caso*: quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento;
- *pesquisa expost-facto*: quando o “experimento” se realiza depois dos fatos;
- *pesquisa-ação*: quando concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo;
- *pesquisa participante*: quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

Segundo Neves (1996) a expressão “pesquisa qualitativa” pode assumir diferentes significados no campo das ciências sociais, compreendendo um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema

complexo de significados; além do fato de que o emprego de métodos qualitativos pode conferir redirecionamento de investigação com vantagens em relação ao planejamento integral e prévio de todos os passos da pesquisa.

O autor especifica também que em sua maioria, os estudos qualitativos são realizados no local de origem dos dados, o que não impede ao pesquisador empregar a lógica do empirismo científico, “adequada para fenômenos claramente definidos e; partem da premissa que seja mais apropriado empregar a perspectiva da análise fenomenológica, quando se trata de fenômenos singulares e dotados de certo grau de ambigüidade” (NEVES, 1996, p.1)

Como o presente estudo pretende explorar e compreender o processo de internacionalização da UFU, a pesquisa qualitativa do tipo exploratória foi considerada a mais adequada, sendo dividido em duas fases: uma fase teórica constituída por pesquisa bibliográfica e documental, e uma fase empírica constituída por estudo de caso, cuja estruturação será detalhada a seguir.

3.1 Estratégia da pesquisa de campo

Conforme exposto no início deste capítulo, na fase empírica foi desenvolvida uma pesquisa de campo do tipo exploratória e para sua realização, a estratégia considerada mais adequada foi o estudo de caso.

Miura (2006) realizou uma pesquisa exploratória, tipo estudo de caso, sobre o mesmo tema, que é a internacionalização do ensino superior, na Universidade de São Paulo. Por ter sido aquele trabalho já validado, esta pesquisadora optou por replicar parte da pesquisa realizada por Miura (2006), valendo-se de parte dos roteiros de entrevista utilizados por aquela pesquisadora.

Um estudo de caso é um método de investigação qualitativa que se concentra no estudo de um determinado contexto, indivíduo, ou de um acontecimento específico: o caso

O estudo de caso é amplamente usado em estudo de administração e tem se tornado a modalidade preferida daqueles que procuram saber como e por que certos fenômenos acontecem ou dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida ou quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico (NEVES, 1996).

3.1.1 Justificativa da escolha do estudo de caso para a pesquisa de campo

O objetivo do estudo de caso é a análise profunda de uma unidade de estudo. De acordo com Godoy (1995), o estudo de caso visa o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular, apresentando, portanto um forte cunho descritivo.

Contudo, o estudo de caso, não precisa ser meramente descritivo, ele pode:

- interrogar a situação;
- confrontar a situação com outras situações já conhecidas e com teorias existentes;
- ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futura investigação.

É importante lembrar que o estudo de caso, baseia-se fortemente no trabalho de campo.

A estratégia do estudo de caso pode ser utilizada em várias situações, dentre as quais estão os estudos organizacionais.

Yin (2005, p.32), descreve o estudo de caso como “uma investigação que estuda um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e seu contexto não estão claramente definidos”.

O estudo de caso é preferido quando: o tipo de questão de pesquisa é da forma “como” e “por quê?”; quando o controle que o investigador tem sobre os eventos é muito reduzido; ou quando o foco temporal está em fenômenos contemporâneos dentro do contexto de vida real.

A essência de um estudo de caso, ou a tendência central de todos os tipos de estudo de caso é que eles tentam esclarecer “uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas foram tomadas; como elas foram implementadas e, quais os resultados alcançados.

De acordo com Yin (2005), um estudo de caso é uma pesquisa empírica que:

- investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real;
- as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes;
- múltiplas fontes de evidências são utilizadas.

Dentre as aplicações do estudo de caso, pode-se citar:

- explicar ligações causais em intervenções ou situações da vida real que são complexas demais para tratamento através de estratégias experimentais ou de levantamento de dados;
- descrever um contexto de vida real no qual uma intervenção ocorreu;
- avaliar uma intervenção em curso e modificá-la com base em um estudo de caso ilustrativo;
- explorar aquelas situações nas quais a intervenção não tem clareza no conjunto de resultados.

A escolha da estratégia, segundo Yin (2005), depende de três fatores: o tipo de questão da pesquisa, a amplitude do controle do pesquisador sobre os eventos comportamentais reais e o grau de enfoque em acontecimentos históricos ou contemporâneos,

No caso deste estudo, o fenômeno é o estudo do processo de internacionalização da UFU. O autor coloca ainda que um estudo de caso pode focar tanto um caso único quanto casos múltiplos.

Para a realização do presente trabalho, foram considerados os passos elementares para projetos de pesquisa do tipo estudo de caso, sugeridos por Yin (2005), os quais serão abordados a seguir.

3.2 Componentes do projeto da pesquisa de campo

O estudo de caso único é apropriado para situações que envolvam: i) casos raros ou extremos; ii) caso revelador em que o pesquisador observa a ocorrência de um fenômeno previamente inacessível à investigação científica; ou iii) quando a unidade de análise representa um caso decisivo para confirmar, contestar ou entender uma teoria, que é a situação na qual se desenvolve o presente estudo.

Segundo Yin (2005), há cinco componentes importantes que um projeto de estudo de casos deve apresentar:

1. uma questão para estudo do tipo: como? e/ou por quê?;
2. proposições orientadoras do estudo, enunciadas a partir de questões secundárias;
3. uma unidade de análise (indivíduo, organização ou setor)
4. estabelecer a lógica que ligará os dados às proposições do estudo;
5. o critério para interpretar os resultados (referencial teórico e categorias).

A questão que deu origem a este estudo é “Quais são as estratégias que efetivamente têm levado à internacionalização da Universidade Federal de Uberlândia?”, enquadrando-se na premissa de que o estudo de casos é a estratégia mais indicada para investigar questões do tipo “como” e “por que”.

A proposição em um estudo de caso é um recurso que dá direção ao que deve ser investigado. Como o presente trabalho é de caráter exploratório, não se verificaram proposições. A pesquisa foi direcionada pelos objetivos geral e específicos expostos na introdução do trabalho e reescritos a seguir:

Objetivo geral: analisar a integração das ações de internacionalização promovidas pela UFU, considerando as estratégias organizacionais e programáticas adotadas pela instituição.

Objetivos específicos:

- a) descrever o contexto em que a pesquisa se desenvolve (estudo de caso);
- b) analisar as razões que impulsionam ao processo de internacionalização;
- c) mapear as ações de internacionalização, relacionando-as às estratégias organizacionais e programáticas;
- d) analisar o processo de internacionalização da UFU com base no modelo de Knight (1994).

A unidade de análise pode ser um indivíduo, um evento, uma entidade, um programa ou processo organizacional, um processo de tomada de decisão etc. A unidade de análise está dentro de um contexto, sendo importante distinguir as pessoas que compõem a unidade de análise, das pessoas que fazem parte do seu contexto. Nesse trabalho a unidade de análise é a UFU. A escolha dessa Universidade deu-se por diversos fatores, considerando a expressividade dessa instituição em sua área de atuação e abrangência, conforme detalhado no capítulo introdutório. Outro fator que pode ser também considerado é a conveniência para a pesquisadora, uma vez que a mesma reside na mesma cidade onde se encontra o campus principal e por ser ex-aluna desta.

Em relação ao estabelecimento da lógica que ligará os dados às proposições do estudo, procura-se, portanto, condições para analisar de forma mais ampla os resultados devido à variedade de experiências (estratégias e as razões que impulsionam os programas à internacionalização). Para tanto, será analisada a instituição, o setor em que atua (contexto externo), seu contexto interno, os profissionais envolvidos no programa e a alta direção do programa são agentes interferentes que fazem parte do contexto onde o caso se insere. Informações sobre esses aspectos são detalhadas na apresentação dos dados coletados na pesquisa de campo.

Fontes de evidências

Destacam-se seis fontes de evidências em um estudo de caso: a) a documentação; b) os registros em arquivo; c) as entrevistas; d) a observação direta; e) a observação participante e f) os artefatos físicos. O autor esclarece que nenhuma apresenta vantagens indiscutíveis em relação às outras, verificando entre elas uma relação de complementaridade. Na sequência serão caracterizadas as fontes investigadas na presente pesquisa.

Análise de documentos e registros em arquivo

Gil (2002) coloca a análise de registros em arquivo como parte da pesquisa documental. Yin (2005) diferencia as técnicas de análise de documentos da técnica de análise de registros em arquivo. O autor considera ambas as técnicas muito relevantes para a coleta de dados em qualquer estudo de caso. Será considerada a abordagem de Yin (2005) que considera separadamente as duas técnicas. Os documentos podem fornecer “pistas” sobre outros elementos. Como geralmente a pesquisa documental pode ser feita de acordo com a conveniência do pesquisador (ao contrário do que ocorre com a entrevista) é aconselhável que o pesquisador se prepare para aproveitar os momentos entre as entrevistas para fazê-la.

Dentro da categoria documentos, o autor inclui:

- Cartas, memorandos e outros tipos de correspondência;
- Agendas, avisos, minutas de reuniões e relatórios escritos sobre eventos em geral;
- Documentos administrativos (propostas, relatórios de aperfeiçoamentos e outros documentos internos);
- Estudos ou avaliações formais do mesmo local sob estudo e
- Recortes de jornal e outros artigos publicados na mídia.

Na categoria de registros em arquivo figuram:

- Registros de serviços com informações sobre o número de atendimentos em um determinado período;
- Registros organizacionais como tabelas e orçamentos;
- Mapas e tabelas de características geográficas;
- Relação de nomes e outros itens relevantes;
- Dados provenientes de levantamentos e
- Registros pessoais (agendas, diários etc.).

Entrevistas

As entrevistas constituem a principal fonte de evidência de um estudo de caso. Trata-se de relato verbal sujeito a problemas de viés, recuperação de informações e/ou de articulação imprecisa. As entrevistas são comumente definidas como uma conversa com a finalidade de reunir informações. Trata-se de uma definição padrão que tem sido muito discutida por vários autores, porém sem nenhum consenso sobre como uma entrevista deve ser conduzida (BERG, 1998). Destacam-se pelo menos três principais categorias de entrevistas (SELLTIZ, 1974; BERG, 1998; YIN, 2005) comentadas a seguir.

Quando possível usar gravador. Há três tipos de entrevistas:

- a. Entrevista padronizada (formal ou estruturada) – utiliza um roteiro formal e estruturado de questões, de maneira a oferecer a todos os respondentes os mesmos estímulos para cada assunto tratado nas questões;
- b. Entrevista não-padronizada (aberta, assistemática, informal ou não diretiva): contrasta com a rigidez da entrevista padronizada, no sentido de não utilizar nenhum roteiro de questões. Esse tipo de entrevista encaixa-se em situações em que o entrevistador não pode saber com antecedência quais seriam as questões necessárias para explorar um determinado assunto e;

- c. Entrevista semi-padroneizada (parcialmente assistemática, semi-estruturada ou focalizada): posicionada entre a entrevista padroneizada e a não padroneizada, essa forma de entrevista pressupõe uma certa quantidade de questões previamente formuladas ou tópicos especiais.. Servem para corroborar o que o investigador pensa a respeito de determinada situação. Tais questões são normalmente colocadas em uma ordem sistemática e consistente, porém o entrevistador pode e em certas situações é até esperado que ele explore mais do que as respostas às questões pré-determinadas.

Para a coleta de dados, foi utilizada esta terceira categoria de entrevista. Segundo Selltitz (1974), a entrevista semi-estruturada ou focalizada mostra-se eficiente quando se busca explorar os aspectos de uma situação específica que provocam mudanças na atitude dos que passaram pela experiência de vivenciá-la.

No caso do presente trabalho, a situação analisada é o processo de internacionalização da UFU, unidade de análise do estudo ora desenvolvido. Neste trabalho, a entrevista tem como objetivo levantar a opinião dos participantes quanto ao processo de internacionalização da IES em questão.

O roteiro de entrevista utilizado nesse trabalho, foi baseado no roteiro de entrevista utilizado por Miura (2006) e foram realizadas com o objetivo de coletar as percepções dos profissionais que atuavam direta ou indiretamente com a internacionalização. O roteiro das entrevistas (apêndices) constou dos seguintes tópicos: prioridades e formulação de políticas de internacionalização; razões e ações de internacionalização; catalisadores do processo; obstáculos e resistências à internacionalização; benefícios e riscos.

Observação direta e observação participante

A observação, tão comumente utilizada no cotidiano das pessoas, pode também ser utilizada como um instrumento de coleta de informações em uma pesquisa científica desde que quatro premissas sejam observadas:

- a) que sirva a um objetivo formulado de pesquisa;
- b) que seja planejada de maneira sistêmica;
- c) que seja sistematicamente registrada e ligada a proposições mais gerais e;
- d) que seja submetida à verificação e controles de validade e precisão (SELLTIZ, 1974, p. 225).

Gil (2002) coloca o método da observação em lugar de destaque na literatura sobre metodologia de pesquisa, classificando-o como a maneira mais apropriada para se conhecer uma situação tal como é na realidade, principalmente no campo das ciências sociais e da psicologia.

A observação participante é um tipo específico de observação. Difere da observação direta pelo fato de o pesquisador participar do grupo ou da situação investigada, podendo inclusive interagir com os participantes (GIL, 2002; YIN, 2005).

Confiabilidade das informações

Yin (2005)O autor estabelece três princípios a serem seguidos na fase de coleta de dados, que auxiliam o pesquisador a realizar um estudo de maior validade e confiabilidade:

- a utilização de várias fontes de evidências – triangulação;
- a criação de um banco de dados e;
- manutenção do encadeamento das evidências.

A utilização de várias fontes de evidências, denominada triangulação, é recomendada para que o resultado do estudo seja mais convincente e acurado, trazendo uma fotografia melhor e mais substancial da realidade (YIN, 2005; BERG, 1998).

Atendendo ao primeiro princípio, foram selecionadas para esta pesquisa, as seguintes fontes de evidências:

1. entrevistas semi-estruturadas (focalizadas) envolvendo vários atores da internacionalização (reitores, pró-reitores de pesquisa de pós-graduação, diretores, chefes de departamento, coordenadores dos programas de graduação e pós-graduação);
2. a análise de documentos relacionados ao fato estudado (estatísticas de mobilidade de estudantes e professores, acordos, entre outros) e;
3. os registros em arquivo (indicadores quantitativos de desempenho e outros que se fizerem necessários).

Em relação à necessidade de organização dos dados coletados, Berg (1998) argumenta que existem muitos cursos e livros que trazem descrições detalhadas sobre estruturas de pesquisa. Muito poucos, porém, trazem orientações sobre a organização e análise de dados. Acrescenta que muitos pesquisadores com excelentes idéias, projetos adequadamente estruturados e teoricamente bem fundamentados, se perdem nesse ponto sem saber o que fazer diante da montanha de dados coletados. A solução desse problema é foco do segundo princípio proposto por Yin (2005) para uma boa coleta de dados: a criação de um banco para a organização dos dados coletados. Embora o autor proponha a distinção entre um banco de dados separado e o relatório, reconhece que essa prática não se tornou institucionalizada.

Muito freqüentemente, os dados de um estudo de caso se confundem com as evidências apresentadas no respectivo relatório. No entanto, a falta desse cuidado pode se caracterizar a principal deficiência do estudo de casos como estratégia de pesquisa.

Em atendimento a esse princípio, neste trabalho o banco de dados foi alimentado pelas anotações resultantes da análise documental e de registros em arquivo, pelos relatos das entrevistas, bem como pela transcrição das entrevistas realizadas. Os dados coletados foram classificados e organizados de modo a facilitar o alcance de cada um dos objetivos específicos do estudo.

Para atender ao terceiro princípio, a manutenção do encadeamento das evidências foi suportada pelo protocolo de estudo de caso, pela lógica estabelecida entre os dados e os objetivos do estudo e pela própria estruturação do projeto da pesquisa de campo.

O protocolo proposto pelo autor para um estudo de caso, que foi adotado nesta pesquisa de campo e apresentado na sequência, consolida a sua validade e confiabilidade como método de pesquisa.

3.3 Composição do relato do estudo de caso.

A redação do caso exige muito esforço e habilidade de redigir. Um bom relato começa a ser composto antes da coleta de dados – na verdade, várias decisões envolvendo a redação do devem ser tomadas nas fases anteriores para que se aumentem as chances de produção de um estudo de qualidade.

3.4 Protocolo para o estudo de caso

O protocolo é um instrumento que engloba as regras e os procedimentos a serem seguidos nos estudos de caso. Yin (2005) afirma que o protocolo é essencial em estudos de casos múltiplos, mas recomenda sua elaboração em qualquer circunstância, por ser uma tática importante para aumentar a confiabilidade da pesquisa, bem como para orientar o pesquisador na condução do trabalho.

O estudo de caso é caracterizado por grande flexibilidade, o que torna muito difícil estabelecer um roteiro rígido e preciso para o desenvolvimento da pesquisa. Porém, é possível verificar quatro fases comuns à maioria dos estudos de casos como:

- a) delimitação da unidade-caso;
- b) coleta de dados;
- c) análise e interpretação dos dados e;
- d) redação do relatório (GIL, 1994).

O protocolo do estudo de caso é mais que um instrumento pois contém os procedimentos e as regras gerais que deverão ser seguidas. A função do protocolo é a de aumentar a confiabilidade da pesquisa ao servir como guia ao investigador ao longo das atividades do estudo. Deve ser composto por uma visão geral do projeto de estudo de caso que deve apresentar, de forma sumária, informações sobre o “background” teórico que sustenta o estudo. Deve também apresentar um documento que possa informar aos entrevistadores (e/ou à organização na qual se pretende fazer a coleta de dados) quais são os objetivos da pesquisa, e suas questões orientadoras iniciais.

O autor enfatiza ainda que “coração” do protocolo consiste em um conjunto de questões que refletem as necessidades da pesquisa. Essas questões diferem daquelas formuladas para um survey (levantamento) por duas razões: a) as questões são formuladas para o investigador e não para os respondentes; b) cada questão deve vir acompanhada por uma lista de prováveis fontes de evidência. Essas fontes podem incluir entrevistas individuais, documentos ou observações. A associação entre questões e fontes de evidência é extremamente útil na coleta de dados.

Resumindo esse tópico então, o protocolo recomendado é composto por quatro seções:

- visão geral do estudo de caso;
- procedimentos de campo;

- questões do estudo de caso e;
- guia para o relatório do estudo de caso – detalhadas a seguir.

3.4.1 Visão geral do projeto: informações prévias, contexto e perspectivas

O projeto envolve um estudo de caso sobre a internacionalização da UFU. Considerando a importância do tema para os programas de graduação e pós-graduação, a UFU tem realizado esforços no que se refere à mobilidade intra e interinstitucional, sendo a segunda fomentada através do Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica e dos convênios com universidades internacionais, gerenciados pela Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ASDRI).

Para tanto, foram objetos de investigação:

- o contexto em que se insere a unidade de análise;
- os participantes (diretos e indiretos) do processo de internacionalização da pós-graduação (reitor, pró-reitores de graduação e de pesquisa e pós-graduação, diretores da ASDRI, diretores das escolas, e coordenadores dos programas de graduação e pós-graduação);
- as razões que têm impulsionado o processo de internacionalização da UFU,;
- as ações de internacionalização, relacionando-as às estratégias organizacionais e programáticas;
- as etapas do processo de internacionalização da UFU com base no modelo de internacionalização de Knight (1994).

3.4.2 Procedimentos de campo

Como os dados são coletados sob condições de ambiente não controlado, isto é: em contexto real, é o investigador que deve adaptar seu plano de coleta de dados e informações à disponibilidade dos entrevistados.

Em outras palavras, autores afirmam que é o entrevistador que deve se introduzir no mundo do objeto, e não o contrário, como ocorre com estratégias de pesquisa em ambiente controlado. Isso significa que o comportamento do pesquisador pode sofrer restrições. Sendo assim Yin (2005), sugere que sejam enfatizadas as seguintes tarefas nos procedimentos de campo:

- conseguir acesso à organização-chave e/ou aos entrevistados-chave;
- munir-se de recursos suficientes para o trabalho em campo (material, gravador, local p/ anotações etc.);
- desenvolver um procedimento para receber ajuda ou orientação de outros investigadores;
- criar um cronograma relacionando as atividade de coleta de dados em períodos específicos de tempo;
- preparar-se para a ocorrência de eventos inesperados (mudança na disponibilidade dos entrevistados etc.).

Em relação à obtenção de acesso à organização e aos entrevistados, o procedimento adotado pela pesquisadora foi o de entrar em contato e agendar as entrevistas com bastante antecedência, podendo assim, ter um tempo hábil tanto para adequar-se à agenda dos entrevistados, bem como a realização das entrevistas e a análise das mesmas.

No que diz respeito ao fato de possuir e munir-se materiais e recursos suficientes quando estivesse em campo, a pesquisadora, no momento das entrevistas fez uso de roteiro impresso, bloco de anotações e gravador de áudio, para que posteriormente fosse realizada a

transcrição integral das entrevistas. Para as etapas de pesquisa bibliográfica e redação do trabalho, a pesquisadora valeu-se dos seguintes recursos: computador, impressora, papel, telefone, internet, local apropriado para realizar as análises etc.

Por se tratar de uma dissertação de mestrado, a pesquisadora contou com apoio total de sua orientadora, tanto para aspectos de conteúdo, quanto pra formatação adequada do trabalho. O acesso a outros pesquisadores da área de internacionalização de ensino superior também aconteceu, o que propiciou troca de idéias e de materiais acerca do tema e do fenômeno estudado.

Um cronograma relacionando às atividades de coleta de dados em períodos específicos de tempo também foi construído.

A preparação para acontecimentos inesperados como mudanças de agenda, alteração de humor e motivação dos respondentes também ocorreu com muita tranquilidade. A pesquisa focou o estudo de um caso específico e foi realizada por apenas uma pesquisadora. Não aconteceu falta de motivação diante da conclusão do estudo e também foi muito notório a grande disposição em ajudar na pesquisa por parte de todos os entrevistados, que gentilmente readequaram seus compromissos para que pudessem conceder as entrevistas à pesquisadora.

3.4.3 Questões do estudo de caso

As questões elaboradas para o presente estudo de caso são apresentadas no Quadro 9. São questões diretamente relacionadas aos objetivos específicos do trabalho e constituem o ponto central do protocolo. Segundo Yin (2005) essas questões devem ter as seguintes características:

- devem ser feitas ao pesquisador, não aos respondentes, pois funcionam como lembretes sobre quais informações coletar e os motivos pelos quais devem ser coletadas e;

- para cada questão deve haver uma relação de fontes que poderão fornecer as evidências procuradas.

3.4.4 Lógica que une as informações às proposições

Esta é uma etapa que não foi bem definida para estudos de casos, porém, trata-se de um componente importante. A relação lógica entre as proposições e os dados coletados para sua comprovação é um elemento imprescindível para dar consistência à pesquisa. Por se tratar de um estudo de caráter exploratório, não se verificando proposições, a ligação lógica foi estabelecida entre os dados coletados e os objetivos do trabalho.

3.4.5 Critérios de interpretação dos resultados

Embora não exista uma forma precisa de estabelecer tais critérios, a interpretação fundamentou-se na comparação entre a realidade revelada pelos dados coletados e a literatura abordada na fase teórica do presente estudo, buscando-se os pontos de convergência e/ou divergência, verificados na análise do processo de internacionalização da UFU e a teoria correspondente.

O quadro 9 traz uma síntese das questões, fontes de dados e referencial teórico abordado, relacionado aos objetivos específicos desse trabalho.

Pergunta de Pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Perguntas Específicas	Fontes de Dados/ Evidências	Referencial Teórico de Sustentação
Quais são as ações e estratégias que efetivamente têm levado à internacionalização da Universidade Federal de Uberlândia?	Analisar as ações de internacionalização promovidas pela UFU, considerando as estratégias organizacionais e programáticas adotadas pela instituição	* descrever o contexto em que a pesquisa se desenvolve (estudo de caso);	A UFU possui ações e estratégias específicas para o processo de internacionalização?	- Documentos da UFU obtidos no <i>site</i> institucional. - Entrevistas semi-estruturadas com reitor, pró-reitores de graduação e pesquisa e pós-graduação, coordenadores e responsáveis pela ASDRI.	- Knight (1993, 1994, 2004) - de Wit (2002) - Knight e de Wit (1997) - Altbach (2001; 2002, 2003 2004) - Van der Wende (1997)
		* analisar as razões que impulsionam ao processo de internacionalização;	* Quais são os propósitos/razões que levam a instituição ao processo de internacionalização?	- Entrevistas semi-estruturadas com reitor, pró-reitores de graduação e pesquisa e pós-graduação, coordenadores e responsáveis pela ASDRI	- Knight (2004, 2005, 2008) - de Wit (2000; 2002) - Miura (2006) - Stalivieri (2004) - Van Der Wende (1996; 1998) - Laus e Morosini (2005) - Davies (1992; 1995) - Morosini (2006)
		* mapear as ações de internacionalização e as estratégias organizacionais e programáticas	* Quais as principais ações e estratégias de internacionalização em níveis organizacionais e programáticos usadas?	- Entrevistas semi-estruturadas (Miura, 2006) - Análise de documentos referentes aos acordos entre instituições, número de estudantes em intercâmbio. - Análise das estatísticas das publicações internacionais e formas de incentivo às publicações,	- Knight (1999) - Knight e de Wit (1997); - Altbach (2001) - Miura (2006) - Davies (2003) - Knight (1994, 2004, 2007, 2008) - Azevedo et al (2005) - Marcovitch (1994)
		* analisar o processo de internacionalização da UFU com base no modelo de Knight (1994).	* Como está o processo de internacionalização da UFU, considerando o modelo proposto por Knight (1994)?	Confrontação do modelo atual existente na UFU com o modelo proposto por Knight (1994)	Miura (2006) Knight (1994).

Quadro 9 – Síntese das questões, fontes de dados e referencial teórico relacionadas aos objetivos específicos do trabalho

Fonte: Autora, com base em Miura (2006).

3.4.6 Guia para o relatório do estudo de caso

Normalmente esse item não é observado na maioria dos projetos de estudos de casos. É notório que o planejamento do relatório final não é um problema fácil de se lidar, pois não há esquemas uniformes. No entanto, Yin (2005) defende a idéia de que algum planejamento é necessário nesse estágio.

Primeiro deve haver uma preocupação com o público para o qual o relatório é dirigido (YIN, 2005; GIL, 1989). No caso do presente trabalho o público destinatário é o pesquisador da comunidade científica. Para esse tipo de público, Yin (2005, p.162) coloca que é importante atentar para as “indicações dos cuidados que estão sendo tomados durante a pesquisa e as evidências que o estudante obteve com sucesso em todas as fases do projeto de pesquisa”.

Este autor discute seis alternativas para estruturar um relatório de pesquisa: estruturas analíticas lineares, estruturas comparativas, estruturas cronológicas, estruturas de construção da teoria, estruturas de incerteza e estruturas não sequenciais. Entre as seis, o autor destaca a estrutura analítica linear como a alternativa mais adequada e mais utilizada em artigos e publicações especializadas em ciência experimental e em estudos de casos.

Optou-se pela estrutura analítica linear para a elaboração do relatório, cujos tópicos obedecem à seguinte sequência:

- tema e problema estudados (introdução);
- fundamentações teóricas - revisão da literatura relevante sobre o tema estudado;
- fundamentação metodológica;
- apresentação dos dados coletados;
- análise das descobertas;
- conclusões, limitações do estudo.

Esses tópicos estão organizados segundo a estrutura (fluxograma) apresentada na introdução, pela figura 1.

3.5 Limitações da estratégia do estudo de caso

Existem alguns preconceitos com relação à utilização do estudo de casos como estratégia de pesquisa.

Um dos preconceitos refere-se à falta de base suficiente para se realizar uma generalização científica. Yin (2005, p.29) argumenta que “os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos”. O que se procura generalizar são proposições teóricas (modelos) e não proposições sobre populações. Nesse sentido os estudos de casos múltiplos e/ou as replicações de um estudo de Caso com outras amostras podem indicar o grau de generalização de proposições.

Acrescenta que “o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)”.

Outro preconceito diz respeito ao tempo despendido para se concluir um estudo de caso, essa visão deve-se à forma como os estudos de casos eram realizados no passado. O autor afirma que os estudos de caso não precisam demorar muito para serem consistentes. Havia uma confusão com um determinado método de coleta de dados demorada, como a etnografia que demanda longos períodos de observação em campo para sua realização. Nem sempre é necessário recorrer a técnicas de coleta de dados que consomem tanto tempo. Além disso, a apresentação do documento não precisa ser uma enfadonha narrativa detalhada.

O terceiro refere-se à deficiência de rigor metodológico. Essa visão equivocada é atribuída às utilizações negligentes dessa estratégia de pesquisa por usuários despreparados, que podem ter se utilizado de evidências equivocadas ou da influência de visões tendenciosas

em suas descobertas. Verifica-se também uma confusão entre o estudo de caso como *método de pesquisa* e o estudo de caso como *recurso didático*. Como *recurso didático*, o estudo de caso pode ser manipulado até em sala de aula para melhor ilustrar uma questão estudada.

A essência de um Estudo de Caso, ou a tendência central de todos os tipos de estudo de caso é que eles tentam esclarecer “uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas foram tomadas, como elas foram implementadas e quais os resultados alcançados.

3.6 Análise de conteúdo

Nesse quesito, possivelmente resida um dos grandes problemas relacionados à essência do método qualitativo. De acordo com Neves (1996), a tarefa de coletar e analisar os dados é extremamente trabalhosa e, tradicionalmente individual, além do fato de que muita energia se faz necessária para tornar os dados sistematicamente comparáveis.

Na análise de conteúdo, os pesquisadores analisam produtos da comunicação social que podem ser documentos escritos ou transcrições de comunicações verbais, lembrando que diversos problemas são relacionados ao uso da linguagem na expressão das idéias e, para o fato de que essas devem ser decodificadas para que a análise qualitativa seja feita. Nesse caso, é importante bastante atenção, pois os argumentos são expressos sob a forma de texto, de maneira que diferenças de estilos, de contexto ou a intenção de atribuir ao signo um caráter simbólico particular podem não ser captados pelo pesquisador (NEVES, 1996, p.4).

Segundo Berg (1998), análise de conteúdo é qualquer técnica utilizada para realizar inferências através da identificação sistemática e objetiva de características especiais das mensagens analisadas, dessa forma, a análise de conteúdo consiste em um método para obter acesso às palavras do texto ou aos relatos transcritos oferecidos pelos sujeitos. Berg (1998) ressalta que a análise de conteúdo é um “passaporte para ouvir as palavras do texto, e entender melhor a perspectiva do emissor destas palavras” (BERG, 1998, p.225).

No que diz respeito às vantagens e desvantagens da análise de conteúdo, Berg (1998), acredita que a principal vantagem seja seu baixo custo, pois os materiais necessários para conduzir uma análise de conteúdo são baratos e de fácil acesso. A autora exemplifica que um estudante pode sozinho efetivamente conduzir uma análise de conteúdo, enquanto outros tipos de técnicas, como uma *survey* nacional, demandariam muito tempo, recurso e pessoal. Downey e Ireland (1979) ressaltam que a coleta, a interpretação e a avaliação dos dados são problemáticos em qualquer tipo de pesquisa, seja ela qualitativa ou quantitativa.

A principal questão da objetividade no discurso científico deve-se ao fato de os resultados da pesquisa conter, por si próprios, um significado que independe da preferência ou da admiração do pesquisador ou dos leitores do estudo, seja ele qualitativo ou quantitativo (KIRK & MILLER, 1986). Por sua vez, Mellon (1990), diz ser impossível a busca de total objetividade nos trabalhos científicos, uma vez que os pesquisadores são seres humanos. “O problema está em admitir a existência de vieses de interpretação, coisa que não é dada a um cientista sério negar” (NEVES, 1996, p.4).

Downey e Ireland (1979) ressaltam que a coleta, a interpretação e a avaliação dos dados são problemáticos em qualquer tipo de pesquisa, seja ela qualitativa ou quantitativa.

No entanto, a utilização da análise de conteúdo está limitada aos dados ou mensagens que já tenham sido registrados (oral, escritos ou visualmente) de uma maneira que possam ser comparados e analisados. A autora sublinha que a análise de conteúdo, quando utilizada apenas como uma ferramenta de análise ao invés de uma estratégia completa de pesquisa, esta limitação é minimizada. Por exemplo, se o pesquisador utiliza a análise de conteúdo para analisar dados ou respostas de questionários estruturados ou semi-estruturados e registrar tais respostas, esta limitação é inexistente (BERG, 1998).

Outra limitação da análise de conteúdo é a sua ineficácia para testar relacionamentos causais entre variáveis. Segundo Berg (1998, p.244) “pesquisadores e seus espectadores

devem resistir à tentação de inferir tais relacionamentos”. Ou seja, muitos pesquisadores tendem apresentar a proporção ou frequência na qual um tema ou padrão é observado. Este tipo de informação é apropriado apenas para indicar a magnitude de certas respostas, contudo, não sendo para vincular causas a estas apresentações.

Em suma, como em qualquer método analítico, as vantagens da análise de conteúdo devem ser comparadas com as suas desvantagens e com outras estratégias alternativas de pesquisa. Berg (1998) resume que a análise de conteúdo é útil para estudos exploratórios e descritivos, mas não para pesquisas experimentais ou causais.

A utilização da análise de conteúdo é interessante para este trabalho, pois trata-se de um estudo descritivo. A coleta dos dados foi realizada mediante entrevistas semi-estruturas que foram gravadas e posteriormente transcritas. Foram analisados somente os aspectos qualitativos da mensagem. O objetivo foi analisar o processo de internacionalização da UFU, a questão da integração das estratégias, organizacionais e programáticas. Portanto, a seleção dos trechos das entrevistas realizadas foi de fundamental importância.

Procedimentos da análise de conteúdo

Para minimizar os problemas relacionados à confiabilidade e validação dos resultados de estudos qualitativos, Bradley (1993) recomenda o uso de quatro critérios:

1. Conferir a credibilidade do material investigado;
2. Zelar pela fidelidade no processo de transcrição que antecede a análise;
3. Considerar os elementos que compõe o contexto e assegurar a possibilidade de confirmar posteriormente os dados pesquisados.

De forma complementar, Kirk & Miller (1986), consideram que cumprir seqüenciada e integralmente as fases de projeto de pesquisa, coleta de dados, análise e documentação; contribui para tornar mais confiáveis os resultados do estudo qualitativo.

Definido o método, tomado o devido cuidado de respeitar as etapas de trabalho, a sequência de ações necessárias para a realização da pesquisa de campo, selecionar adequadamente as passagens dos textos, interpretar o relacionamento entre os mesmos e a forma de análise dos dados; o passo seguinte foi implementar essas ações pela pesquisadora.

Os capítulos seguintes apresentarão a segunda parte do estudo, que contemplam: a apresentação dos resultados das entrevistas (estudo de caso); a análise das entrevistas com base no modelo de Knight (1994), bem como as conclusões e limitações do estudo.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar os dados obtidos a partir da pesquisa de campo por meio de entrevistas realizadas pela pesquisadora.

4.1 Entrevistas

Para realização deste estudo foram entrevistadas 08 (oito) pessoas que atuam em diferentes áreas da UFU, incluindo o reitor da instituição à época, assessores, diretores e coordenadores de curso. Visa-se, com essa representação heterogênea dos sujeitos da pesquisa, demonstrar como ocorre o processo de internacionalização na UFU.

A seleção das pessoas entrevistadas deu-se a partir de sua ligação mais próxima do fenômeno da internacionalização do ensino superior nessa instituição. O critério que auxiliou nessa decisão, foi a importância de se entrevistar ao menos uma pessoa ligada a cada uma das três áreas do conhecimento: ciências da saúde, engenharia e ciências sociais aplicadas.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, os dados organizados e analisados conforme procedimentos descritos no capítulo de metodologia de pesquisa. O tempo de duração das entrevistas variou de trinta e cinco minutos a quatro horas e quinze minutos, sendo que a entrevista mais longa aconteceu em dois dias seguidos em virtude da disponibilidade da pessoa entrevistada.

Na sequência são apresentados dados e informações obtidos nas entrevistas buscando estabelecer a congruência dos resultados com teoria que fundamentou a elaboração do presente trabalho.

4.1.1 Dados demográficos

Os dados demográficos dos entrevistados estão descritos no quadro 10. Os nomes de cada entrevistado são reais e também constam os respectivos cargos que cada um ocupava na data em que fora entrevistado.

	Nome do Entrevistado	Cargo
1	Profª. PhD. Rossana Valéria de Souza e Silva	Assessora de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ASDRI) 2005-2008
2	Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães	Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)
3	Profª. Dr. Vera Lúcia Puga	Pró-reitora de Graduação (PROGRAD).
4	Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior	Coordenador Programa de Mestrado em Administração da FAGEN-UFU.
5	Prof. PhD. Valder Steffen Júnior	Chefe Departamento de Engenharia Mecânica (FEMEC-UFU)
6	Profª. Ms. Rosuita Fratari Bonito	Coordenadora Graduação em Medicina
7	Prof. Dr. Arquimedes Diognes Ciloni	Reitor UFU (2000-2008)
8	Profª Dra. Raquel Santini Leandro Rade	Assessora de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ASDRI) 2009-2012

Quadro 10 - Relação dos professores entrevistados – Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Fonte: Autora.

4.2 Contextualização

O objetivo desse tópico é permitir que o leitor tenha uma visão geral do contexto onde a pesquisa se desenvolve, bem como já ir respondendo à parte dos objetivos específicos propostos na introdução desse trabalho.

Para atender ao primeiro objetivo específico, que é analisar o contexto em que a pesquisa se desenvolve, os dados apresentados a seguir servirão para contextualizar a unidade de análise do presente estudo, a Universidade Federal de Uberlândia.

Procurou-se realizar a descrição desse contexto de forma bastante detalhada com o objetivo de descrever os processos de internacionalização, por meio da elaboração do estudo de caso. Para tanto, em um primeiro momento, serão apresentados o histórico da UFU e uma breve descrição sobre o processo de internacionalização da universidade, tendo como focos principais: as ações e estratégias de internacionalização da instituição.

Em seguida, será apresentado o estudo de caso acerca do processo de internacionalização dessa instituição.

Para a elaboração dessa parte da pesquisa, as evidências foram coletadas através da análise dos seguintes documentos:

- análise do *site* institucional;
- arquivo e matérias publicadas em jornais, revistas e livros sobre o setor educacional;
- matérias publicadas em jornais de circulação local e regional;
- materiais impressos para divulgação da UFU em nível nacional e internacional;
- documentos de divulgação da missão, visão de futuro e objetivos organizacionais;
- slides de apresentação da Universidade;
- CD rom institucional;
- relatórios da ASDRI;

- workshop de internacionalização;
- resultados das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

4.2.1 A Instituição de Ensino Superior Estudada: a Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Com sede na cidade de Uberlândia/MG, a UFU é o principal centro de referência em Ciência e Tecnologia de uma ampla região do Brasil que engloba o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o noroeste e partes do norte de Minas, o sul e o sudoeste de Goiás, o norte de São Paulo e o leste do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. Neste âmbito, polariza a oferta de vagas e de cursos de graduação e pós-graduação, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão e responde, em grande medida, pela formação dos quadros profissionais das IES recém criadas na cidade e seu entorno, bem como pela formação continuada de docentes das redes de ensino da educação básica e profissional. A instituição busca também manter estreitas relações com a comunidade, de vez que os serviços oferecidos nas diversas áreas conferem-lhe uma importância singular, tornando-a uma instituição de grande prestígio para a coletividade. A relação que mantém com a comunidade local e regional é orgânica, isto é, ao desenvolvimento das cidades e do campo corresponde com a formação de profissionais capacitados em mais de 30 áreas específicas e com a qualidade dos serviços oferecidos, constituindo-se em agente de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos. É, pois, fundamental para o desenvolvimento político, científico e social de toda a região.

A UFU é uma Instituição de Educação Superior, integrante do Sistema Federal de Ensino. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto-Lei nº 762, de 14/08/1969 e federalizada pela Lei nº 6.532, de 24/05/1978. O processo de sua criação teve início com a fusão de faculdades isoladas já existentes em Uberlândia: Filosofia, Ciências e Letras, Direito, Ciências Econômicas, Federal de Engenharia, Artes, Odontologia, Medicina Veterinária, Educação

Física e Escola de Medicina e Cirurgia. Com a federalização, as faculdades isoladas foram transformadas em departamentos e passaram a integrar o Centro de Ciências Humanas e Artes, o Centro de Ciências Biomédicas e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, suportes da estrutura acadêmica à época adotada.

Em 1994, por aspirações de mudanças no modo de gestão institucional, a UFU desencadeou discussões que convergiram para um novo projeto estatutário. Sob nova configuração administrativa foram constituídas Unidades Acadêmicas, em cujos âmbitos são exercidas as funções essenciais ao desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, e Unidades Especiais de Ensino, responsáveis pela oferta da Educação Básica e Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em 2006, criou um Campus Avançado, na cidade de Ituiutaba/MG – o Campus do Pontal, marcando uma etapa importante de sua história.

Hoje conta com 28 Unidades Acadêmicas e oferece 57 Cursos de Graduação, 24 cursos de Mestrado, 12 de Doutorado e aproximadamente 40 Cursos de Especialização em todas as áreas do conhecimento. Conta ainda com duas unidades especiais de ensino que oferecem educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos na modalidade de cursos supletivos para o ensino fundamental e médio e educação profissional de nível médio, com formação inicial e continuada de trabalhadores da área de saúde.

Em 30/11/2007, o corpo docente dos três níveis de ensino, composto por professores efetivos e substitutos, alcançava 1.334 docentes; sendo que dentre os 961 professores efetivos do ensino superior 66% possuem titulação de doutor ou superior e 22% detém o mestrado. O corpo técnico-administrativo contava com 3.289 servidores em quadro permanente, com 1.563 no Hospital de Clínicas e dentre os demais 1.726 servidores estavam 265 de nível superior, 1.073 de nível médio e 388 de apoio.

Em 31/12/2006, o corpo discente estava constituído por 13.450 alunos de graduação presencial, 500 em graduação à distância, 1.429 de pós-graduação *stricto-sensu*, 407 de pós-graduação *latosensu*, 145 de residência médica, 261 de educação profissional técnica de nível médio na área da saúde, 225 de educação infantil, 599 do ensino fundamental, 150 da educação de jovens e adultos e 1.006 de línguas estrangeiras, totalizando 18.172 alunos (sic UFU, 2008).

Do conjunto das IFES, a UFU desfruta de um conceito de excelência. Indicadores adotados pelo CNPq, FAPEMIG, INEP e SESu mostram que a instituição mantém excelentes resultados acadêmicos e absorve uma forte demanda reprimida por vagas na educação universitária pública no espaço de sua atuação⁸.

A UFU busca desenvolver e difundir, por meio do ensino, todas as formas de conhecimento teórico e prático, visando à formação de pessoas capacitadas para o exercício da investigação, bem como para o magistério e os demais campos de trabalho nas áreas culturais, artísticas, científicas, tecnológicas, políticas e sociais; estuda questões sócio-econômicas, educacionais, políticas e culturais da sociedade com o propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentável, local, regional e nacional, bem como para melhorar a qualidade de vida da população.

Estabelece também formas de cooperação com os poderes públicos e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras.

No âmbito da pesquisa, destaca-se nas áreas das Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, na área das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências Biológicas e na área das Ciências da Saúde.

Nos âmbitos da prestação de serviços e da extensão universitária evidencia-se pela oferta permanente de cursos de formação continuada de professores das redes estaduais e

⁸ Fonte: Plano de Expansão UFU 2008-2012, disponível em< <http://www.ufu.br/expansaoufu/>> e acessado em março de 2008.

municipais e na oferta para a população em geral, de cursos de língua estrangeira. Na área da saúde, mantém o Hospital de Clínicas de Alta Complexidade, Hospital do Câncer e Hemocentro, Hospital Odontológico, Hospital Veterinário, Clínica Psicológica e o Centro Nacional de Excelência Esportiva que desenvolve projetos para o esporte olímpico e para-olímpico.

No âmbito da educação básica, participa de forma referenciada na formação científica e cidadã de crianças, de jovens e adultos, servindo, ainda, como campo de estágio para a formação inicial de educadores que atuarão nas redes de ensino, na formação de professores e na proposição de novas metodologias para este nível da Educação Nacional.

A UFU é hoje uma fundação pública de educação superior, ligada à Administração Federal Indireta, com personalidade jurídica e de direito privado. Sua organização e seu funcionamento são regidos pela legislação federal, por seus próprios Estatuto e Regimento Geral, além de normas complementares estabelecidas pelos diferentes órgãos de sua administração superior.

Na UFU, a administração é colegiada e as decisões são tomadas em grupos representativos. Neles, todos estão representados: os professores, os funcionários técnico administrativos e os discentes. Em alguns órgãos, como o Conselho de Integração Universidade-Sociedade, o Conselho Universitário (CONSUN) e nas assembléias de cada unidade acadêmica, também a comunidade está representada.

Estrutura Administrativa da UFU

Os órgãos deliberativos que constituem a Administração Superior são:

- Conselho Universitário (CONSUN),
- Conselho Diretor (CONDIR),
- Conselho de Graduação (CONGRAD),
- Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CONPEP) e

➤ Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX).

O CONSUN é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento. Pela amplitude de suas funções, o CONSUN é o órgão responsável por traçar a política universitária que orienta a UFU em todas as suas ações.

O CONDIR é o órgão consultivo e deliberativo que responde e toma decisões sobre matérias administrativas, orçamentárias, financeiras, de recursos humanos e materiais.

O CONGRAD é o órgão consultivo e deliberativo que propõe diretrizes, responde e toma decisões diante das questões que envolvem o ensino de graduação.

O CONPEP é o órgão consultivo e deliberativo em matérias de pesquisa e pós-graduação.

O CONSEX é o órgão consultivo e deliberativo em matérias relacionadas à extensão, cultura e assuntos estudantis.

Em todos esses órgãos deliberativos, os representantes dos diferentes segmentos da comunidade interna são eleitos por seus pares.

Ainda compondo a Administração Superior, há a REITORIA.

A Reitoria é o órgão executivo central que administra, coordena, fiscaliza, superintende e dirige todas as atividades aqui desenvolvidas. Essa função é exercida pelo Reitor, auxiliado pelo Vice-Reitor, assessorado pelas Pró-Reitorias, Assessorias, Órgãos Suplementares e Administrativos.

Diretamente ligados à Reitoria, participam da administração central, outros órgãos cujas funções são de assessoria e prestação de serviços à comunidade interna da UFU. São eles:

- Prefeitura Universitária: Órgão executivo, responsável pela administração e preservação dos espaços físicos e gerenciamento dos serviços de infra-estrutura, zeladoria e vigilância nas dependências da Instituição;
- Procuradoria Geral: Órgão executivo de assessoramento e tem por competência a defesa judicial e extrajudicial dos interesses da União no âmbito da UFU, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico à administração universitária;
- Auditoria Interna: Órgão de apoio e assessoramento técnico e tem por atribuição o controle preventivo e corretivo, a fiscalização e orientação dos atos e fatos administrativos em matérias contábeis, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de pessoal;

- Secretaria Geral: Órgão de apoio e assessoramento e tem por atribuição a organização e direção administrativa dos trabalhos do Conselho de Integração Universidade-Sociedade e dos Conselhos da Administração Superior. É responsável pela comunicação entre tais Conselhos e os demais órgãos da UFU;

- Gabinete do Reitor: É o órgão com a atribuição de executar serviços técnico-administrativos e de assessoramento e apoio às relações públicas do Reitor.

Na UFU são cinco as Pró-Reitorias:

- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), que é responsável pelo planejamento, execução e coordenação das atividades referentes aos aspectos financeiros e orçamentários;

- Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PROREH), diretamente subordinada à Reitoria, tem por finalidade formular diretrizes, planejar, orientar, coordenar, supervisionar e controlar os assuntos concernentes a pessoal, da Universidade; subsidiar os Conselhos Superiores e zelar pelo cumprimento de suas deliberações. Sua missão é promover e gerenciar o desenvolvimento de competências, habilidades e interação das pessoas, contribuindo para a construção da excelência da UFU;

- Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);

- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP), é o órgão administrativo da UFU responsável pela execução e gestão da política institucional relativa à pós-graduação, pesquisa e inovação científica e tecnológica na UFU.

- Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX), diretamente voltadas às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

Cada uma delas coordena programas de apoio, fomento, acompanhamento e avaliação das atividades propostas pelas diversas unidades acadêmicas, por elas próprias e também pelo Ministério da Educação.

A Assessoria da Reitoria é composta de assessores designados pelo Reitor para realizar projetos ou serviços de interesse da UFU. A regulamentação referente a cada projeto ou serviço, bem como as atividades de cada assessor, serão regulamentadas por portarias do Reitor no ato da designação. As Assessorias poderão dispor de suporte administrativo e apoio técnico para seus trabalhos; como no caso da Assessoria de Relações Internacionais e interinstitucionais (ASDRI).

Esquemáticamente, a administração superior da UFU (Site da UFU, 2008), está a seguir (quadro 11).

- Conselho Universitário
- Conselho Diretor
- Conselho de Graduação
- Conselho de Pós-Graduação
- Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
- Reitoria
 - Reitor e Vice-Reitor
 - Pró-Reitorias
 - Pró-Reitoria de Graduação – PRGRAD
 - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPP
 - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX
 - Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRREH
 - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PRPLA
 - Órgãos Administrativos
 - Assessorias
 - Órgãos Suplementares
 - Diretoria de Comunicação Social
 - Prefeitura Universitária
- Cooperação internacional e interinstitucional
- Complexo Hospitalar
 - Hospital de Clínicas
 - Hospital do Câncer
 - Hospital Odontológico
 - Hospital Veterinário
- Recursos Humanos

Quadro 11 - Administração Superior (UFU)

Fonte: Site UFU (2008)

Para entender melhor como ocorre o fenômeno da internacionalização na Universidade Federal de Uberlândia, é importante contextualizar o surgimento e o papel da área de relações internacionais nessa instituição, que é o que trata o próximo tópico.

4.2.2 O papel da ASDRI

Para compreender o processo de internacionalização da UFU, vale ressaltar um pouco do contexto histórico em que se insere a área de relações internacionais nessa instituição, como nas palavras da Prof^a Rossana:

Em 1995 quando o Prof. Arquimedes, que é o atual reitor foi pró-reitor de pós-graduação ele criou o escritório de relações internacionais, que

efetivamente começa a funcionar a partir de 1997. (...) Esse escritório foi montado com a participação e gestão de um funcionário da UFU, que é o Sr. Paulo Marcos Pires, que administrou esse período durante todo esse tempo, de 1997 á 2005. Em 2005, na segunda gestão do Profº Arquimedes como reitor, então ele criou a Assessoria de Relações Internacionais, que inicialmente foi Administrada por mim e pela Profª Raquel Santini, que é uma professora da área das Ciências exatas.

Esquemáticamente, a história da Assessoria de Relações Internacionais, poderia então ser representada como na figura 8.

Figura 8 – Linha do tempo da Assessoria de Relações Internacionais da UFU
Fonte: Autora – criado a partir dos dados obtidos nas entrevistas.

A Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade Federal de Uberlândia (ASDRI) foi estabelecida como Assessoria no ano de 2005, a partir da experiência já existente do antigo escritório de relações internacionais.

Na UFU a ASDRI é a unidade responsável pelas ações internacionais e tem como missão “promover e facilitar a interação da UFU com o contexto externo nacional e internacional.” (Manual do intercambista, 2008)

A ASDRI é um órgão vinculado ao Gabinete do Reitor cuja finalidade precípua é ampliar e consolidar a internacionalização e os laços de cooperação interinstitucionais da UFU entendendo-os como importantes instrumentos de fortalecimento da universidade (Site UFU, 2008).

A missão da ASDRI segundo consta no site da UFU (2008) é “promover e facilitar a interação da UFU com o contexto externo nacional e internacional.”

Seus objetivos, de acordo com a mesma fonte é:

- ✓ elaborar, propor e coordenar a execução das políticas de cooperação institucional e internacional da UFU;
- ✓ promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre a UFU e outras instituições nacionais e internacionais;
- ✓ promover o intercâmbio docente e discente;
- ✓ acompanhar projetos e convênios inter-universitários;
- ✓ atender aos diversos setores da UFU nas atividades de natureza acadêmica, técnico-científica, cultural, administrativa;
- ✓ propor e implementar, com outros órgãos da UFU, estratégias de trabalho que viabilizem o desenvolvimento de projetos de interesse nacional e internacional;
- ✓ apoiar docentes, pesquisadores e alunos de instituições estrangeiras em atividade na UFU, e da UFU no exterior;
- ✓ veicular informação a respeito de oportunidades acadêmicas nacionais e internacionais junto à comunidade universitária da UFU.

Constam como atividades gerais da ASDRI:

- ✓ tramitação e acompanhamento dos diferentes documentos de cooperação (convênios, termos aditivos, contratos e planos de trabalho) firmados entre a UFU e instituições nacionais e internacionais;

- ✓ recepção de representantes de distintas instituições nacionais e internacionais, com interesse em firmar acordos de cooperação com a UFU ou elaborar planos de trabalho a partir dos acordos já existentes;
- ✓ orientações da UFU sobre a formalização de parcerias, programas de intercâmbio e oportunidades de bolsas;
- ✓ atendimentos de orientação a alunos, professores e pesquisadores da UFU a respeito de oportunidades de bolsas, cursos e intercâmbios internacionais;
- ✓ atendimento a alunos, professores e pesquisadores de outras instituições, nacionais e internacionais interessados em estudar, desenvolver pesquisas ou outras atividades de caráter acadêmico-científico na UFU;
- ✓ confecção e publicação, em diferentes idiomas, de materiais de divulgação sobre a Universidade Federal de Uberlândia;
- ✓ fornecimento de informações legais, bem como orientações sobre busca de acomodações na cidade de Uberlândia e ambientação na UFU.

A seguir, são apresentadas as opiniões dos entrevistados sobre a ASDRI, como nas palavras do Prof^o Dr. Valder Steffen, diretor da FEMEC:

Eu acho que a UFU nos últimos anos, tinha uma necessidade de ação coordenada na área de questões internacionais. A criação de escritório de relações internacionais facilitou, porque o que às vezes era uma ação pessoal, no interior do departamento, passou a ser uma ação organizada apoiada pelo reitor.

O pró-reitor de pós-graduação e pesquisa, Prof^o Dr. Eduardo Nunes completa:

Nos últimos anos, a UFU já tinha vários convênios, já tinha vários professores com cursos com qualificação no exterior. Mas não tinha uma política institucional. Tinha dentro da pró-reitoria um pequeno escritório internacional em que tinha um técnico que trocava alguns emails, que falava de algumas oportunidades, era algo incipiente (...).

O pró-reitor, diz que, quando estava pra assumir a pró-reitoria, o reitor convicto da necessidade da instituição de criar um ‘aparato institucional’ para favorecer a sua inserção internacional, confere à PROPP a atribuição dessa tarefa, como ele explica:

“logo nos primeiros meses da gestão eu convidei alguns professores que já trabalhavam com inserção (nós temos uma experiência longa de inserção internacional com a França nas áreas de engenharia, isso já tem mais de 22 anos). Minha idéia era coordenar e fazer um único projeto (...) Então tivemos essa idéia, começamos a criar as condições institucionais para isso, percebemos que não deveríamos ficar dentro de uma pró-reitoria voltada só para pesquisa e pós-graduação, porque na verdade era uma intenção da UFU como um todo (...) Foi quando surgiu a idéia de criar a agencia que hoje nós temos na UFU, que esta funcionando muito bem.”

A Profª Vera (PROGRAD) acredita que foi a partir da institucionalização da ASDRI que “a UFU adentrou ao mundo da internacionalização”, como nas palavras abaixo:

(...) porque se não fosse essa assessoria, continuaria os alunos da engenharia indo para fora, isoladamente. Hoje tem mais de 100 alunos da graduação fora de Uberlândia (dentro e fora do país), isso significa contatos, o nome da instituição que está se aprimorando.

No curso de graduação em medicina da UFU, a coordenadora Profª Rosuíta Fratari, ressalta que, apesar do pequeno número de alunos da medicina que participam de algum programa de mobilidade acadêmica (0,4% dos alunos atualmente matriculados no curso são provenientes de algum programa de mobilidade – estrangeiros, e cerca de 1% dos alunos da medicina apenas, participaram de algum programa de mobilidade no exterior)

Nós aqui da medicina nunca tivemos problemas com a assessoria. Todas as coisas que precisamos para esses meninos, nós fomos atendidos. Do ponto de vista gerencial, não sei se tem que melhorar alguma coisa porque eu não tive nenhum problema. Uma questão é a demora que as escolas de lá (do exterior) têm de mandar as coisas dos meninos. Eles não vêm com o que eles fizeram lá. A escola manda depois, por exemplo, é o caso da Mariana, que até hoje não mandaram as notas que ela tirou nas matérias lá.

Nas palavras do Profº Valdir, coordenador do programa de mestrado em Administração, que entende internacionalização do ensino superior como uma possibilidade de intercâmbio de forma mais consolidada, o papel da ASDRI foi muito importante

Houve um avanço muito grande aqui na universidade com a criação do escritório de relações internacionais. Isso gerou um grande avanço. Esse processo existia antes através de convênios isolados, realizados via universidade com caráter mais particular. (...) A partir disso houve uma maior integração. (...) as informações estão concentradas (...). Os alunos da graduação hoje dentro da universidade têm a possibilidade de ir para o exterior e fazer parte do curso lá fora. Nesse processo de globalização que estamos vivendo agora, o reconhecimento do diploma em outro país, te abre caminhos, possibilidades, espaços.

Com a visão de que as universidades brasileiras, para se tornarem ainda mais respeitáveis, precisam encaminhar em direção à internacionalização de suas atividades foi que o então Reitor Profº Dr. Arquimedes, ajudou a criar o escritório internacional.

Quando assumi como reitor, desde o primeiro mandato, fui preparando o terreno para que a UFU avançasse na questão da internacionalização. E quero dizer que fui muito feliz porque escolhi boas pessoas para me ajudar nessa tarefa: a professora Rossana Valéria de Souza e Silva, com certeza a grande responsável, e também com uma grande contribuição, a primeira diretora em minha gestão, a professora Raquel Santini. Ambas há seu tempo, deram muito de si pelo escritório.

Diante do exposto e da contextualização da instituição (UFU) como um todo e, também de sua Assessoria de Relações Internacionais, objetivando assim atender aos próximos objetivos desse trabalho e compreender então um pouco melhor o processo de internacionalização da UFU, o próximo tópico abordará diretamente o processo de internacionalização da UFU, permitindo ao leitor uma visão mais ampla e geral de como esse fenômeno vêm acontecendo na IES estudada.

4.3 Internacionalização e globalização na UFU.

O processo de inserção internacional da UFU já vem acontecendo desde o final da década de 1970, na área das engenharias, quando, estrategicamente, “alguns professores foram contratados para se capacitarem no exterior”, segundo Profº Valder Steffen, Diretor da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEMEC-UFU), que foi justamente, ele mesmo, uma dessas pessoas contratadas nessa época:

[...] Então naquela ocasião houve essa preocupação [...] alguns professores foram contratados para se capacitarem no exterior. Foi uma decisão muito acertada, porque as pessoas já vieram pra Uberlândia tituladas, com o doutorado concluído, ainda na década de 70.[...] Eu diria que tudo começou com isso, contratando as pessoas, ou já terminando o doutorado, ou bem encaminhado. Então esses doutores retornaram no final da década de 70, início da década de 80.

A partir desses primeiros contatos dos professores das engenharias, especialmente com IES da França, que renderam contatos e convênios que estão até hoje ativos é que se iniciou o processo de inserção internacional da UFU.

Inserção internacional é inclusive a forma como o Prof^o Dr. Eduardo Nunes Guimarães, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação prefere se referir à internacionalização, pois segundo ele, “esse conceito de internacionalização não tem uma homogeneidade em sua interpretação, então algumas pessoas têm preferido usar o termo inserção internacional, até porque internacionalização tem outras implicações”.

Para o Prof^o Dr. Arquimedes Diógenes Ciloni, Reitor da UFU (2000-2008), “com a internet, com a globalização, com a educação à distância, que são instrumentos que serviram para aproximar as universidades, ficou patente que nós deveríamos iniciar um processo (de internacionalização) que também fosse útil para os alunos da graduação”.

O Reitor refere-se à expansão da internacionalização em nível de graduação, por considerar que, apesar do fato do número de bolsas concedidas pelo Brasil em mestrado, doutorado e, principalmente pós-doutorado, ainda estar muito atrás de países como a China e a Coreia, que têm um número muito maior de bolsistas, “de uma década e pouca pra cá, considero que resolvemos os problemas no nível da pós-graduação”.

O reitor acredita que a internacionalização é uma tendência muito forte em países do primeiro mundo, sendo que no Brasil os números de alunos que passam pela experiência internacional ainda é bastante restrito, limitando-se a mestrado e doutorado e pós-doutorado, que é trivial, diferindo-se da graduação onde é mais difícil esse intercâmbio, segundo o reitor.

Em geral, as boas e ótimas universidades européias têm 30.000 estudantes, e desse total, de 3.000 a 5.000 estudantes são estrangeiros. Outra fase do problema que precisa ser mencionada, é que qualquer ranking internacional que é feito, classifica as universidades segundo vários critérios, obviamente o mais importante é aquele da contribuição científica que aquela universidade oferece ao mundo. Mas também entra o número de estudantes estrangeiros que ela ostenta. Ou seja, as universidades brasileiras, para se tornarem ainda mais respeitáveis, precisam caminhar em direção à internacionalização de suas atividades.

A internacionalização (ou inserção internacional – como preferiu chamar) é, para o Profº Eduardo (PROPP-UFU), “um imperativo”, como se pode perceber:

Até a década de 80 a universidade brasileira, e também a UFU, já tinha iniciado o esforço de criar laços internacionais, mas não era um imperativo como é hoje. A partir da década 80 todas as universidades necessariamente têm que fazer essa internacionalização não só aqui nos países vizinhos da América Latina, mas fundamentalmente pensando dentro de uma economia global.

O Profº Eduardo atribui esse “imperativo” a vários fatores, como por exemplo as tecnologias de informação, as próprias informações hoje disponíveis, além do conhecimento e a facilidade de integração virtual que já é muito grande até mesmo países considerados “fechados” e, nem mesmo esses países “conseguem ficar fechados para o mundo”, especialmente atribuída à transição tecnológica na área de informação, e depois sucedida pela internet.

O entrevistado (Profº Eduardo) lembra ainda que nesse âmbito (nacional) “o Brasil tem uma facilidade monstruosa, apesar das fragilidades estruturais por parte da população de aderir às novidades.”

Nesse sentido, o pró-reitor da pós-graduação, Profº Eduardo, acredita que “a década de 80 é um delimitador”, o que coincide temporalmente com o adensamento da globalização justamente na década de 1980, concordando inclusive com a literatura de que a partir do final dos anos 1980, houve uma maior amplitude no estudo do fenômeno e ênfase na abordagem sobre os processos e no desenvolvimento de competências internacionais e interculturais devido ao crescimento do fenômeno da internacionalização: mobilidade acadêmica de estudantes, professores e pesquisadores; crescimento no número de cursos, programas e qualificações com ênfase em temas internacionais e comparativos; entre outros (MIURA, 2006).

Sobrinho (2005) acredita que a educação superior coloca-se como instituição-chave no mundo globalizado, especialmente por ser a universidade, uma instituição da sociedade que vive as contradições de seu tempo e as dificuldades de firmar sua autonomia.

Chama-se a atenção para este fato, da importância da universidade nesse contexto internacional, para que se possa contextualizar o entendimento e internacionalização do ensino superior para os entrevistados da IES pesquisada.

Alguns autores (Petrella, 2003; Sobrinho, 2005; Reis e Piacitelli, 2006), acreditam que diante da complexidade causada pelo fenômeno chamado globalização e, que afeta toda a sociedade, é preciso recusar todo avanço que não coloque a elevação da vida humana incluindo valores, justiça social e equidade, o pluralismo e o respeito à alteridade. Se antes era a igreja, depois o Estado, agora é, sobretudo, o mercado quem lhe impõe as mais fortes determinações (PETRELA, 2003).

Dentro desta lógica, as IES devem adequar sua atuação às inovações tecnológicas e científicas oriundas da própria conquista do ser humano na construção de novos conhecimentos. Para tanto, o processo de internacionalização precisa ser compreendido, além de uma possibilidade de intercâmbio cultural, um ato político inserido na trama das relações diplomáticas entre países e, sobretudo, um avanço das políticas educacionais comprometidas como um sistema de ensino alinhado às transformações sociais, culturais e econômicas constantes no mundo civilizado. Nos dizeres da Prof^a Rossana de Souza e Silva, assessora de relações internacionais e interinstitucionais da UFU (ASDRI) quando questionada sobre seu entendimento em relação à internacionalização do ensino superior, a Prof^a Rossana parte do seu entendimento em relação ao papel da universidade, como abaixo:

O nosso entendimento é que a Universidade, ela deve ter de fato o caráter internacional, ou seja, o caráter de produção, a responsabilidade de produção, do conhecimento da universidade, ela não deve estar restrita ao produzir, mas sim disseminar esse conhecimento. Nós entendemos que o papel da Universidade é gerar, é produzir e trocar, estabelecer relações com outras universidades, ou seja, o papel do conhecimento que a universidade produz ele deve ser universal (...).

A professora ainda complementa dizendo que “existe uma necessidade da disseminação do conhecimento que a universidade produz no âmbito nacional, mas isso é pouco.” Fato esse que pode ser reconfirmado, segundo a entrevistada:

(...) muito se ouve falar sobre essa questão de que a universidade não pode ser fechada em seus próprios muros, mas ainda é pouco quando você fala que essa interação, ela deve se dar em nível nacional, o caráter de fato, no nosso entendimento da universidade, é universalizar aquilo que ela faz, aquilo que ela produz, as experiências que ela tem em nível global.

Assim então é a partir dessa idéia de que é o papel de fato da universidade, ser essa geradora e distribuidora de um conhecimento que deve ter caráter universal, que a assessora da ASDRI, Prof^a Dra. Rossana entende esse processo de internacionalização das IES, como descrito a seguir:

É a partir desse entendimento de Universidade, como uma instituição que dever ter de fato esse caráter universal, daquilo que ela produz, do que ela desenvolve, das relações que ela estabelece é que nos entendemos o conceito de internacionalização das universidades.

A Prof^a Raquel Santini entende que “internacionalização do ensino superior é a aproximação dos procedimentos ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão adotados nas instituições de ensino superior de diferentes países”. A atual assessora da ASDRI complementa dizendo que para que para ter sucesso, a internacionalização deve:

Visar o compartilhamento de iniciativas bem sucedidas, a combinação de esforços para a busca de soluções para problemas de âmbito mundial e a compatibilização da formação técnico-científica em diversas áreas de conhecimento, esta última visando facilitar o engajamento de pessoas de diferentes nacionalidades em projetos de interesse comum. É uma forma de gerar ciência nas diversas áreas do conhecimento e de tecnologia contribuindo no processo de atualização científica das IES.

4.4 Razões para a internacionalização da UFU.

De acordo com o Prof Arquimedes, as três principais *razões* que têm levado a UFU a se internacionalizar são:

A primeira seria oferecer aos nossos estudantes, a oportunidade do amadurecimento que o estágio internacional traz como cidadão e como

profissional. A segunda razão é o estabelecimento de relações de cooperação, troca de pesquisas, efetivação de pesquisas em conjunto, porque isso também engrandece o nome da universidade. E terceiro, é inserir a UFU como uma das maiores instituições de ensino em que dispõe o nosso planeta.

Para o Profº Eduardo da PROPP, essas principais razões que têm levado a UFU a se inserir no cenário internacional são:

Eu diria as inovações tecnológicas, a área de informação, isso é inevitável, qualquer país do mundo hoje necessariamente fica sabendo notícias do que está acontecendo nos outros, então isso estimula. O crescimento da pesquisa, e da pós-graduação da UFU, por conta do sistema brasileiro de avaliação que necessariamente precisa se internacionalizar. Nós temos uma facilidade com nossos vizinhos, MERCOSUL. Tem uma política do governo federal, visando isso, e isso facilita também. E terceiro o projeto interno.

A pró-reitora de graduação, Profª Vera, acredita que essas principais razões para a internacionalização sejam

Primeiro mostrar que a UFU também faz ciência, pesquisa, ensina, faz extensão, pois os espaços internacionais são importantes, participar de congressos, discutirem, trocar opiniões com outros pesquisadores. A segunda razão, é que nós nos tornamos melhores seres humanos, melhores cidadãos, e melhores profissionais, quando você tem a oportunidade de vivenciar o outro, a diferença do outro, a cultura do outro, nos trás um conceito muito caro, se chama alteridade. A terceira razão seria o crescimento individual.

Essa visão também é compartilhada pela Profª Rosuíta, coordenadora do curso de medicina, para ela a principal razão “é para entendermos que somos bons. Acho que para a pesquisa isso é muito importante, sem mencionar a questão da experiência. Ser reconhecidos diante do que agente vê lá fora.”

O Profº Valdir, coordenador do programa de mestrado em administração acredita que a internacionalização é um processo que acompanha a história da humanidade, “a busca pelo novo, pelo diferente, faz com que a gente se internacionalize”. O referido coordenador acredita que o mais importante é a globalização das economias, de forma que a instituição possa se diferenciar sem no entanto interferir na cultura local.

Para o Profº Valder Steffen da Faculdade de Engenharia Mecânica, as principais razões para a UFU se internacionalizar são

Formação de redes parcerias de pesquisa. A segunda, é que creio que existe um aspecto científico, cultural, que é muito mais amplo que o local, logo não pode ser uma coisa centrada em si mesma, assim se torna necessárias experiências distintas. Um razão forte é exatamente conhecer as experiências de outros países.

A professora Rossana da ASDRI resume; “as principais razões que têm levado a UFU a se internacionalizar são os problemas globais, sociais e a qualificação profissional.”

A Prof^a Raquel Santini acredita que as três principais razões para a UFU de internacionalizar são: 1) a divulgação da instituição e de sua formação em todos os continentes; 2) a melhoria e a atualização dos currículos acadêmicos, científicos e culturais e; 3) o impulso à reflexão sobre cenários futuros da educação superior considerando a relevância e a significação da educação superior como bem público.

A seguir são expostas as principais ações de internacionalização promovidas pela UFU.

4.5 Ações de internacionalização promovidas pela UFU

Algumas ações ligadas diretamente à reorganização do setor de internacionalização foram realizadas com vistas à expansão, como pode ser percebido nas palavras da Prof^a Rossana:

Quando assumimos (início de 2006), fizemos uma reorganização do setor, nós identificamos que apesar de já existirem alguns convênios firmados pela UFU, vários estavam assim totalmente estagnados, alguns nunca tinha sido feito nenhuma ação de cooperação, e aqueles que estavam funcionando, estavam direcionados para uma área e para um continente ou um País, que era as Engenharias, o continente era a Europa e o País era a França, e nós entendemos que a internacionalização ela é mais do que isso, então a primeira coisa que nós pensamos, a primeira estratégia do nosso plano de trabalho foi o de ampliar do ponto de vista geográfico a inserção internacional da UFU, estabelecendo portanto convênios com universidades situadas em diferentes continentes, porque isso atendia a uma demanda de toda a Universidade, tanto de professores, como os estudantes que questionavam: Mas porque só tem na França? Porque só vai estudante para França? Etc. Então nós vimos que era necessária essa expansão do ponto de vista geográfico (...)

O pró-reitor de pós-graduação e pesquisa, Prof^o Eduardo, acredita que não exista, no caso da UFU, uma prioridade geográfica para firmar esses convênios, sendo ele, “a prioridade é alargar ao máximo os convênios”, buscando novos parceiros.

Mas, segundo a professora, existiam ainda outros aspectos a serem avaliados:

(...) mas um outro aspecto é que houvesse também uma expansão do ponto de vista do conhecimento, das áreas de conhecimento atendidas pela cooperação internacional. Então nós estabelecemos que para o final do ano de 2006 nós deveríamos cumprir essa meta de ampliar o número de convênios, mas de uma forma planejada em que nos pudéssemos por exemplo, abrir cooperação com Portugal, com Espanha, com a Itália, com países da América do Sul, da América Central, da América do Norte, continuar a cooperação com a França, que é extremamente importante para que se fortalecesse a relação de cooperação com esse país, mas que esse avanço atendessem a toda a universidade, e nós conseguimos isso, no final de 2006 nós já tínhamos estudantes, professores para instituições de diferentes países, de praticamente todos os continentes com exceção da Oceania e para todas as nossas áreas, tanto para humanas, como saúde e exatas.

Segundo a assessora da ASDRI; até 2005 existiam 26 convênios assinados, sendo que de fato, apenas 3 (três) estavam ativos, isso considerando então período que engloba desde o final da década de 1970 até 2005. Os convênios considerados ativos:

que têm alguma ação de cooperação pelo menos em andamento, que esteja dentro do prazo de validade, mas principalmente que tem ação de cooperação; ou seja, que têm pelo menos um professor desenvolvendo uma pesquisa, tem um professor aqui, tem uma visita por ano, tem estudantes indo e nós estamos recebendo estudantes, tanto da graduação, quanto da pós-graduação, tem alguma publicação conjunta, tem algum evento com a participação dos professores dessas Universidades, ou seja, não é necessário que você tenha todas essas **ações** acontecendo, mesmo porque as características das universidades são diferentes, mas pelo menos uma ou duas ações têm que acontecer, não basta o convênio estar assinado mas estar parado e engavetado.

Considerando essa premissa de ação, após o levantamento da real situação em que estava a cooperação internacional na UFU, um grande salto foi dado:

De acordo com levantamentos que fizemos, até 2005 nós tínhamos 26 (vinte e seis) convênios assinados, só que ativos de fato, nós tínhamos 3 (três), do final da década de 1970 até 2005. Atualmente nós temos aproximadamente 100 (cem) convênios assinados, dos quais nós já temos 92 (noventa e dois), assinados pelas 2 (duas) partes, mas tem uns que por exemplo, foram assinados no exterior e não chegaram aqui ainda, outros que foram assinados aqui e não chegaram no exterior, que dá aproximadamente 103 convênios.

Dos convênios citados, a professora considera que praticamente todos são ativos, cita apenas algumas dificuldades, por exemplo, com dois convênios do Japão.

Durante as ações de ampliação do número de convênios a estratégia utilizada foi:

Aqueles convênios que estavam dentro do prazo de validade, para reativá-los nós enviamos uma carta para todas as instituições que nós tínhamos (convênio) informando que nós estávamos assumindo a direção da Assessoria de Relações Internacionais, e que gostaríamos de estabelecer de fato ações de cooperação. Então propusemos por exemplo a mobilidade de estudantes, convidamos professores para nos visitar e vários convênios que nunca havia sido feito nenhuma ação, ou só fora feita uma no momento em que foi assinado, eles passaram a ficar extremamente atuantes, por exemplo Universidade do Porto, Universidade de Valencia, Instituto Politécnico de Valência e várias outras universidades que estavam assim, totalmente paradas sem nenhuma ação, e aí tem também os outros que quando nós fomos assinando novos convênios, se você observar por exemplo na nossa página (na internet) você vai ver que a maior parte dos nossos convênios foram assinados à partir de 2005 (grifo nosso).

Paralelamente, de acordo com a Prof^a Raquel Santini, assessora de relações internacionais (ASDRI 2009-2012), existem outras ações relativas ao ensino, especialmente na Faculdade de Engenharia Mecânica (FEMEC). Para ilustrar esse fato, a Professora Raquel cedeu o documento que traz todo o percurso que o aluno de engenharia mecânica da UFU faz nessa instituição e também aquele que percorre num IES francesa, com toda equivalência de créditos e carga horária, variando de acordo com o período em que decide sair para a mobilidade internacional para que possa, ao final de sua graduação, graduar-se com duplo diploma, o que segundo a atual assessora da ASDRI “já aconteceu com aproximadamente 5 ou 6 alunos e, existem vários outros que estão atualmente em curso” (ver anexo C).

O duplo diploma e a co-tutela, que também são ações relacionadas ao ensino, são práticas que começam a surgir, algumas já finalizadas e outras ainda acontecendo, com alunos dos programas de pós-graduação.

Relacionado ao ensino de línguas estrangeiras, a UFU conta com a Central de Línguas – Celin, que oferece cursos regulares dos idiomas inglês, francês, espanhol, italiano e alemão; além de português para estrangeiros.

De acordo com a Prof^a Rossana, “existem projetos para a oferta de disciplinas em outros idiomas na UFU, mas isso ainda não acontece”.

Em relação à flexibilização curricular, a Prof^a Dra. Vera Puga, Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD), acredita que, antes mesmo de se falar em internacionalização, seria importante se falar em “nacionalização” ou até mesmo uma revisão dessa possibilidade no âmbito institucional:

É importante a flexibilização começando pela nossa própria instituição, permitindo que o currículo, uma vez que são tão gradeados possibilitem o aluno fazer outra disciplina em outro lugar. Então o nosso aluno é proibido de vivenciar a nossa universidade. Acho que a mobilidade deve ser feita primeiro dentro de nossos currículos, dentro de nossa universidade. Os nossos alunos acabam saindo com um currículo muito fechado. Os planejados dificultam devido aquele conceito de que “eu sou melhor que qualquer um”, um conceito retrógrado, impedindo que o aluno faça esse movimento. Mesmo que não consiga fazer grandes disciplinas, que seja diferencial em seu currículo, o fato de estar saindo de casa, vivenciando outra cultura já é válido. Então eu acho que a partir do momento que nosso estudante vivencia uma universidade, e não a faculdade isolada, e vivencia a possibilidade de outra cidade, de outra universidade, já é um grande passo.

Nesse sentido, a Prof^a Vera, acredita que “a UFU deu um salto qualitativo muito grande” uma vez que, o incentivo à mobilidade acadêmica já é uma política institucionalizada na UFU, especialmente a partir do momento em que se criou assessoria internacional e nacional.

Desde o momento em que se criaram normas e abriram-se convênios, porque antigamente praticamente apenas os alunos da engenharia que saíam, pois o restante não tinha essa chance. Foi estimulado através da Prof^a Rossana que criou convênios, divulgado através de editais, e através do próprio crescimento natural da instituição, pesquisas, os professores que vão se qualificando, o programa criou a necessidade de se internacionalizar através desses convênios. Então professores de fora vêm, vão os daqui, assim como os alunos. Devido ao mundo globalizado, os alunos precisam participar de bancas, darem palestras internacionalmente, então cada convite que eles recebem, é importante para os currículos deles.

A pró-reitora de graduação acredita que somente a partir dessas formalizações e organizações que aconteceram via ASDRI, foi que “a UFU adentrou ao mundo da internacionalização, porque se não fosse essa assessoria, continuaria os alunos da engenharia indo para fora, isoladamente”. A professora Vera complementa ainda lembrando que em

meados de 2008 eram “mais de 100 alunos da graduação fora de Uberlândia (dentro e fora do país), isso significa contatos, o nome da instituição que está se aprimorando”.

Para realizar essa mobilidade existem políticas formalizadas em termos de documento, e cita que inclusive,

Para que possam realizar parte de seus estudos fora da UFU, os alunos se matriculam numa disciplina chamada “mobilidade” (nacional, internacional), entrando mais uma vez o papel do controle acadêmico. Existe uma comunicação entre a coordenação daqui e a de lá, havendo um envolvimento da instituição.

Outra questão importante no que tange à flexibilização dos currículos foi o fato de que uma vez que o aluno tem parte de sua carga horária livre para que ele possa decidir como melhor aproveitá-la, conforme explica:

As prefeituras decidiram fazer uma normatização interna. Por exemplo, o colegiado tem que dizer quantas vagas vão disponibilizar para alunos que vêm de fora, tem toda uma formalidade. (...) assim, houve quase uma obrigatoriedade de um reconhecimento do outro, que o outro é tão bom como eu. (...) Outra questão é que quando fizemos a reforma curricular dentro da nossa instituição nós lutamos muito, num discurso cansativo e fomos perdedores de que 10% do total de horas de um currículo deveria ser liberado para o aluno. Resultado, ganhamos só 5%. Fora esse 5% que ele pode optar livre, os 95% das disciplinas que ele tem restante tem que ser cumpridas conforme o currículo para que o aluno forme. Assim para substituir essas disciplinas, elas devem ter equivalência de hora, conteúdo, portanto serem muito semelhantes, conforme as exigências do colegiado.

Relativamente às ações a serem adotadas ou aprimoradas para que o processo de internacionalização se intensifique segundo a Prof^a Vera Puga

Um contato direto com os colegiados e coordenações, a divulgação via cartazes, internet, folders, que é uma forma de chegar ao outro. Através da assessoria, trazemos grandes profissionais europeus, norte-americanos, onde promovemos seminários, envolvendo professores, alunos, uma forma para funcionar o negócio realmente. Eu acho que nosso grande ponto são as coordenações de curso, pois quando são envolvidas, elas têm a capacidade de envolver os alunos. (...) Outra coisa que temos que parar e fazer e que ainda não tivemos condições, é preparar melhor os alunos, para que possamos correr menos riscos. Tem-se chamado os coordenadores para serem parceiros da seleção, fazendo com que se responsabilizem pelos alunos no sentido de aproveitamento.

Para o Prof^o Valdir, do mestrado em Administração, é muito importante trazer professores de outras localidades, além de “incentivar também os professores da instituição a se capacitarem e

fazerem pós-doutorado em IES internacionais, bem como estimular redes de comunicação entre os alunos”.

O Profº Valder Steffen (FEMEC) afirma que existe uma série de variáveis que devem ser cuidadas, mas particularmente ele acredita que exista muito interesse das pessoas e, completa dizendo que, mesmo em casos que exijam maiores cuidados e detalhamentos como nos casos da co-tutela e dupla diplomação, é possível quando ambas as partes se comprometem, como em suas palavras:

Eu acredito muito no interesses das pessoas. Ano passado (2007) tive um aluno de doutorado nos EUA. Tudo que aconteceu foi previamente programado. Tem responsabilidades de todas as partes envolvidas. Tem uma série de variáveis que devem ser cuidadas. Orientamos sempre o aluno estudar uma língua estrangeira.

Já o Profº Eduardo, da pós-graduação, acredita muito na expansão e institucionalização de políticas e ações bem direcionadas nesse sentido, como: “aumentar o numero de convênios internacionais; criar uma estrutura interna que faça ordenar e normatizar esse processo, e fazer políticas indutivas para internacionalização”.

Outra ação específica que vêm sendo pratica no âmbito da pós-graduação para ampliar a publicação dos pesquisadores da UFU em periódicos internacionais é a manutenção por essa pró-reitoria, de uma área com pessoas dedicadas para a tradução de documentos e artigos voltados á publicação internacional e disponibilização na internet, que já geram resultados no curto e médio prazos

E agora estamos também recebendo pessoas (...) Hoje temos a política não apenas indutiva, mas também normativa, tem convênios formados, tem o projeto, e prioridade para que ela seja executada. Na pós (graduação) temos políticas específicas para ampliar a publicação de nossos pesquisadores em revistas internacionais, facilitando essa publicação de forma institucionalizada. (...) Nós estamos fazendo ações concretas para que o governo molde essa legislação e facilite essa internacionalização. A formalização das políticas vai se dar através da assessoria que irá crescer na próxima reitoria. Uma das políticas que estão sendo feitas, é a tradução de todos os documentos, disponibilização na internet. Quando se iniciou essa gestão definiu como uma área prioritária, o próprio reitor assumiu um papel importante no cenário nacional (presidência da Andifes 2007-2008). Não só foi feita uma ação interna (na instituição), mas no nível da representação dos reitores foi feita uma forte ação mostrando a presença do Brasil e da UFU lá fora.

A professora Rossana (ASDRI), defende a mobilidade de estudantes de graduação e a participação em projetos internacionais. Mas, não apenas a mobilidade de estudantes, também a de professores para realizarem o pós-doutorado fora e claro a recepção de docentes de IES parceiras que venham participar de alguma atividade na UFU. A assessora acredita que isso possa ser incentivado por meio da “ampliação dos convênios, não apenas do ponto de vista geográfico, mas em nível de conhecimento e em relação ao tipo de ações praticadas.”

Para que a internacionalização da instituição possa se tornar uma realidade é necessária a utilização de algumas *ações e estratégias* específicas, quanto à isso, o reitor destaca a necessidade de uma datação orçamentária da instituição própria para esse fim. Nos dizeres do Prof Arquimedes:

É preciso que haja isso para arcar com os custos, porque temos que enviar estudantes muito pobres, que têm mérito educacional, e cujas famílias não têm condições de arcar com os custos. Portanto a UFU, dentre outras instituições que já tem escritórios, colocamos nossa experiência a disposição de outras universidades federais por meio do primeiro curso de gestão da internacionalização. Outro passo que precisamos dar e que a ANDIFES já vem trabalhando nessa direção, é que o país precisa oferecer condições para que nossas universidades recebam pessoas de outros países. Portanto, nós estamos trabalhando junto com o nosso ministério das relações exteriores, para que haja um fomento cada vez maior, exatamente pra gente poder aumentar o numero de estudantes estrangeiros que vem para o nosso país. Ao mesmo tempo precisamos dotar nossas universidades de uma melhor infra-estrutura de pesquisa, precisamos construir mais laboratórios, que sejam eficientes, não só para alunos de graduação, mas também para alunos de pós-graduação, para que nossos pesquisadores por sua vez, possam receber e orientar estudantes mesmo de países chamado de primeiro mundo.

O reitor ainda lembra que é preciso ressaltar que no Brasil existem muitos grandes pesquisadores; e que o país em dez anos aumentou sua produção científica em quatro vezes;”se nós conseguimos em mais dez anos quadruplicar novamente, nós vamos empatar com a Alemanha. Para dar esse salto, nós precisamos reforçar ainda mais nossa estrutura de pesquisa”. Nesse sentido, o Profº Arquimedes acredita que a internacionalização é um dos grandes impulsionadores para a formação dessas redes de pesquisa e publicação, mas o reitor vai além, ele acredita que se trata de um processo muito amplo que possui várias vertentes.

Nesse sentido, ele assegura que:

Estamos criando o grupo COIMBRA das universidades brasileiras. Esse grupo é um grupo que congrega as 38 maiores universidades européias. São muitas as iniciativas que agente vêm adotando. Uma universidade federal que não tem escritório irá topar com a dificuldade. O escritório institucionalizou a atuação internacional da Universidade Federal de Uberlândia.

Esta intenção mencionada na entrevista concedida pelo reitor à pesquisadora em meados de 2008, tornou-se realidade. Ciloni (2009, p. A2) confirma:

Nossa inserção internacional cresceu: literalmente, a UFU abriu suas portas para o mundo. Culminando o processo de internacionalização de nossas atividades, em que estabelecemos convênios com mais de cem instituições de outros países, tivemos a honra de, em novembro, liderando um grupo de 47 instituições, co-presidir a cerimônia de criação do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Este se agrega agora ao grupo original, que congrega 38 das maiores universidades européias.

A responsável pela organização da Associação Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras é a Assessora de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, professora Rossana Valéria de Sousa e Silva.

O referido reitor, na mesma publicação, no âmbito do fomento financeiro afirma ainda:

Assinamos novo convênio com o Banco do Brasil que, dentre outros aspectos, prevê R\$ 1,5 milhão em bolsas para alunos carentes que, com esse subsídio, poderão usufruir de nossos programas de mobilidade internacional e terão a oportunidade de realizar parte de sua formação em instituições conveniadas de outros países

A dificuldade de financiamento é apontada pelos entrevistados como um dos principais obstáculos à internacionalização da UFU, seguido pela barreira das dificuldades com os idiomas, como pode ser percebido nas palavras da Prof^a Rosuíta, da Medicina:

Eu entendo que essa internacionalização precisa muito acontecer (...) todos nossos alunos foram para Portugal, e embora seja legal, preferia que eles fossem para outro lugar. Porque independente que façam a disciplina que a gente tem aqui, eu queria que fossem para ver como é a escola, que relação os professores tem com os alunos, como se organizam, como esses professores ensinam, analisam, convivem com os alunos. Porque viver uma experiência de outra universidade em outro país, é uma coisa muito rica, mas quando vão para Portugal eles perdem a possibilidade da língua. Assim eu fico muito triste quando decidem ir para Portugal, queria que fossem pra

França, para outro país que falasse outra língua, para terem sim uma dificuldade, porque eu acho que é isso que faz crescer (...).

Os dados referentes aos convênios de cooperação internacional que a UFU mantinha até a conclusão desse trabalho, no que se refere ao continente, país, IES conveniada, abrangência do convênio no que diz respeito à área de conhecimento, bem como a data de assinatura do contrato, seu prazo de validade e sua forma de renovação constam no quadro 12.

Até a conclusão desse trabalho, a UFU possuía 91 (noventa e um) convênios assinados com instituições localizadas em 23 (vinte e três) países, cujas datas referentes às assinaturas dos respectivos documentos encontram na tabela 3.

Tabela 3 – Número de contratos UFU de convênio internacional assinados por ano

Ano assinatura	Nº contratos	Ano assinatura	Nº contratos
1982	1	1997	1
1985	1	1999	1
1986	3	2001	1
1987	1	2002	1
1988	3	2004	6
1991	2	2005	14
1993	2	2006	23
1995	1	2007	18
1996	1	2008	8
Não informados	3	TOTAL	91

Fonte: Autora, com base nos dados constantes no site da ASDRI – UFU (2009)

Continente	País	Universidade	Assinatura Contrato		Duração	Renovação
AMÉRICA CENTRAL	Cuba	Centro Universitario de Sancti Spiritus	abril	2006	5 anos	tácita recondução
		Instituto de Ciência Animal	maio	2004	5 anos	termo aditivo específico
		Instituto Superior de Cultura Física "Manuel Fajardo"	abril	2006	5 anos	tácita recondução
		Instituto Superior Pedagógico "Jose de la Luz y Cabballero"	maio	1991	Indeterminado	--
		Universidad Agraria de La Habana	abril	2006	5 anos	tácita recondução
		Universidad Central Marta Abreu de las Villas	setembro	2006	5 anos	termo aditivo específico
		Universidad de Granma	abril	2006	5 anos	--
		Universidad de Matanzas "Camilo Cienfuegos"	abril	2006	5 anos	tácita recondução
	Guatemala	Universidad San Carlos de Guatemala	dezembro	2004	5 anos	termo aditivo específico
	República Dominicana	Universidad Tecnológica de Santiago	junho	1988	Indeterminado	--
AMÉRICA DO NORTE	Canadá	National Research Council of Canada	março	2008	5 anos	não informado
	Estados Unidos	Ohio State University	não informado	não informado	Indeterminado	--
		Roosevelt University	agosto	2006	5 anos	tácita recondução
		Universidade do Missouri, St Louis	junho	2007	5 anos	não informado
		University of Florida	abril	1997	5 anos	tácita recondução
	México	Entidade Pública do Estado de Michoacán	outubro	2004	5 anos	tácita recondução
		Universidad Autónoma Chapingo	julho	2007	Indeterminado	--
		Universidad Autónoma de San Luis Potosí	outubro	2005	5 anos	tácita recondução
		Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Iztapalapa	dezembro	1991	Indeterminado	--
		Universidad de Colima	maio	2007	5 anos	termo aditivo
		Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo	outubro	2004	5 anos	não informado
AMÉRICA DO SUL	Argentina	Universidad Nacional de Lomas de Zamora	fevereiro	2005	5 anos	tácita recondução
		Universidad Tecnológica Nacional	março	2006	5 anos	tácita recondução
	Colômbia	Centro Internacional de Agricultura Tropical	agosto	2002	5 anos	não informado
		Universidad de la Salle	junho	2007	Indeterminado	--
		Universidad del Valle	julho	1986	2 anos	tácita recondução
		Universidad de Medellín	julho	1985	Indeterminado	--
		Universidade Autónoma de Bucaramanga	abril	2005	Indeterminado	--
		Universidad Industrial de Santander	julho	2001	Indeterminado	--
		Universidad Pontificia Bolivariana	julho	2005	Indeterminado	--
	Guiana Francesa	L'Institut Universitaire de Formation de Maître de la Guyane	maio	2006	5 anos	tácita recondução
	Peru	Universidade Nacional de Huancavelica	outubro	2007	não informado	não informado
		Universidad Nacional del Santa	novembro	2006	5 anos	automática
África	Marrocos	Faculte des Sciences et Techniques D'Errachidia	maio	2006	5 anos	termo aditivo
		Universite Moulay Ismail	outubro	2006	5 anos	não informado
	Tunísia	Universidade de Manouba	setembro	2006	5 anos	tácita recondução
ÁSIA	Japão	Kyoto University of Foreign Studies	março	1988	Indeterminado	-
		Universidade de Comércio de Osaka	julho	1987	Indeterminado	-

Continua

Europa	Áustria	University of Natural Resources and Applied Life Sciences-Vienna	junho	2007	5 anos	não informado
	Alemanha	Institut für Sport und Sportwissenschaften	junho	1982	Indeterminado	--
		Technische Universität Carolo-Wilhelmina zu Braunschweig	março	2007	5 anos	tácita recondução
		Universität Hohenheim	março	1999	3 anos	termo aditivo específico
	Espanha	Consejería de Educación de Embajada de Espanha	dezembro	1993	Indeterminado	--
		Universidad Católica San Antonio	junho	2006	5 anos	não informado
		Universidad de Huelva	março	1996	Indeterminado	--
		Universidade de Vigo	novembro	2007	3 anos	não informado
		Universidad Politécnica de Valencia	julho	1986	Indeterminado	--
		Universitat de València	janeiro	1986	Indeterminado	--
	França	Centre National de la Recherche Scientifique	abril	1993	Indeterminado	--
		École des Hautes Etudes en Sciences Sociales	março	2007	5 anos	termo aditivo específico
		École Nationale Supérieure de Chimie de Montpellier	julho	2004	5 anos	não informado
		École Nationale Supérieure de Mécanique et des Microtechniques de Besançon	não informado	não informado	não informado	não informado
		Institut Français de Mécanique Avancée	janeiro	2006	5 anos	termo aditivo específico
		Institut National des Sciences Appliquées de Lyon	maio	2005	3 anos	não informado
		Institut National des Sciences Appliquées de Rennes	maio	2006	5 anos	acordo formal
		Institut National des Sciences Appliquées de Rouen	maio	2007	3 anos	não informado
		Institut National des Sciences Appliquées de Strasbourg	julho	2004	5 anos	não informado
		Institut National Polytechnique de Grenoble	dezembro	2005	5 anos	termo aditivo específico
		INSTITUT SUPERIEUR D'ELECTRONIQUE DE PARIS	novembro	2007	5 anos	não informado
		Université Claude Bernard Lyon 1	dezembro	2005	5 anos	termo aditivo específico
		Université de Franche - Comté	outubro	2005	3 anos	termo aditivo específico
		Université de Poitiers	setembro	2008	5 anos	tácita recondução
		Université de Savoie	fevereiro	2008	5 anos	tácita recondução
		Université d'Orléans	maio	2005	4 anos	não informado
		Université Henri Poincaré Nancy - 1	fevereiro	2007	5 anos	após avaliação
		Université Lumière - Lyon 2	setembro	2005	5 anos	termo aditivo específico
		Université Paris 10 Nanterre	fevereiro	2006	5 anos	termo aditivo específico
		Université Paris 1 Panthéon - Sorbonne	maio	2006	5 anos	acordo formal
		Université Paris - Sud 11	março	2006	5 anos	acordo formal
		Université Paul Verlaine - Metz	novembro	2006	5 anos	acordo formal
		Université René Descartes - Paris 5	setembro	2005	3 anos	acordo formal
	Holanda	Universidade Estatal de Groningen	abril	1988	Indeterminado	--
	Inglaterra	London Metropolitan University	julho	2008	5 anos	não informado
	Itália	Politecnico de Milano	novembro	2007	5 anos	não informado
		Università Roma 4 - Istituto Universitario di Scienze Motorie	dezembro	2005	3 anos	termo aditivo específico
		Università Degli Studi del Molise	setembro	2006	5 anos	tácita recondução
		Università Degli Studi di Cassino	não informado	não informado	não informado	não informado
		Università degli Studi di Firenze	junho	2007	1 ano	tácita recondução
		Università degli Studi di Milano	junho	2008	5 anos	não informado
		Università Degli Studi di Padova	janeiro	2008	5 anos	não informado
		Università degli Studi di Siena	janeiro	2007	5 anos	tácita recondução
	Portugal	Universidade da Beira Interior	abril	2005	5 anos	tácita recondução
		Universidade de Coimbra	fevereiro	2007	5 anos	termo aditivo específico
		Universidade de Lisboa	setembro	2006	5 anos	tácita recondução
		Universidade de Évora	março	2007	5 anos	termo aditivo específico
		Universidade do Minho	setembro	2006	5 anos	tácita recondução
		Universidade do Porto	maio	1995	Indeterminado	--
		Universidade Técnica de Lisboa	novembro	2007	5 anos	não informado
	Suíça	La Haute Ecole Pédagogique Berne - Jura - Neuchâtel - Hep-BeJura	março	2005	3 anos	não informado
		Université de Fribourg	julho	2008	5 anos	tácita recondução
	Ucrânia	Universidade Técnica Nacional da Ucrânia - Instituto Politécnico de Kiev	setembro	2008	5 anos	não informado

Quadro 12 – Convênios UFU de cooperação internacional
 Fonte: Autora com base nos dados Site ASDRI - UFU (2009)

O gráfico 5 traz a linha de evolução em relação ao número de contratos de cooperação internacional assinados ao longo dos últimos 26 anos.

Gráfico 5 - Número de contratos UFU de convênios internacionais assinados ao longo dos últimos 26 anos

Fonte: Autora, com base nos dados constantes no site da ASDRI - UFU (2009)

No que se refere à mobilidade discente, o site da ASDRI – UFU (2009) disponibilizava informações tanto por ano e por curso, quanto por país. O quadro 13 traz as informações atualizadas até 2008, no que se refere à mobilidade discente por país.

Mobilidade Discente por País					
Continente	País	Em andamento	Concluído	Sem informações	Total
América Central	Cuba	1	12		13
América do Norte	Estados Unidos		3		3
	México	3	2		5
América do Sul	Bolívia	3			3
	Colômbia	1			1
	Paraguai		2		2
Europa	Alemanha	2	1		3
	Espanha	3	8		11
	França	70	134	10	214
	Inglaterra	2			2
	Itália	4	13		17
	Portugal	17	48		65
	Suécia	1			1
	Suíça		1		1
		107	224	10	341

Quadro 13 – Mobilidade discente UFU por continente país

Fonte: Autora – com base nos dados site da ASDRI – UFU (2009)

Até o encerramento deste trabalho, eram 107 (cento e sete) alunos da UFU em Mobilidade Internacional em países da América Central, da América do Norte, América do Sul e Europa, além de outros 234 (duzentos e trinta e quatro) outros que já haviam concluído seus estudos em nível internacional ou que não havia registro sobre esses dados.

Em relação ao número de alunos que participaram de algum programa de mobilidade ao longo dos últimos anos, o site disponibiliza dados de 1997 em diante, cuja disposição encontra-se na tabela 4.

Tabela 4 – Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional por ano.

Ano	Nº Alunos
1997	2
1998	1
1999	1
2000	3
2002	5
2003	11
2004	15
2005	27
2006	44
2007	118
2008	99
TOTAL	326

Fonte: Autora com base nos dados site ASDRI – UFU (2009)

O gráfico 6 traz a evolução do número de alunos em mobilidade internacional nos últimos anos.

Gráfico 6 - Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional por ano.
 Fonte: Autora com base nos dados site ASDRI – UFU (2009)

Outros dados importantes também se referem aos principais cursos de onde saíram tais alunos em mobilidade internacional. A análise dos registros reconfirma a forte participação dos cursos da área de ciências exatas, especialmente as engenharias, conforme quadro 14 e gráfico 7. Mas percebe-se paralelamente um crescimento paulatino da participação de estudantes advindos de outros cursos (tabela 5 e tabela 6).

Curso	Nº Alunos	Curso	Nº Alunos
Ciências biológicas	1	Ciências Sociais	9
Decoração		Ciências Econômicas	10
Engenharia Eletrotécnica		Geografia	
História	2	Psicologia	
Odontologia		Educação Física	11
Arquitetura e urbanismo	3	Engenharia Mecatrônica	
Artes		Letras	
Enfermagem		Engenharia Civil	22
Filosofia	4	Ciências da computação	23
Medicina Veterinária		Direito	26
Pedagogia		Engenharia Química	38
Agronomia	5	Engenharia Mecânica	42
Administração	6	Engenharia Elétrica	48
Física	8		
Medicina			
Física			
Medicina			

Quadro 14 - Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional nos últimos 11 anos seus respectivos cursos

Fonte: Autora com base nos dados site ASDRI – UFU (2009)

Sobre esses números, vale uma consideração no que diz respeito a exatidão da quantidade de alunos que saíram em mobilidade acadêmica. A própria Professora Rossana, em sua entrevista à pesquisadora, disse que a questão da informação pertinente a tais números, era uma das questões até então gerava muitas dúvidas, por não existir anteriormente uma centralização de tais dados.

Os dados que nós temos (que isso é também uma coisa um pouco complicada), é que, como não existia uma política mesmo de internacionalização para a instituição, não existia um sistema de informação centralizada, então nós procuramos recuperar essas informações existentes, pegar os convênios, vários convênios que ficavam com o professor que pedia para o reitor assinar tal convênio e muitas vezes ele mesmo ficava (com o convênio) e administrava de lá (...).

Reiterando esse fato, a atual assessora da ASDRI, professora Raquel Santini, disse que apenas na Engenharia Mecânica, o primeiro curso a se internacionalizar na UFU, desde 1985 saem, no mínimo 4 (quatro) alunos por ano para realizar parte de seus estudos em outros países **com bolsa** de estudos. Apenas essa informação já alteraria e muito os números referente à mobilidade discente na UFU; que com case em tais evidências, seria ainda muito maior.

Gráfico 7 - Proporção de participação dos cursos de graduação UFU na mobilidade discente,
Fonte: Autora.

Tabela 5 - Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional seus respectivos cursos (por ano)

Curso/Ano	Administração	Agronomia	Arquitetura e urbanismo	Artes	Ciências biológicas	Ciências da computação	Ciências Econômicas	Ciências Sociais	Decoração
1997									
1998									
1999									
2000									
2002									
2003						2			
2004						3			
2005			2			3			
2006			1					3	
2007	2	2		2	1	7	6	6	
2008	4	3		1		8	4		1
TOTAL	6	5	3	3	1	23	10	9	1

Curso/Ano	Direito	Educação Física	Enfermagem	Engenharia Civil	Engenharia Elétrica	Engenharia Eletrotécnica	Engenharia Mecânica	Engenharia Mecatrônica	Engenharia Química
1997									2
1998									1
1999									1
2000									3
2002							2		3
2003							5		4
2004					2		8		2
2005					7		10		4
2006	3			12	7		7		4
2007	16	11		6	17			5	6
2008	7		3	4	15	1	10	6	8
TOTAL	26	11	3	22	48	1	42	11	38

Curso/Ano	Filosofia	Física	Geografia	História	Letras	Medicina	Medicina Veterinária	Odontologia	Pedagogia	Psicologia	TOTAL
1997											2
1998											1
1999											1
2000											3
2002											5
2003											11
2004											15
2005	1										27
2006	1	3			1					2	44
2007	1	4	6	1	4	2	3	2	2	6	118
2008	1	1	4	1	6	6	1		2	2	99
TOTAL	4	8	10	2	11	8	4	2	4	10	326

Fonte: Autora com base nos dados site ASDRI – UFU (2009)

Os registros dos alunos no exterior em mobilidade na UFU indicam que estavam em mobilidade nesta instituição 126 (cento e vinte e seis) estudantes estrangeiros, oriundos da América Central, América do Norte, da América do Sul, Europa e África, distribuído conforme tabela 7; sendo que 1 (um) aluno da Áustria, estava na UFU pela segunda vez. A presença desses estudantes possibilita a convivência e o aprendizado dos alunos UFU alunos com estudantes dos vários continentes, permitindo que aconteça o que a literatura convencionou chamar de internacionalização *at home*.

Tabela 6 - Número de alunos estrangeiros em mobilidade na UFU

Continente	País	Total
América Central	Cuba	1
	Costa Rica	2
	Panamá	2
América do Norte	México	9
América do Sul	Bolívia	5
	Chile	2
	Colômbia	10
	Paraguai	6
	Peru	11
	Venezuela	1
Europa	Áustria*	3
	Alemanha	7
	Espanha	1
	França	19
	Inglaterra	1
	Itália	3
	Suécia	1
	Suíça	3
	Ucrânia	1
África	Angola	26
	Cabo Verde	11
	Moçambique	1
TOTAL		126

Fonte: Autora com base nos dados site ASDRI – UFU (2009)

Em relação aos docentes da Universidade Federal de Uberlândia que realizam seus estudos de Pós-Graduação em outros países, a UFU contava na presente data com 36 (trinta e seis) professores, notadamente na América do Norte (10 professores), na Europa (21 professores) e ainda 8 (oito) professores na América do Sul. Não foi encontrada nenhuma informação referente ao número de docentes provenientes de outras instituições do exterior em algum programa de mobilidade em andamento ou concluído, conforme tabela 7.

Tabela 7 - Número de Docentes da UFU em mobilidade Internacional

Continente	País	Nº Docentes
América do Norte	Estados Unidos	7
	Canadá	3
América do Sul	Argentina	1
	Bolívia	1
	Colômbia	2
	Uruguai	1
Europa	Alemanha	1
	Espanha	5
	França	6
	Inglaterra	2
	Itália	2
	Portugal	5
		36

Fonte: Autora com base nos dados site ASDRI – UFU (2009)

Dando continuidade à apresentação dos dados obtidos à partir da pesquisa de campo, no próximo tópico serão demonstradas as principais informações relativas às políticas e estratégias de internacionalização praticadas pela Universidade Federal de Uberlândia.

4.6 Políticas e estratégias de internacionalização na UFU

Lembrando que o termo *programa* nesse caso, é utilizado para expressar o modo como a *política* pode ser traduzida em *ações*. Na UFU, consta em seu estatuto atualmente em vigor

no parágrafo 6º do Artigo 6º relativo às formas como a UFU procederá na consecução dos seus objetivos, os seguintes dizeres⁹

Art. 6º A UFU buscará a consecução de seus objetivos:

VI - estabelecendo formas de cooperação com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras.

Em relação à institucionalização das políticas de internacionalização a Profª Rossana entende que são importantes as ações individuais, mas que elas não devem ficar apenas nesse plano e, sim partir para a institucionalização da internacionalização como exemplificado abaixo:

Estes contatos geravam convênios e geravam algumas outras ações, entretanto como elas deviam respeito às iniciativas individuais, muitas dessas iniciativas morreram, se acabaram porque não existia uma política mesmo institucional voltada para a inserção internacional da Universidade, e muitas vezes quando o professor se transferia, quando o professor se aposentava, acabavam-se os laços de cooperação com aquela Universidade., o que não é muito aceito ultimamente, então procuramos ter outra perspectiva (...) mas isso daí não se pode negar que isso foram os primeiros passos, e alguns muito bem sucedidos em prol da internacionalização da UFU; exemplo disso é o que aconteceu com as engenharias, algumas experiências daquele período, final dos anos 70, início dos anos 80, na área das ciências exatas, mais especificamente das engenharias, e mais especificamente ainda na engenharia mecânica que são mantidos até hoje, contatos por exemplo com as universidades francesas.

Ainda dentre as políticas institucionalizadas pela UFU no que se refere à internacionalização do ensino superior, vale ressaltar as ações referentes à compilação e centralização das informações à esse respeito na instituição como um todo.

Na percepção da professora Rossana, a possibilidade que o aluno tem de estudar no exterior não deve significar apenas a melhoria no currículo dele, mas sobretudo facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Para tanto, é preciso deixar claro para o aluno a

⁹ Os capítulos I a III do estatuto da UFU encontra-se no anexo D deste trabalho.

responsabilidade internacional contribui com a exclusão social de acordo com a então assessora da ASDRI

A internacionalização das universidades deve visar uma melhoria na qualificação profissional dos jovens, dos professores, pesquisadores, etc., mas ela deve também garantir que a universidade cumpra cada vez mais esse seu papel de se responsabilizar socialmente por problemas que são universais, e deve permitir a cada pessoa que se envolve nesse processo essa visão, uma reflexão sobre a importância que é você conviver com outras culturas, aprender com elas, perceber nas suas diferenças, mas nesse processo você fazer uma auto-reflexão sobre seu próprio papel social e da sociedade na qual você está inserido.

Esta concepção quanto ao papel da internacionalização do ensino superior, segundo a professora Rossana, também é integralmente compartilhada pelo magnífico Reitor da UFU.

Outra questão interessante abordada, foi o que Prof^a Rossana chamou de “Interiorização da Internacionalização”, como citado abaixo

Recentemente numa reunião organizada pelo DAD (da Alemanha) lá em Curitiba, onde tivemos oportunidade de falar sobre isso, da necessidade de **interiorizar a internacionalização**, para que não aconteça o mesmo com a pós-graduação que concentrou nas regiões sul e sudeste, que teve um crescimento ótimo, o padrão de excelência é indiscutível, mas que ainda é muito falho quando você analisa a situação do norte e nordeste do Brasil, principalmente atualmente o norte e o centro-oeste, o nordeste teve um rápido crescimento nos últimos anos, mas ainda não atende a demanda, mas principalmente a região norte é bastante castigada, isso implica (no caso da pós-graduação), que os professores e recém formados das regiões tem que se deslocar para se qualificarem para as regiões sul e sudeste, causando uma série de transtornos, do ponto de vista não só pessoal, familiar, mas também profissional, porque muitos deles vêm, e, por uma série de razões às vezes não retorna ao local de origem. (...) As grande universidades querem ser parcerias de grandes universidades, e isso é um processo natural, você quer ter parceria com quem tem qualidade, com quem produz pesquisa, com quem tem pós-graduação, e isso vai levar uma boa parceria. Claro que o desnível muito grande de produção científica, pode dificultar o trabalho da parceria. **Mas isso pode ser visto de outra forma, porque uma instituição pode não ter uma reputação tão grande no cenário nacional, por ela ser uma Universidade jovem por exemplo, porém ela pode ter áreas de excelência muita boas, muito bem consolidadas, e isso pode ser um elo de ligação quando ela vai estabelecer cooperação com universidades estrangeiras.** Ou seja, ela não precisa ter a reputação que tem uma UFU, UNICAMP, UNB, UFMG, as Universidades mais tradicionais do Brasil, mas elas com certeza têm setores de excelência, portanto é necessário que se explore isso ao se estabelecer contato para fazer a cooperação internacional com as universidades parceiras.(grifo nosso)

A professora em questão disse que isso foi falado nessa reunião com o DAAD da Alemanha em Curitiba e que eles gostaram muito dessa idéia – a importância de que as universidades se conheçam para saber em que pontos elas podem cooperar, pois encontrarão boas universidades no interior de MG, no interior do RJ, no nordeste, não situadas no litoral, então é preciso identificar essas universidades conhecer suas características e a partir disso mapear os potenciais que ela tem para estabelecer a cooperação internacional) A partir dessa reunião em Curitiba, o DAAD propôs uma reunião à FAPEMIG no início do mês de junho (2008) em Belo Horizonte e convidaram profa Rossana e Prof. Eduardo da PROPP para participarem e discorrerem sobre o tema, segundo a assessora da ASDRI “eles (o DAAD) disseram que a partir daquela reunião em Curitiba estavam bastante atentos ao fato de não concentrarem a cooperação nas grandes Universidades, no eixo RIO-SP, qdo falasse em nordeste, esquecesse um pouco o litoral, lembrasse do norte, do centro-oeste, etc.”

Outro aspecto que é exatamente essa questão de interiorizar, não no sentido de sair das capitais, mas sair dos eixos que comumente as coisas acontecem. Por exemplo as universidades do Amazonas, têm potencial muito bom, tem áreas muito fortes em termos de pesquisa (a professora Rossana citou que proferiu um workshop sobre internacionalização na Universidade Federal do Amazonas na semana anterior à entrevista), entretanto eles não têm tantas facilidades em termos de contato, tem muitas dificuldades; Pará e outras universidades no interior da Bahia, a Universidade Federal da Bahia em Salvador, tem uma inserção internacional muito boa, já consolidada, porque Salvador chama atenção, mas existem outras boas Universidades menores no interior da Bahia que também precisam se inserir nesse contexto internacional. Essa é uma questão que tem haver com esse ponto da INTERIORIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO, é preciso estabelecer uma política que possibilite que a inserção internacional ela se dê da forma mais homogênea possível do ponto de vista geo-político. Deve existir uma política que possibilita a inserção internacional de uma forma mais homogênea possível do ponto de vista geopolítico.

No próximo capítulo serão demonstradas as análises dos resultados a partir das entrevistas realizadas e da bibliografia analisada.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DOS RESULTADOS

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo tem como finalidade apresentar uma análise geral dos resultados obtidos na pesquisa de campo e em seguida será feita uma análise do caso sob a luz do modelo de internacionalização de Knight (1994).

A análise geral dos resultados da pesquisa de campo será apresentada na sequência. Espera-se, desta forma, atingir os objetivos específicos, enunciados na introdução do trabalho, quais sejam:

- descrever do contexto em que a pesquisa se desenvolve (estudo de caso);
- analisar as razões que impulsionam ao processo de internacionalização;
- mapear as ações de internacionalização e as estratégias organizacionais e programáticas;
- analisar o processo de internacionalização da UFU com base no modelo de Knight (1994).

5.1 A descrição do contexto em que a pesquisa se desenvolve (estudo de caso) - UFU.

Esse objetivo específico foi detalhadamente respondido no capítulo 4, no item 4.2 onde foram descritas a sua fundação, forma de administração e sua importância no contexto regional que está inserida.

Sobre o contexto em que a pesquisa se desenvolve, também é importante ressaltar como vêm acontecendo as ações de internacionalização na UFU e a atuação de área de relações internacionais. De fato, ações isoladas de cooperação internacionais e interinstitucionais existem desde a criação das primeiras faculdades que posteriormente deram origem ao que hoje conhecemos como UFU. Porém, grande impulso foi dado a partir do final dos anos 80, do século XX, com os convênios firmados na área das engenharias, especialmente com instituições francesas. Os primeiros anos do século XXI são marcados

pela ampliação não apenas das áreas de abrangência dos convênios, mas também dos países e instituições com as quais a UFU estabelece acordos de cooperação internacional.

As diretrizes da UFU para a área internacional contemplam a consolidação de programas de mobilidade internacionais considerados importante instrumento para o crescimento da Universidade por fortalecerem o conhecimento recíproco, ações e laços de cooperação interinstitucional. Por isso, procura fortificar seus convênios internacionais na expectativa de que as experiências existentes expandam-se, aprimorem-se e sejam referências de uma universidade plural e multicultural em cujo contexto devem prevalecer os princípios da tolerância, do respeito às diferenças e da luta incessante pela igualdade de direitos e por justiça social (MANUAL DO INTERCAMBISTA, 2008)

A UFU busca propiciar aos seus alunos e aos alunos estrangeiros oportunidades de estabelecerem contato com outras culturas e diferentes formas de aprendizagem, o que contribui com o seu aprimoramento profissional e pessoal.

Existe uma forte concordância por parte de todos os entrevistados em relação à importância da ASDRI no estabelecimento de políticas e regras para o processo de internacionalização da UFU.

Assim, objetivando atender aos próximos objetivos desse trabalho no próximo tópico serão abordados aspectos relativos às ações de internacionalização adotadas pela instituição pesquisada e os principais números relativos ao trabalho que vem sendo realizado ao longo dos últimos anos.

5.2 Análise das razões que impulsionam ao processo de internacionalização.

Razões, nesse contexto podem também ser interpretadas como sinônimo para os motivos que as instituições incorporem a dimensão internacional em suas atividades. Neste sentido, é importante conhecer as motivações (razões), pois diferentes motivos levam a

diferentes meios (abordagens) usados pelas IES e, conseqüentemente a diferentes resultados esperados.

Os resultados da pesquisa de campo demonstram que o processo de internacionalização na UFU ocorre, primordialmente, a partir de **razões acadêmicas** e de **reputação internacional**; além do **desenvolvimento de alunos e professores**, destacando-se; *a construção da instituição, reconhecimento nacional e internacional, a busca pela excelência* nos padrões de ensino e pesquisa, desenvolvimento de estudantes e professores. Concomitantemente às razões acadêmicas, foram muito citadas também pelos entrevistados *razões sócio-culturais* e do tipo *políticas* (cooperação para desenvolvimento, paz e entendimento mútuo além da identidade regional), corroborando com Knight (2004).

Segundo Knight (2004), as razões sócio-culturais e políticas, estão relacionadas à capacidade de compreender e respeitar as diversidades culturais, aprendendo e desenvolvendo-se individualmente e coletivamente à partir dessas experiências; aspectos muito ressaltados no discurso de alguns entrevistados, colocando algumas vezes esta razão a frente da razão acadêmica no que tange ao enriquecimento curricular do aluno ou do professor e por conseqüência seu crescimento profissional.

O aspecto econômico, relacionado ao recrutamento de estudantes ou venda de programas acadêmicos visando geração de receita alternativa para a instituição não foi citado por nenhum dos entrevistados; possivelmente por se tratar de uma universidade pública e gratuita do sistema federal de ensino superior brasileiro e, que por essa razão não compete com outras IES na captação de alunos por razões econômicas. O único aspecto relevante a ser considerado numa razão econômica é a busca por incentivos financeiros para possibilitar a realização da mobilidade internacional docente e discente (*grants* ou recursos de organismos internacionais, bolsas de órgãos de fomento nacionais, recursos da pró-reitoria de pós-graduação, etc).

Knight (2004, p.28) enfatiza que, a despeito das razões individuais, “(...)é fundamental articular as motivações para a internacionalização com as políticas, programas, estratégias e resultados, pois todos são ligados e guiados por razões explícitas e mesmo implícitas”.

Na seqüência o quadro 15 apresenta as razões gerais que impulsionam a UFU ao processo de internacionalização, citadas pelos entrevistados durante a pesquisa de campo desse trabalho.

Razões para internacionalização da UFU (entrevistados)
<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar a oportunidade de amadurecimento aos alunos pelo estágio internacional, como profissionais e cidadãos; • Avanço na cooperação e pesquisas conjuntas; • Melhora do <i>status</i> da universidade; • Acompanhar as inovações tecnológicas e nas áreas de informação; • Melhoria da avaliação pelo critério da CAPES; • Melhoria da qualidade da instituição; • Mostrar o trabalho que UFU vêm realizando (reconhecimento internacional); • Tornar-se melhores seres humanos e cidadãos (aumento da tolerância); • Enriquecimento curricular e profissional; • A reputação da instituição • Contexto internacional (globalização); • Motivação de cunho cultural (costumes e hábitos) • Formação de redes parceiras de pesquisa; • Expandir no contexto científico-cultural; • Conhecer o trabalho de outras IES em outros países (cooperação e/ou <i>benchmark</i>); • Problemas globais; • Problemas sociais; • Qualificação profissional .

Quadro 15 - Razões gerais do processo de internacionalização da UFU.

Fonte: Autora, com base nas respostas dos entrevistados.

Na seqüência são apresentadas as principais análises referentes às ações de internacionalização percebidas durante a pesquisa de campo na IES estudada, com vistas a responder ao terceiro objetivo específico proposto neste estudo.

5.3 Mapeamento das ações e estratégias de internacionalização na UFU.

Muito da expansão da UFU pode ser associada às ações do tipo parcerias internacionais e ações ligadas ao ensino.

A pesquisa de campo demonstra que as principais ações de internacionalização adotadas pela UFU foram as parcerias internacionais, especialmente o estabelecimento de acordos de cooperação e a mobilidade de estudantes. Foram estabelecidos acordos institucionais, programas de cooperação, pesquisa conjunta, desenvolvimento tecnológico e mobilidade de estudantes/professores.

Figura 9 – Principais ações de internacionalização promovidas pela UFU.
Fonte: autora.

Como fruto dos acordos internacionais já estabelecidos, a UFU promove eventos internacionais em diferentes áreas, recebe professores-pesquisadores visitantes, docentes de distintos países que participam ativamente da vida acadêmica da UFU, ministrando aulas na Pós-Graduação, orientando ou co-orientando teses, participando de bancas, proferindo palestras, publicando artigos e livros em co-autoria com docentes da UFU, dentre outras atividades. A formalização, por meio de convênios e protocolos, das relações internacionais e interinstitucionais estabelecidas entre a UFU e outras universidades e centros de pesquisa, situados no âmbito nacional e internacional, possibilita contatos entre alunos, professores e

pesquisadores de diferentes instituições, gera pesquisas e publicações coletivas e, principalmente, intensifica os laços de cooperação e amizade imprescindíveis para o crescimento e o aprimoramento institucional (REUNI, 2008).

Uma comparação entre os gráficos relativos ao número de acordos de cooperação internacionais assinados (gráfico 8) e o número de alunos em mobilidade internacional (gráfico 9) comprova o quanto foi válido o esforço na conquista, manutenção e recuperação dessas parcerias.

Gráfico 8 - Número de contratos UFU de convênios internacionais assinados ao longo dos últimos 26 anos
Fonte: Autora, com base nos dados constantes no site da ASDRI - UFU (2009)

Gráfico 9 - Número de alunos UFU que partiram em mobilidade internacional por ano.
Fonte: Autora com base nos dados site ASDRI – UFU (2009)

De acordo com os dados levantados, também foi possível perceber que paulatinamente vem crescendo a participação dos mais diversos cursos, de todas as áreas do conhecimento, no processo de mobilidade acadêmica na UFU.

A UFU também vem adotando algumas ações de internacionalização relacionadas diretamente ao ensino para poder viabilizar efetivamente a mobilidade acadêmica discente, além da disseminação e a troca do conhecimento; algumas que já vêm sendo realizadas e com bastante êxito como, por exemplo, a flexibilização curricular, o duplo-diploma e a co-tutela, especialmente nos cursos de engenharia (ver anexo C) e que se referem à adequação dos currículos para o aproveitamento dos créditos das disciplinas cursadas em IES de outros países.

O duplo diploma e a co-tutela, que também são ações relacionadas ao ensino, são práticas que começam a surgir, algumas já finalizadas e outras ainda acontecendo, com alunos dos programas de graduação e pós-graduação.

Relativo à flexibilização dos currículos, o aluno tem parte de sua carga horária livre para que ele possa decidir como melhor aproveitá-la, conforme política institucionalizada pela PROGRAD.

Relacionado ao ensino de línguas estrangeiras, a UFU conta com a Central de Línguas – Celin, que oferece cursos regulares dos idiomas inglês, francês, espanhol, italiano e alemão; além de português para estrangeiros.

Outra ação importante foi a criação da Associação Grupo Coimbra de Dirigentes de Universidades Brasileiras na ANDIFES, presidida pelo Reitor da UFU, Profº Arquimedes e pela Profª Rossana Valéria de Sousa e Silva, assessora ASDRI (2005-2008)

Ações também relacionadas a firmar acordos de parceria com instituições não governamentais e da iniciativa privada estão sendo efetivadas de forma a viabilizar o financiamento de bolsas para a realização da mobilidade internacional.

Dando continuidade à análise dos dados, no próximo tópico são abordados aspectos relativos às políticas e estratégias de internacionalização praticadas pela Universidade Federal de Uberlândia.

5.4 Políticas e estratégias de internacionalização praticadas pela UFU

Uma vez compreendida a importância do processo de internacionalização das IES, torna-se então de fundamental importância que haja uma atitude favorável ao seu desdobramento e à sua execução. Stalivieri (2004) entende que a ausência de uma estratégia, tanto em nível institucional como governamental, pode ser fator de retardamento na obtenção de inúmeros resultados de desenvolvimento e projeção institucional no panorama internacional.

No parágrafo 6º do estatuto em vigor da UFU está registrada a importância do estabelecimento da cooperação internacional na consecução de seus objetivos propostos como universidade (ver anexo D). Além deste documento, não foi encontrada nenhuma resolução ou portaria referente à internacionalização na UFU.

Em relação à institucionalização das políticas de internacionalização, a professora Dra. Rossana Valéria de Souza e Silva (ASDRI), acredita que o que vêm acontecendo na UFU, não é muito diferente do que acontece em muitas outras universidades, onde o processo de inserção internacional se dá muito em função das experiências individuais, especialmente à partir de professores que saem para se qualificar no exterior. A Prof^a Rossana entende que são importantes as ações individuais, mas que elas não devem ficar apenas nesse plano e, sim partir para a institucionalização da internacionalização.

Por estratégias entendem-se as iniciativas *organizacionais* e *programáticas* adotadas no nível institucional, ou seja, uma abordagem planejada e integrada às mudanças que decorrem do crescimento no aspecto comercial da internacionalização (KNIGHT, 2004).

Nos quadros 16 e 17, estão descritas as principais estratégias organizacionais e programáticas percebidas na pesquisa de campo na UFU.

Quadro 16 – Estratégias organizacionais – UFU
Fonte: Autora

Quadro 17– Estratégias programáticas – UFU

Fonte: Autora

Diante do exposto, e visando atender ao último objetivo específico desse trabalho, no próximo tópico será realizada a análise do processo de internacionalização da UFU com base do modelo proposto por Knight (1994).

5.5 Análise do processo de internacionalização da UFU (modelo de Knight - 1994)

Dentre os vários modelos para a explicação do processo de internacionalização das IES encontrados na revisão da literatura, o modelo considerado mais abrangente e, portanto escolhido como base para esse trabalho, foi o círculo da internacionalização proposto por Knight em 1993 e atualizado em 1994.

O modelo de Knight (1994) foi escolhido porque fornece uma visão geral do processo de internacionalização, considerando desde a análise do contexto (externo e interno) da instituição, os cuidados na implementação dos programas e a integração entre ensino, pesquisa e serviços (Figura 14). As etapas do modelo serão analisadas com base na seguinte sequência: (1) Análise do contexto; (2) Consciência; (3) Comprometimento; (4) Planejamento; (5) Operacionalização; (6) Implementação; (7) Revisão; (8) Reforço e; (9) Efeito de integração.

(1) Análise do Contexto: no caso da UFU, serão considerados como contexto externo - a pressão para a internacionalização advinda da globalização e, a crescente interdependência de informações e recursos para o desenvolvimento de projetos. Como contexto interno será considerado - a atuação dos órgãos de fomento governamentais (federal e estadual), as instâncias da própria universidade responsáveis pelo planejamento das políticas de internacionalização e alocação de recursos para os programas (Reitoria, Pró-reitorias, ASDRI), além das estratégias organizacionais e programáticas da universidade como um todo. Tendo em vista o contexto externo, percebe-se um posicionamento bastante positivo e atuante diante dos desafios impostos pela globalização e pela necessidade do estabelecimento e formalização dos acordos interinstitucionais para realização da mobilidade acadêmica e também as redes de trabalho para realização de pesquisas, prova disso é a liderança do Grupo Coimbra de Pesquisa. Em virtude do pioneirismo e, portanto a larga escala de experiência é

possível perceber um maior amadurecimento em termos de pesquisa e conhecimentos nas áreas das Engenharias, o que permite a esses cursos o compartilhamento em condições de igualdade com os parceiros dos países desenvolvidos, especialmente algumas escolas francesas. À partir desse relacionamento estreito entre alguns cursos da UFU com IES de países do primeiro mundo, busca-se aproveitar o desenvolvimento tecnológico já adquirido no Norte para agilizar o desenvolvimento das pesquisas no Brasil ¹⁰.

Com relação ao contexto interno, já existe há alguns anos um discurso da reitoria e pró-reitorias sobre a importância da internacionalização, a partir dessa visão que inclusive foi criada a ASDRI. Mas ainda não há uma definição clara sobre a política de internacionalização que deve ser adotada nas unidades acadêmicas ou departamentos específicos. Esta ausência de documentação que formalize as políticas da UFU e seus desdobramentos para as unidades pode ser considerada um dos principais dificultadores ao processo. Percebem-se que na ASDRI algumas ações já foram realizadas com base em análises, estabelecimentos de metas e utilização de alguns indicadores de desempenho.

(2) Consciência: Mesmo sendo o fenômeno da internacionalização recente na UFU, é possível dizer que já existe em toda a instituição uma forte consciência e uma intensa preocupação com as razões e benefícios da internacionalização para estudantes e professores. É interessante notar que a conscientização está relacionada com a cultura que encoraja a internacionalização. Essa cultura vem se fortalecendo nos últimos anos através das ações diretas de dirigentes da alta administração da instituição no sentido de incentivar e apoiar as políticas de internacionalização da UFU como um todo, sendo possível à toda comunidade local e do entorno, já perceber o quanto essa IES cresceu nesse quesito de inserção internacional (prova disto foi o discurso dos candidatos à reitor e vice-reitor nas eleições de

¹⁰ Fato esse que pode ser afirmado com base no fato de que os programas de Mestrado e Doutorado na Engenharia Mecânica são os únicos programas nota 6 pela Capes.

setembro de 2008, onde afirmavam que o aumento da inserção internacional e por consequência o maior conhecimento da UFU por outras instituições e pela sociedade em geral, era uma das melhores ações da gestão 2000-2008).

(3) Comprometimento: Claramente expresso em discursos e documentos de intenção da alta administração que encerrou seu segundo mandato em 2008 (Ciloni 2008 e 2009), e também parece ser uma preocupação da nova gestão¹¹. Apesar de não haver uma formalização específica por meio de portarias ou resoluções, a política de internacionalização da UFU já aparece em seu estatuto (anexo D) e é também possível perceber engajamento nas unidades, de professores, alunos e funcionários no sentido de fomentar ainda mais ações de internacionalização da instituição.

(4) Planejamento: refere-se a identificar necessidades e recursos, propósitos e objetivos, prioridades e estratégias; assim, não poderia ser considerado um processo totalmente articulado, mas já é possível perceber a identificação das necessidades, busca de fomento por recursos (por exemplo, o acordo firmado no final de 2008 com o Banco do Brasil que, dentre outros aspectos prevê R\$ 1,5 milhão em bolsas de estudo); o estabelecimento de prioridades relacionadas às ações e, inclusive utilização de estratégias específicas (como a ampliação dos convênios em nível de localização geográfica e em áreas do conhecimento); além do estabelecimento de redes de cooperação internacional (como o Grupo Coimbra).

(5) Operacionalização: Atualmente toda a parte operacional do processo de internacionalização da UFU, bem como a centralização das informações está concentrada na ASDRI, no que se refere especialmente às atividades e serviços prestados à comunidade

¹¹ Conforme expresso pela Profª Raquel Santini quando questionada sobre a continuidade e expansão do trabalho de internacionalização na UFU.

acadêmica interessada nas ações de internacionalização (mobilidade, estabelecimento de acordos, etc.). Fato este que está sendo revisto e aprimorado pela nova gestão da ASDRI (2009-2012)

(6) Implementação: Nesse âmbito, existem alguns fatores de dificuldade relacionados às estratégias organizacionais, especialmente pela ausência do reconhecimento da dimensão internacional na missão, planejamento e documentos que formalizem e institucionalizem a política de internacionalização na universidade. Outro ponto crítico é a falta de apoio financeiro adequado e um sistema de alocação de recursos específico que apóie prontamente este processo, em níveis governamentais (por ser essa uma instituição pública federal) e também em níveis institucionais.

(7) Revisão: Por ser inclusive um processo novo na instituição, não foi possível até o momento, nenhuma iniciativa formal no sentido de avaliar a qualidade e os impactos da internacionalização, tampouco avaliar as estratégias adotadas.

(8) Reforço: Existem algumas iniciativas por parte da ASDRI para o reconhecimento da participação dos estudantes intercambistas, tanto para os alunos UFU que vão para o exterior, quanto para os alunos que vêm de outros países para estudar nessa instituição, porém são ainda ações isoladas por parte de alguns cursos (por exemplo, a engenharia mecânica e a medicina). No entanto, não há nenhuma iniciativa que promova sistematicamente o reconhecimento ou destinação de recompensas (apoio financeiro) para professores que se disponham a divulgar o nome da universidade em eventos internacionais.

(9) Efeito de Integração: A questão da integração da dimensão internacional no ensino, pesquisa e serviços na universidade, ainda se extremamente incipiente e muito distante do estágio adequado de integração descrito pela literatura. A integração da dimensão internacional permeia um processo extremamente complexo e de longo prazo. Desta forma, a integração da internacionalização no ensino é um desafio, pois envolve várias etapas que contemplam: colocar a política de internacionalização do ensino em prática; desenvolver o quadro de professores para se adaptar ao ensino intercultural e mudar as práticas de ensino e aprendizagem; elaborar uma estrutura para a mudança do currículo; oferecer apoio aos estudantes. (LUONG et al., 1996; KNIGHT, 1995; RAMSDEN, 1992; LEASK, 1999).

Miura (2006) defende que um currículo internacional deve provocar no estudante a empatia e a curiosidade intelectual para que os aprendizes participem e obtenham benefícios desenvolvendo a consciência multicultural do processo de aprendizagem, desenvolvendo a compreensão das habilidades interculturais.

Nesse sentido, é possível perceber que a UFU caminha rumo à internacionalização de seus programas de graduação e pós graduação, mas afirmar que teriam já avançado na integração da dimensão internacional ao ensino e à pesquisa, seria muito prematuro.

Com base no modelo de Knight (1994), a análise revela pontos de **alta fragilidade** (destaques em **vermelho**) no processo de internacionalização da UFU, bem como pontos em **desenvolvimento** (**amarelo**). Alguns fatores podem ser destacados como **bons** (**verdes**), a saber:

Os fatores que podem ser classificados com bom estágio de desenvolvimento são: consciência e comprometimento.

Em desenvolvimento: análise do contexto (políticas formais de internacionalização); planejamento (prioridades e recursos) e operacionalização de atividades acadêmicas e prestação de serviços.

Alta fragilidade: implementação (estratégias organizacionais); revisão (impactos do processo, qualidade); reforço (reconhecimento e recompensas); efeito de integração (impactos no ensino, pesquisa e serviços).

Na seqüência, pela figura 10, será exposto o modelo de Knight para que se possam visualizar as etapas que revelam os pontos frágeis do processo na IES estudada.

Figura 10 – Fragilidade no processo de internacionalização da UFU – segundo modelo de Knight (1994)
Fonte: autora

Assim caberia uma reflexão acerca dessa situação sobre como estão sendo julgados os esforços da internacionalização e seus efeitos na qualidade do ensino, pesquisa e serviços da instituição ou se a internacionalização nessa IES vem sendo incentivada apenas sobre seu próprio mérito, como afirma De Witt (2002) que em muitas instituições, a internacionalização é vista como um fim em si mesmo, ou seja, não há uma intenção planejada de integração da dimensão internacional nas atividades primordiais da universidade.

Nesse processo reflexivo acerca dos próximos passos e dos rumos da internacionalização da UFU, valem ser tecidas algumas considerações e análises.

5.6 Os novos rumos da internacionalização da UFU

No que diz respeito à continuidade do trabalho de internacionalização nessa instituição, uma preocupação expressa do reitor e seus assessores, um fato vale ser mencionado. As eleições para reitor e vice-reitor da UFU, aconteceram em agosto de 2008 e, numa publicação interna na instituição, chamada Jornal da UFU (Agosto de 2008, nº 100 pg. 4-5) foram publicadas uma série de perguntas a serem respondidas pelas então 3 (três) chapas de candidatos. A pergunta de número 5 questionava o que a atual gestão (no caso do Profº Arquimedes) tinha feito de melhor e, onde ou em que ela havia falhado. Dois dos três candidatos, inclusive aquele que foi eleito reitor, ligara as melhores ações da atual gestão aos processos de internacionalização. Nas palavras dos candidatos da Chapa 3 (Profº Dr. Antônio de Almeida – Reitor - e, Profº Dr. Jomar Medeiros Cunha – vice-reitor)

De melhor, podemos citar (...) e ainda a maior inserção da UFU no cenário nacional – onde éramos pouco conhecidos e chegamos à presidência da Andifes, com diálogo direto com o MEC – e internacional – através da celebração de mais de uma centena de convênios e intercâmbios de alunos

Segundo os candidatos da chapa 2 (Profº Dr. Alfredo Júlio – Reitor – e, Profº Dr. Darizon Alves de Andrade – vice reitor), que foram eleitos “melhorou muito a exposição da UFU no exterior, com os convênios firmados sob o empenho pessoal do Reitor.”

Nessa perspectiva de inserir a UFU no processo de internacionalização, é que por intermédio do referido Reitor, foi criado o escritório internacional e, atualmente, a instituição conta com uma assessoria de relações internacionais que é modelo para o Brasil com isso, está sendo possível propiciar a muitos alunos da UFU, períodos de estudos no exterior bem como a recepção de tantos outros estudantes estrangeiros provenientes de várias partes do globo.

Em relação aos frutos desse trabalho, o reitor completa:

Hoje posso dizer que a Universidade Federal de Uberlândia tem uma diretoria de relações internacionais, que é modelo para o Brasil. Não é por acaso que a Prof^a Rossana também assessora a ANDIFES, na nossa comissão de relações internacionais da entidade que congrega os reitores de todas Universidade Federais brasileiras. Ou seja, foram vários os fatores que motivaram o esforço dessa gestão, que espero que tenha continuidade na gestão de meus sucessores, de forma que o escritório se torne ainda maior do que já é.

A Professora Raquel Santini, assessora da ASDRI (2009-2012) acredita que o elevado número de acordos que atualmente a UFU possui, é muito importante, mas segundo ela, vale a atenção a outros aspectos importantes, como pode ser percebido em suas palavras

(...) precisamos não perder de vistas que o que importa não é o número de acordos assinados, mas sim como iremos colocá-los em prática, visando uma simetria de ações e evitando que os mesmos fiquem engavetados. Em consequência, torna-se necessário a partir de agora dar um rumo estratégico à cooperação institucional e internacional da Universidade, para se obter resultados que reflitam um incremento qualitativo, e não apenas quantitativo.

A professora citada, acredita ainda que estar à frente dessa assessoria nesse momento tão importante:

será um desafio que necessitará de muito empenho e responsabilidade para continuar o trabalho deixado pela outra gestão. Esperamos poder dar continuidade às atividades já implementadas e propor novas ações visando o crescimento e o respeito da UFU no cenário internacional e nacional.

É inegável que o avanço da UFU no âmbito da mobilidade é expressivo. Mas, de acordo com o documento REUNI (2008), apesar das conquistas alcançadas, algumas dificuldades precisam ser superadas. Dentre elas estão:

- A necessidade de normatização nos procedimentos de intercâmbio e melhor aproveitamento dos créditos cursados em outras instituições.

Nesse caso, preocuparia os diferentes modos de organização curricular das instituições, notadamente no que se refere aos regimes de matrícula (cursos semestrais e anuais). Visando aprimorar os programas de mobilidade, estaria em elaboração uma Resolução para estabelecer as diretrizes do programa de mobilidade nacional e internacional, segundo a professora Santini, na qual se pretendia estabelecer os critérios gerais para o

processo seletivo dos alunos intercambistas, bem como o procedimento de adequação das atividades acadêmicas desenvolvidas pelo estudante à grade curricular. (REUNI, 2008, p.63). Existe um documento atualmente disponível e chamado de “manual do aluno UFU para mobilidade internacional” que traz, entre outras coisas, os principais procedimentos de como participar de um programa de mobilidade internacional; os pré-requisitos; dicas; procedimentos formais para seleção; e como proceder no caso de ser selecionado.

Outro fator limitador que se apresenta para a expansão do programa é a questão financeira, já que grande parte dos alunos não tem recursos para se manter nas instituições pleiteadas, sejam elas nacionais ou internacionais.

Assim, para atender tais necessidades, a UFU aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, lançado pelo Governo Federal e que tem o objetivo de expandir, de forma significativa as vagas para estudantes de graduação no sistema federal de ensino superior (Site do MEC, 2008).

De acordo com o MEC, o REUNI visa “dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior”. Em razão da insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de ensino superior, as IFES deveriam enviar propostas que visassem a correção deste cenário para serem analisadas. Lembrando que foi solicitado “estar atento qualquer procedimento que traga consigo modificações de largo alcance, a fim de garantir o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.”

Nesse documento, no item “D – Mobilidade Intra e interinstitucional” (Reuni, 2008, p. 62), foi lançado o seguinte objetivo:

D.1 – “Promoção ampla da mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.”

Para embasar as metas, foi realizado um diagnóstico da situação atual, contextualizando a instituição, o trabalho que vem sendo realizado nesse sentido ao longo dos últimos anos, apontando as principais dificuldades e construído um cronograma com as metas a serem alcançadas no período que compreende de 2008 a 2012, conforme quadro 18.

METAS	2008	2009	2010	2011	2012
Meta 1 – Normatizar os procedimentos de mobilidade estudantil na UFU – nacional e internacional.					
Meta 2 – Definir sistema de aproveitamento de créditos.					
Meta 3 – Ampliar o número de alunos intercambistas da UFU.					
Meta 4 – Instituir o programa de bolsas de mobilidade nacional internacional para alunos da graduação UFU.					
Meta 5 – Ampliar o número de convênios com instituições de países sem acordos de cooperação.					
Meta 6 – Ampliar a aprimorar o atendimento na ASDRI.					

Quadro 18 – Metas de mobilidade interinstitucionais UFU a serem alcançadas com plano de expansão 2008-2012 – REUNI.

Fonte: Reuni, 2008, p.63.

Em seguida, foram traçadas as metas para o alcance das respectivas metas.

Para o alcance das metas 1 e 2, as seguintes ações foram propostas:

- Elaborar e implantar normas e procedimentos de intercâmbio de alunos de graduação (2008 e 2009).

Tais ações deveriam obedecer algumas etapas até sua completa conclusão, como descritas abaixo:

- conclusão da elaboração da proposta de Resolução referente às normas e procedimentos de intercâmbio de alunos da graduação e submissão ao CONGRAD (2008)¹²
- aprovar Resolução que institucionaliza o programa de mobilidade estudantil (2008 e 2009).

¹² Até a conclusão desse trabalho, não obtivemos confirmação quanto à conclusão desta etapa.

Já para a meta 3, foram propostas as ações relacionadas abaixo, todas compreendendo o período de 2008 a 2012:

- ampliar o programa de disseminação de informações e sensibilização da comunidade universitária a respeito de oportunidades acadêmicas nacionais e internacionais;
- propor e implantar, com setores e unidades da UFU, estratégias de trabalho que viabilizem o desenvolvimento de projetos de interesse nacional e internacional;
- atuar junto às agências de fomento e órgãos governamentais com intuito de desenvolver programa de financiamento dos estudos dos alunos em mobilidade, por meio de bolsas de estudo;
- dar continuidade às ações já iniciadas junto às empresas e órgãos de classe, no intuito de sensibilizá-los para parcerias que viabilizem o programa de financiamento dos estudos dos alunos em mobilidade.

Tais ações para a meta 3, deveriam cumprir as seguintes etapas (todas também abrangendo o período de 2008 a 2012)

- divulgação dos programas de mobilidade através da internet e de visitas aos colegiados de cursos;
- divulgação das fontes financiadoras de bolsas.

Para a meta 4, também no período de 2008 a 2012, foi proposta a seguinte ação:

- institucionalizar e implantar programa de bolsas para auxílio à mobilidade nacional e internacional de estudantes de graduação.

Para o atingimento de tal meta, as etapas a serem seguidas seriam:

- criar comissão para propor programa de bolsas (2008);
- apreciar e aprovar no CONSUN o programa de bolsas (2008 e 2009);

- Implantar o programa de bolsas (2009 a 2012)

Para a meta 5 (2008 a 2012):

- Estabelecer contatos com instituições, prioritariamente localizadas em países com os quais a UFU ainda não possua acordos de cooperação e propor parcerias.

A serem cumpridas através das seguintes etapas (2008 a 2012)

- contato com as instituições;
- visitas às instituições, quando necessário;
- assinatura de convênio.

Para a meta 6, as ações propostas foram:

- ampliar o espaço físico e melhorar a infra-estrutura (2008 e 2009);
- destinar recursos orçamentários para financiamento dos programas e projetos de

mobilidade estudantil (2008 a 2012);

- apoiar e auxiliar as diferentes unidades e setores da UFU na confecção e publicação de material informativo em português e em outros idiomas (2008 a 2012).

Que deveriam cumprir as seguintes etapas (2008 a 2012)

- publicação de material informativo
- implantação de dados informatizados relativos ao afastamento do país.

Para que pudesse ser feito o acompanhamento do atingimento das metas acima especificadas, bem como o cumprimento das etapas propostas, os seguintes indicadores foram estabelecidos:

- número de normas implantadas;
- número de alunos em programas de mobilidade nacional e internacional;
- número de bolsas de mobilidade nacional e internacional concedidas;
- número de convênios acordados.

Sobre o REUNI, a atual assessora da ASDRI, Prof^a Raquel Santini, acredita que

Para atender o REUNI 2008 a instituição não tem medidos esforços para viabilizar a expansão de seus novos cursos e o aumento do número de vagas dos cursos já existentes. Será proposta da ASDRI buscar novas parcerias nacionais e internacionais nas novas áreas de conhecimento a ser implementadas, visitar instituições nacionais e internacionais com o intuito de conhecer os seus currículos que orientará a criação destes novos cursos, fornecendo aos colegiados de cursos bases para uma reflexão e crítica como um dos princípios de orientação dos Projetos Pedagógicos dos mesmos.

Outro fato que ilustra o trabalho da Gestão da UFU no âmbito da internacionalização, foi a criação da Associação Grupo Coimbra de Dirigentes de Universidades Brasileiras e o estatuto da Associação em assembléia presidida pelo reitor da UFU, Prof^o Arquimedes, em 29 de outubro de 2008, na sede da Andifes (estava também prevista para acontecer no dia 27 de novembro daquele ano, uma reunião, em Portugal, que iria formalizar e integrar o grupo de universidades brasileiras no âmbito do Grupo Coimbra da Europa, o evento aconteceria na Universidade de Coimbra, então dirigida pelo Reitor Fernando Seabra).

O Grupo Coimbra tem como um de seus objetivos desenvolver um ambiente de cooperação multilateral com o conjunto de universidades que integram o Grupo de Coimbra das Universidades Europeias (*Coimbra Group*). Além disso, tem a intenção de desenvolver relações acadêmicas, científicas e culturais entre todas as instituições dirigidas pelos seus associados (SOUZA, 2008).

Os associados do Grupo Coimbra terão a possibilidade de promover atividades envolvendo os níveis de graduação e pós-graduação, que permitam o intercâmbio de currículos e modelos educativos; além da cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, o Grupo Coimbra também irá trabalhar no sentido de garantir o reconhecimento recíproco dos títulos e graus acadêmicos obtidos nas instituições participantes.

A responsável pela organização da Associação Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras é a Assessora de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (2005-2008), professora Rossana Valéria de Sousa e Silva.

Segundo Rossana, o ingresso das universidades brasileiras no Grupo vem sendo discutido há aproximadamente dois anos. Porém a concretização da participação das universidades brasileiras se deu em março de 2008, por ocasião da visita do reitor Fernando Seabra ao Rio de Janeiro, que em contato com o reitor Arquimedes, então presidente da Andifes, discutiram e definiram a criação do grupo. A adesão das universidades brasileiras ao Grupo Coimbra está inserida no âmbito das atividades comemorativas dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil.

O Grupo de Coimbra das Universidades Européias congrega mais de 30 universidades de diferentes países da Europa e a partir de novembro de 2008 passou a contar também com a participação das instituições brasileiras; cuja expectativa era de que aproximadamente 45 universidades, entre federais, estaduais, confessionais e comunitárias, ingressassem nesse grupo como membros-fundadores, até o período da sua formalização.

Relativamente às principais ações e estratégicas que deverão ser utilizadas na continuidade e ampliação desse trabalho da internacionalização da UFU, a Prof^a Raquel Santini (ASDRI 2009-2012), acredita que

A internacionalização do ensino superior representa atualmente uma tendência irreversível e altamente desejável. Em nossa Universidade os intercâmbios cresceram nos últimos anos, tornando a cooperação internacional uma realidade que deve ser regulamentada e orientada.

Neste sentido, a assessora da ASDRI propõe três eixos de atuação:

a) Ações direcionadas aos países do hemisfério norte.

Em relação a estes, já existem vários canais de cooperação e mecanismos de financiamento, enfatiza então, a definição dos países e universidades que interessam ao desenvolvimento acadêmico-científico da UFU, priorizando relações de reciprocidade e simetria, com o intercâmbio mútuo de estudantes, professores e técnico-administrativos, além de projetos conjuntos de pesquisa;

b) Relações com os países do Mercosul, da região andina e latino-americana.

Segundo a Prof^a Raquel, particularmente em relação aos primeiros há uma cooperação crescente, com grandes possibilidades de expansão imediata. Contudo, os instrumentos institucionais necessitam, ainda, ser consolidados e os mecanismos de financiamento garantidos e ampliados;

c) *Relações voltadas aos países emergentes do mundo afro-asiático.*

Em relação à esses países, a diplomacia e a economia brasileira vêm desenvolvendo crescente aproximação. Esses países possuem grande potencial acadêmico e novas oportunidades de cooperação com vistas ao futuro, segundo a atual assessora da ASDRI, que complementa “neste ponto deve-se ter em mente que é preciso construir e ajudar no que for preciso academicamente o desenvolvimento destes países.” Com relação aos países emergentes, será proposta daquela assessoria estabelecer novos intercâmbios com instituições da China, África, Tunísia, Marrocos e Argélia.

A professora Raquel acredita que assim, “a relação internacional da UFU atingirá uma amplitude na perspectiva de seu projeto acadêmico e técnico científico, em consonância com o desenvolvimento nacional e internacional dentro de uma estratégia pré-definida.”

Na continuidade desse trabalho na UFU, a professora acredita que outras ações ainda seriam necessárias, como:

- ✓ elaborar e implantar normas e procedimentos de intercâmbio de alunos da graduação e de pós-graduação;
- ✓ propor e implantar, com os diversos setores e unidades da UFU, estratégias de trabalho que viabilizem o desenvolvimento de projetos de interesse nacional e internacional, como exemplo o Projeto ERASMUS MUNDUS.

A partir de todo o exposto anteriormente, no próximo capítulo são apresentadas as conclusões desse trabalho.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

6 CONCLUSÕES

Nesse capítulo são demonstradas as principais conclusões da autora a partir da pesquisa de campo realizada e, sua confrontação com a teoria sobre o tema existente na literatura.

A internacionalização, na IES estudada, ainda é vista algumas vezes, como uma atividade isolada ou um conjunto de atividades, tais como o intercâmbio de estudantes e a mobilidade de docentes. Mas é interessante notar que, alguns atores-chave nos programas aqui apresentados entendem a internacionalização como um processo, ou seja, algo dinâmico, que ainda não atingiu o seu fim; e que especialmente a esse respeito a internacionalização não deve ter como finalidade apenas o enriquecimento curricular e profissional, mas sempre e principalmente, a busca do crescimento do indivíduo como cidadão e a busca do entendimento mútuo entre os povos (razões sócio-políticas) em complementaridade às razões acadêmicas e econômicas.

Em relação ao significado de “internacionalização de IES”, chama-se a atenção para o fato de que, no discurso da alta administração da área de relações internacionais na UFU, está muito presente uma forte convicção ideológica no papel da internacionalização do ensino superior. Este fato pode ser exemplificado com a crença de que internacionalização possa ser uma alternativa para a intolerância política e social, além de atuar no auxílio da resolução de grandes problemas globais (como violência, fome, miséria, uso inadequado de recursos naturais, desastres ecológicos, etc.) contrariando assim um discurso mundial sobre a internacionalização como fator preponderante de diferencial curricular e, por consequência profissional e financeiro.

Em termos de política de internacionalização a Universidade Federal de Uberlândia apresenta um parágrafo em seu estatuto que se refere às estratégias da instituição para atingir seus objetivos propostos (art. 6º, parágrafo VI); porém não existiam até a finalização desse

trabalho, nenhuma portaria ou resolução oficial sobre o tema. A despeito da inexistência de políticas formais, nota-se no discurso dos entrevistados (conforme apresentação dos resultados) uma forte conscientização das unidades acadêmicas pesquisadas sobre a necessidade de ampliação e fortalecimento das estratégias organizacionais e programáticas na UFU.

No que diz respeito às estratégias programáticas muitas ações têm sido realizadas em várias unidades da UFU, porém ainda de forma muito inicial na grande maioria dos cursos e, portanto, não se poderia afirmar que a dimensão internacional esteja sendo incorporada em todos os aspectos relacionados ao ensino, tais como a reformulação de currículos e a integração da dimensão internacional no projeto pedagógico.

Em relação às estratégias organizacionais, apesar da inexistência de uma política formal de internacionalização da UFU, observa-se que essa instituição tem conseguido desenvolver bem seu processo de internacionalização, sendo reconhecida regional e nacionalmente, através do estabelecimento e cumprimento de metas, criando suas próprias estratégias, diretrizes e definindo suas prioridades¹³, fato esse explicitado pelo posicionamento de todos os entrevistados de que a internacionalização é um processo bem vindo, necessário e fundamental para o avanço do conhecimento e para a melhoria dos cursos de graduação e programas de pós-graduação na UFU.

Os entrevistados também reconhecem que a internacionalização é uma das prioridades para a UFU, mas não é e nem deveria ser a única em todos os níveis – graduação, pós-graduação e extensão.

No tocante à continuidade desse trabalho de internacionalização da UFU, um fato relevante foi a citação dos candidatos à reitoria para o período de 2009 a 2012, sobre o grande crescimento da internacionalização da UFU e, por consequência o destaque dessa instituição

¹³ Conforme explicitado nas apresentações e análises dos resultados.

do interior do Brasil no cenário nacional e internacional como uma das melhores ações da administração (2000-2008). Isso pode significar que existe um reconhecimento por parte da alta administração da UFU no que diz respeito à importância do processo de internacionalização nessa universidade.

Assim, o desenvolvimento e a institucionalização de uma política de internacionalização por parte da UFU são considerados necessários, algo que poderia estimular o processo de internacionalização em todas as unidades que integram a universidade. No entanto, ainda prevalece uma percepção de que tem faltado melhor divulgação de tal política da UFU – suas diretrizes, por exemplo – para as suas unidades. Além disso, seria necessária uma definição mais clara acerca do que a universidade considera como internacionalização para que sua política fosse, efetivamente, institucionalizada e para que houvesse um direcionamento de esforços da universidade nesse sentido.

Uma das principais limitações citadas pelos entrevistados são os recursos financeiros provenientes dos órgãos de fomento. Para tentar contornar tal problema, algumas atitudes têm sido realizadas no sentido de estabelecer parcerias com organizações e iniciativa privada para minimizar essas questões como, por exemplo, a parceria com o Banco do Brasil.

Com relação à disponibilidade dos dados, estatísticas e informações relevantes a respeito das ações de internacionalização na UFU como um todo (mobilidade internacional, pesquisas em conjunto, professores estrangeiros), sabe-se a partir de relatos de unidades isoladas que, faltam ainda algumas ações para captação e consolidação de tais informações.

Um grande salto foi dado nos últimos anos no que diz respeito à formalização dos acordos de cooperação interinstitucional, (praticamente quadruplicando o número de acordos existentes nos últimos três anos) formalizando as iniciais ações individuais. Os esforços no sentido de reativar acordos antigos e estabelecer novos, em todas as áreas do conhecimento e geograficamente dispostos em todas as áreas do globo, fizeram com que crescesse e muito o

número de alunos em mobilidade internacional, especialmente em nível de graduação e de diversos cursos, diferentemente do que acontecia no início desse processo, na década de 1980.

A análise do processo com base no modelo de Knight (1994) revela pontos de alta fragilidade (implementação - estratégias organizacionais; revisão - impactos do processo, qualidade; reforço - reconhecimento e recompensas; efeito de integração - impactos no ensino, pesquisa e serviços), bem como pontos em desenvolvimento (análise do contexto - políticas formais de internacionalização; planejamento - prioridades e recursos e operacionalização de atividades acadêmicas e prestação de serviços. Alguns fatores podem ser considerados como bons (consciência e comprometimento).

Observando os pontos de fragilidade demonstrados pela análise sobre o modelo de Knight (1994), parece que os esforços de internacionalização ainda não são, sistematicamente, avaliados sobre os seus efeitos na qualidade do ensino, pesquisa e serviços da instituição, mas sim sobre o seu próprio mérito. Assim, diante dessas fragilidades parece que a UFU ainda se encontra num estágio onde a internacionalização é encarada como um fim em si mesma tendo em vista a falta de uma intenção planejada de integração da dimensão internacional nas atividades primordiais da universidade.

Vale ressaltar que, essas fragilidades se assemelham muito aos resultados da pesquisa sobre o processo de internacionalização das IES, um estudo de caso na Universidade de São Paulo, realizado por Miura (2006).

Porém, o que não pode deixar de ser citado foi o crescimento expressivo no âmbito da internacionalização na UFU como um todo, isso a partir de iniciativas organizacionais e programáticas ao longo dos últimos anos que, culmina, nesse momento, com a projeção dessa universidade do interior do Brasil no cenário nacional e internacional.

Espera-se e acredita-se que com a nova administração da UFU (2009-2012), esse trabalho continue e se aperfeiçoe ainda mais, melhorando aspectos operacionais e de

informações, ampliando suas parcerias nacionais e internacionais, incluindo nesse processo todos os participantes diretos e indiretos da universidade, com vias de incorporar esse princípio em sua cultura organizacional, para que se possa num futuro não muito distante, atingir o que Knight (1994) chama de “cultura que encoraja a internacionalização.”

6.1 Contribuições Acadêmicas

As contribuições acadêmicas devem-se à dinâmica do processo de internacionalização na Universidade Federal de Uberlândia, descrevendo seu contexto, conhecendo seu histórico, principais ações e atores.

A partir do exposto, ficam notórios os pontos de expansão e também algumas fragilidades. Por ser um processo recente, o ponto mais sensível é possivelmente a constatação de que não há, até o momento, por parte da alta direção da instituição, uma estratégia e políticas formalizadas e explícitas para todas as unidades que indiquem os principais objetivos e metas para se atingir a internacionalização. A construção de uma política formal que defina o que é a internacionalização na sua missão e quais são as diretrizes é importante para que as unidades possam, efetivamente e de forma articulada, direcionar esforços para que a internacionalização seja um processo auto-sustentável, e não uma seqüência de ações isoladas e desconectadas entre si.

Diferentemente de outras épocas nessa mesma instituição (década de 1980, marcada por ações individuais), de modo geral, a internacionalização na UFU não pode mais ser considerada fruto de esforços individuais e isolados de professores. A criação da ASDRI parece marcar a existência de um órgão para sistematização e administração da internacionalização, e parece também caminhar rumo à construção de um plano estratégico que articule: as razões, a abordagem, o modelo de internacionalização adequado para o estágio da instituição como um todo, bem como de suas respectivas unidades acadêmicas.

Apesar do grande avanço, percebe-se ainda na UFU uma internacionalização sob uma perspectiva ou *abordagem de atividades* (número de acordos internacionais, quantidade de alunos intercambistas, mobilidade de professores), porém, necessita fortemente mudar essa perspectiva para uma *abordagem de processo*, ou seja, integrar a dimensão internacional, intercultural/ global nos propósitos e funções da universidade (ensino, pesquisa e serviços).

6.2 Contribuições Práticas

O estudo poderá fornecer indicadores para o diagnóstico parcial do estágio da instituição em relação à internacionalização. Dito parcial devido à grande pluralidade das unidades acadêmicas que constituem esta Universidade, portanto, torna-se necessária a realização de pesquisas que revelem as particularidades de cada área ou unidade acadêmica.

Com base no modelo de Knight (1994) foram detectados vários pontos de fragilidade no processo de internacionalização da UFU. Espera-se que a partir desse diagnóstico, a universidade possa se posicionar, traçar um tipo de planejamento estratégico que viabilize, entre outras coisas, a análise de suas potencialidades e fragilidades, ao mesmo tempo em que permita a percepção de oportunidades e ameaças no cenário local e internacional para, assim, conseguir estipular razões e objetivos bem articulados; escolher abordagens para a internacionalização em nível institucional e, estratégias programáticas e organizacionais integradas.

6.3 Limitações do Estudo

As críticas ao uso de estudos de caso referem-se à falta de base suficiente para se realizar uma generalização científica. Neste sentido cabe ressaltar que os estudos de caso não têm como objetivo generalizar os seus resultados ou fazer inferências para uma população ou

universo. A ênfase do pesquisador, em primeira instância, foi expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística).

O estudo de caso apresentado neste trabalho teve como objetivo o aprofundamento do conhecimento sobre um tema específico, a Internacionalização do Ensino Superior na Universidade Federal de Uberlândia, fenômeno pouco conhecido e ainda não tanto estudado na academia brasileira.

6.4 Dificuldades encontradas na pesquisa de campo

No geral, a pesquisa de campo poderia ter tido um número maior de entrevistados, no entanto em virtude da limitação de tempo, foram realizadas 8 (oito) entrevistas, sendo 7 (sete) em um período de dois meses e meio durante a pesquisa de campo e 1 (uma) entrevista após a eleição e posse da nova reitoria para avaliar a percepção do processo atual de internacionalização da UFU, bem como a expectativa e os novos rumos traçados pela nova administração. A pesquisadora obteve cooperação e apoio de todas as unidades no agendamento e realização das entrevistas.

6.5 Recomendações para futuras pesquisas

Uma futura pesquisa poderia considerar os dados históricos relativos à cooperação entre a UFU e algumas universidades francesas dos programas de engenharia da UFU.

Outra possibilidade seria analisar dados específicos no âmbito da pós-graduação e pesquisas; visando comparar a evolução dos mesmos.

Outras importantes questões de pesquisa podem ser analisadas em futuros estudos, entre elas destacam-se:

- Quais competências são estimuladas nos participantes de programas de mobilidade acadêmica internacional?
- Como preparar adequadamente os docentes para atuarem com classe multiculturais?
- Quais as similaridades e diferenças nos processos de internacionalização entre IES públicas em nível federal e estadual brasileiras?
- Como poderia ser utilizado um sistema de benchmark das escolas que já se encontram num processo mais avançado da internacionalização?
- Quais os pontos em comum e divergentes ao se comparar processos de internacionalização de IES distintas?
- Como está o processo de internacionalização das IFES brasileiras?
- Qual a influência do REUNI no processo de ampliação da internacionalização das IFES brasileiras?
- Quais as principais similaridades e diferenças ao se comparar o processo de internacionalização em IES de diferentes regiões brasileiras?

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIGNER, Jean (at all). *Internationalizing the university: making it work*. Springfield, Va.: CBIES federal, 1992.

ALFA III em síntesis: Disponível em http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/alfa/documents/new-programme-documents/alfaiii-inbrief_es.ppt#261,4, Principales Cambios (2). Acessado em Maio de 2008.

ALON, I., & HIGGINS, J. **Global leadership success through emotional and cultural intelligences**. *Business Horizons*, n. 48, 2005, p. 501-512.

ALON, I., e McALLASTER, C.M. **Measuring the global footprint of an MBA**. *Journal of Studies in International Education*, vol. 12, n.2, Junho de 2008.

ALTBACH, Philip G. **Educación Superior Comparada: El conocimiento, la Universidad y el desarrollo**. Madrid, España: Artes Gráficas Grupo S.^a Nicolas Morales. Octubre 2001. (Colección historia y futuro de la universidad, diretor: Miguel Angel Escotet, Ph. D.)

_____. **Knowledge and Education as international commodities: the collapse of the common good**. *International Higher Education*, Summer 2002 no. 28, 2-5.

_____. **Foreign Study: Changing Patterns and Competitive Challenges**. *International Higher Education*, Winter, 2003.

_____. **Perspectives on Internationalizing Higher Education**. *International Higher Education*, nº 27, Spring 2002. Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org/avp/soe/cihe/newsletter/News27/Newslet27.html>. Acesso em: Agosto/2008.

_____. **Globalization and the university: myths and realities in an unequal world**. *Tertiary Education and Management* no. 1, 2004.

ALTBACH, P. G., TEICHLER, Ulrich. **Internationalization and exchanges in a globalized university**. In *Journal of Studies in International Education*, Vol.5, n.1, p. 5-25, Spring 2001.

ALTBACH, P. G e KNIGHT, Jane. **The Internationalization of Higher Education: Motivation and Realities**. *Journal Studies in International Education*, vol. 11 No.3/4, Fall/Winter 2007 290-305.

ANDIFES (ESTATUTO) - Estatuto da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, com adequações ao Novo Código Civil. Alterações aprovadas na LXVIIIª reunião ordinária do Conselho Pleno, realizada no dia 21 de fevereiro de 2008, em Salvador, BA. Disponível em <http://www.andifes.org.br/files/Estatuto_Andifes_com_adequacoes_ao_novo_Codigo_Civil.pdf>

ARUM, S., & Van de WATER, J. The need for a definition of international education in U.S. universities. In C. Klasek (Ed.), *Bridges to the futures: Strategies for internationalizing higher education* (pp. 191-203). Carbondale, IL: Association of International Education Administrators, 1992.

AZEVEDO, M.L.N. de; LIMA, L. C. e CATANI, A.M. O processo de Bolonha e sua influência na educação superior no Brasil. In. Cadernos ANPAE n.4, 2007

AZEVEDO, W. Muito Além do Jardim de Infância. O desafio do preparo de alunos e professores online". **Revista Brasileira de Educação a Distância**, ano 6, nº 36, setembro/outubro 1999.

BARNETT, George A. & CHEN, Tse-Mei. Research on international student flows from a macro perspective: A network analysis of 1985, 1989 and 1995. **Higher Education**, nº 39, 2000.

BARTELL, Marvin. Internationalization of universities: A university culture-base framework. **Higher Education**, nº 45, 2003.

BAUER, M.W., GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. Trad. Pedrinho A. Guareschi.

BEED, Teresa K.; SHOOSHTARI, Nader H. **International accounting education: behind, but catching up?** National Public Accountant, v. 43, issue 1, p. 47, Jan/Feb. 1998.

BERG, B. L. **Qualitative research methods for the social sciences**. Needham Heights: Allyn & Bacon, 1998.

BHORAT, Haroon; MEYER, Jean-Baptiste & MLATSHENI, Cecil. Skilled Labour Migration from Developing Countries: Study on South and Southern Africa. **International Migration Papers**, 52. International Migration Programme – International Labour Office, Geneva, 2002.

CALLAN, Hilary. Higher Education Internationalization Strategies: Of Marginal Significance or All-Pervasive? The International Vision in Practice: A Decade of Evolution. **Higher Education in Europe**, v. 25, nº 1, 2000.

CILONI, Arquimedes Diógenes. **Pronunciamento do presidente da Andifes**, Arquimedes Diógenes Ciloni, reitor da Universidade Federal de Uberlândia, em reunião dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES com o Senhor presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, 13 de março de 2008. Disponível em: http://www.andifes.org.br/files/Discurso_Reitor_Arquimedes_Ciloni_-_Marco_de_2008.pdf acessado em abril de 2008.

_____. **Oito anos de uma história em prol da UFU — Partes II e III**. Jornal Correio do Triângulo, p. A2. Uberlândia, 15 e 16 de Janeiro de 2009.

CORDEIRO, Crisitna Robalo. Cooperação internacional e diversidade: o papel das redes universitárias. *In* **Universidade: cooperação internacional e diversidade**. GAZZOLA, Ana Lucia Almeida e ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (orgs). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 127-131.

CORREA, Carlos M. Cooperación Científico-Tecnologica en el MERCOSUR. **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em <www.mre.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2007.

COSTA NETO, P.L.O. **Educação à Distância por teleconferência interativa**. Disponível em: <http://www.renaet.com.br>. Acesso em: 05 de dezembro de 2007.

DA LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto. Universidade: cooperação internacional e diversidade. *In* **Universidade: cooperação internacional e diversidade**. GAZZOLA, Ana Lucia Almeida e ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (orgs). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 133 - 137.

DAMME, Dirk Van. **Quality issues in the internationalisation of higher education**. Kluwer Academic Publishers, The Netherlands, 2001.

_____. **Quality Assurance in an International Environment: National and International Interests and Tensions**. CHE International Seminar III, San Francisco, 2002.

DAVID, Paul A. and FORAY, Dominique. **An introduction to the economy of the knowledge society**. Unesco, 2002.

DAVIES, John. **A European agenda for change for higher education in the XXIst century: comparative analysis of twenty institutional case studies**. CRE-action, 111: 47-92, 1997.

_____. A Revolution in Teaching and Learning in Higer Education: The Challenges and Implications for the Relatively Traditional University. **Higher Education in Europe**, vol. XXVI, nº 4, 2001.

_____. International Reviews. *In*: SMOUT, Michael. **Internationalisation and Quality in South African Universities**. South African Universities Vice-Chancellors Association, 2003.

DAVIS, Todd. Flows of International Students: Trends and Issues. **International Higher Education**, Center for International Higher Education, Boston College. May, 1995.

De WITT, Hans. Education and Globalization in Europe: Current trends and future developments frontiers. *The interdisciplinary Journal of study abroad*, 1, 28-53, (1995)

_____. **Rationales for Internationalization of Higher Education**. Millenium 3, no. 11: 11-19, 1998e.

_____. **Changing rationales for the internationalization of higher education. Internationalization of higher education: An institutional perspective**. Bucharest, Romania: UNESCO/CEPES, 2000.

De WITT, Hans. **Internationalization of Higher Education in the United States of America and Europe: a historical , comparative, and conceptual analysis**. Greenwood Studies in Higher Education, 2002.

_____. **Rationales for Internationalisation of Higher Education**. [1998] [S.l.] [s.n]
Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/wit11.htm>>. Acesso em: Julho/2008.

_____. **Internationalization of higher education in the United States and Europe**. Westport, CT: Greenwood, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DRABENSTOTT, M. **Universities, Innovation and Regional Development: A View from the United States**. Higher Education Management and Policy, Vol.20, n. 2: OECD, 2008.

ERASMUS MUNDUS: **Convite à apresentação de propostas — eacea/34/07**. Jornal Oficial da União Europeia DE 05 DE Dezembro de 2007.

ESTATUTO UFU. Disponível em <http://www.ufu.br/administracao/legislacao.php>, acessado em Dezembro de 2008.

FAPESP. **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Informação em São Paulo**. São Paulo: Fapesp, vol. 1 e vol. 2, 2004. disponível em:
<[http://www.fapesp.br/materia.php?data\[id_materia\]=2060](http://www.fapesp.br/materia.php?data[id_materia]=2060)> acessado em Abril de 2008.

FAUBAI. **Declaração de Compostela**, 02-02-2004. Disponível em
<http://www.faubai.org.br/faubai/br/documentos.php> acessado em Agosto de 2008.

FORTUIJN, Joos Droogleeve. Internationalising Learning and Teaching: a European Experience. **Journal of Geography in Higher Education**, v. 26, nº 3, 2002.

GARRETT, R. **.Mapping the education industry. Part 2: Public companies— Relationships with higher education**. London: The Observatory on Borderless Higher Education, 2003.

GAZZOLA, Ana Lucia de Almeida. Conhecimento e Globalização. In **Universidade: cooperação internacional e diversidade**. Gazzola e Almeida (orgs). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GIBBONS, Michael. Globalisation in higher education: a view for the South. In: **SRHE International News**, No. 46, November 2001.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

HAIGH, Martin J. Internationalisation of the Curriculum: designing inclusive education for a small world. **Journal of Geography in Higher Education**, v. 26, n° 1, 2002.

HALL, Martin. **The Importance of Internationalization for Higher Education**. International Education Association of South Africa (IEASA), 2004.

HAMILTON, Stuart. **Higher Education in the Ásia-Pacific: cooperation and collaboration**. Association of Universities of Asia and the Pacific Annual Conference. Hobart, Tasmania, 1997.

HANSEN, Holly Moran. **Defining International Education**. New Directions for Higher Education, n° 117, Spring 2002.

HARMAN, G. **New Directions in Internationalizing Higher Education: Australia's Development as an Exporter of Higher Education Services**. Higher Education Policy, vol. 17: 101–120, 2004.

HAYES, D.; ROBIN WYNYARD (Eds) **The MacDonaldization of higher education**. New York: Praeger, 2002.

IAU. **Internationalization of higher Education Practice and Priorities: 2003 IAU Suvey Report**, By Dr Jane Knight, Ph.D. 2003.

IAU. **IAU 2006 Internationalization Survey - Preliminary findings report**, By Dr Jane Knight, Ph.D. 2006

JAYATHURAI, Nimmi Agnes. **The Internationalisation of Universities and Implications for Classroom Teaching**. Nanyang Technological University, Singapore, 2004.

Jornal da UFU. Clima calmo nas vésperas da escolha do reitor e vice-reitor para 2009/2012. **Eleições UFU 2008: o que prometem os candidatos e o que espera a comunidade**. n° 110, p. 4 e 5 – Agosto de 2008.

KATZ, Richard N.; FERRARA, Elizabeth M. & NAPIER, Ian S. **Partnerships in Distributed Education**. American Council on Education – Center for Policy Analysis, 2002.

KERR, Clark. The Internationalization of learnig and the Nationalizaion of the purposes of higher Education: Two “Laws of Motion” in Conflict? *European Journal of Education*, 25, p. 5-22, 1990.

KIRK, Jerome; MILLER, Marc L. **Reliability and validity in qualitative research**. Beverly Hills: Sage, 1986.

KLASEK, Charles B. (Ed.). **Bridges to the Future**: Strategies for internationalizing higher education. Association of International Education Administrators, 1992.

KNIGHT, Jane. **Internationalisation: management strategies and issues**. International Education Magazine, v. 9, 1993.

KNIGHT, Jane. **Internationalization: Elements and checkpoints** (Research Monograph, No.7). Ottawa, Canada: Canadian Bureau for International Education, 1994

_____. Internationalization of Canadian Universities: The changing land-scape. Ottawa: Association of universities and Colleges of Canada, 1995.

_____. **A shared vision? Stakeholders' perspectives on the internationalization of higher education in Canada.** Journal of Studies en International Education 1, n. : 27-44, 1997.

_____. **Internationalization of higher Education. In Quality and Internationalization in Higher Education**, edited by Jane Knight and Hans de Witt. Paris: IMEH/OECD, 1999.

KNIGHT, Jane. **Trade in higher education services: the implications of GATS.** London: Observatory on Borderless Higher Education, 2002. (www.obhe.ac.uk)

_____. **Updated internationalization definition.** International Higher Education n. 33, p.2-3, 2003.

_____. Updating the Definition of Internationalization. **International Higher Education**, nº 33. Fall, 2003. Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org/avp/soe/cihe/newsletter/News33/Newslet33.htm>.

_____. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, v.8, nº 1, Spring 2004, 5-31.

_____. An Internationalization Model: Responding to New Realities and Challenges. In: Hans de Wit et al. (Eds), **Higher Education in Latin America: The International Dimension.** Washington, D.C.: The World Bank, 2005.

_____. **Internationalization Brings Important Benefits as Well as Risks.** International Higher Education, n. Winter 2007.

KNIGHT, J. e DE WIT, H. (eds). **Internationalization of higher education in Asia Pacific Countries.** Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

KOH, Hey-Keung. Trends in International Student Flows to the United States. **International Higher Education**, Center for International Higher Education, Boston College. Summer, 2002.

LANDIM, C.M.M.P.F. **Educação à distância: algumas considerações.** Rio de Janeiro, [s.n.], 1997.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internationalization of Higher Education in Brazil. Hans de Wit, Isabel Jaramillo, Jocelyne Gacen-Avila, Jane Knight (Eds). In **Higher Education in Latin America: the international dimension.** Washington: The World Bank, 2005.

LEASK, B., **The State of the Art in Internationalising the Curriculum International Perspectives** in International Education: the Professional Edge, IDP Education Australia, 1999.

LESSA, A. C. Ciência e Tecnologia nas relações Brasil-França (1964-2001). In **Anuário Brasil-Europa: relações de cooperação em ciência e tecnologia**, ed. Wilhelm Hofmeister e Franklin Trein. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.

LUSTIN, M. W.; KOESTER, J. **Intercultural Competence: Interpersonal Communication Across Cultures**. Fourth edition. Boston: Allyn and Bacon, 2003.

MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MARTINS, G. A.; PINTO, R. L. **Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARGINSON, Simon. **Globalisation in higher Education: a view for the South**. In: SRHE International New, No. 46, November, 2001.

MARKLEIN, Mary Beth. **Report: USA sees first increase in foreign students since 09/11**. In USA TODAY. Disponível em <http://www.usatoday.com/news/education/2007-11-11-study-abroad_N.htm> acessado em março de 2008.

MEDINA, Adriana. **The Impact of Globalization on Higher Education**. [S.l] [s.n] [199-].

MELLON, Constance A., **Naturalistic inquiry for library science: methods and applications for research, evaluation, and teaching**. New York: Greenwood, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIURA, I. K. A influência dos valores culturais no comportamento de executivos em designações internacionais. **Tese de Doutorado em Administração**, FEA-UFU, São Paulo, 2001.

_____. O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas do conhecimento. **Tese de Livre Docência**, São Paulo, FEA-RP, 2006.

MOHAMEDBHAI, Goolam. **Globalisation and its implications on universities in developing countries**. Univesité Laval, Québec Canada, September, 2002.

MOK, Ka-Ho. Globalisation and Higher Education Restructuring in Hong Kong, Taiwan and Mainland China. In: **Higher Education Research & Development**, Vol. 22, No. 2, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do Conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. Curitiba: **Educar**, n.28, p-107-124, Editora UFPR, 2006.

NACHMIAS, C. F.; NACHMIAS, D. **Research Methods in the Social Sciences** (4th ed.). New York: St Martin's Press, 1992.

NEWMAN, Frank & COUTURIER, Lara. **The New Competitive Arena: Market Forces Invade the Academy**. The Futures Project: Policy for Higher Education in a Changing World, June, 2001.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *In Caderno de Pesquisas em Administração*. Vol. 1, n.3. São Paulo. 1996.

OLIVEIRA, A.R.M. de, **Internacionalização da Educação: indicadores para a educação superior**. In. Cadernos ANPAE n.4, 2007.

PETER, M. and ROBERTS, P. Universities, Futurology and Globalisation. *In: Discourse: studies in the cultural politics of education*, Vol. 21, No. 2, 2000.

PETER, Michael A. Classical Political Economy and the Role of Universities in the New Knowledge Economy. *In: Globalisation, Societies and Education*, Vol. 1, No. 2, July 2003.

QIANG, Z. Internationalization of Higher Education: towards a conceptual framework. **Policy Futures in Education**, v.1, nº 2, 2003.

RABOCH, Henrique e DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. **A Internacionalização do Ensino Superior: o caso da Universidade Regional de Blumenau**. In VI Simpósio de gestão e Estratégia em Negócios Seropédica, RJ, Brasil, Setembro de 2008.

REIS, Ana Maria dos e PIACITELLI, Lucia. **Contradições do espaço histórico da universidade no contexto da internacionalização**. Universidade de Sorocaba. 2006

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Gramacho. **Globalization and internationalization in accounting education**. Proceedings of 27th European Accounting Conference, Prague, 2004.

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Gramacho. **A Internacionalização da Educação Superior – uma pesquisa com alunos intercambistas franceses e brasileiros da FEA/UFU**. In Cadernos PROLAM/UFU, ano 5 - vol. 2, p. 279 – 296, 2006

RUDZKI, Romuald E. John. **The Strategic Management of Internationalization – Towards a Model of Theory and Practice**. University of Newcastle, UK, 1998.

SAMOILOVICH, Daniel. Networks in the International Co-operation: The experience of Project Columbus. **European Journal of Education**, V. 28, nº 1, 1993.

SHELP, Diogo. Talento de Exportação. **Revista Veja**, Ed. 2068 de 16 de Julho de 2008.

SCHWARTZMAN, S. **Quality, Standards and Globalization in Higher education**. Conference of the International Network for Quality Assurance Agencies in Higher Education (INQAAHE), Conference Centre, Dublin Castle, 2003.

SCOTT, P. (Ed.). **The Globalization of Higher Education**. Society for Research into Higher Education and Open University Press, 1998.

SCHEIN, E. **Organisational Culture and Leadership**. San Francisco: Josey Bass, 1985.

SELLTIZ, C. *et alii*. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EDPU, Universidade de São Paulo, 1974.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001

SOBRINHO, José Dias. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SODERQVIST, M. **Internationalization and its management at higher-education institutions: Applying conceptual, content and discourse analysis**. Helsinki, Finland: Helsinki School of Economics, 2002.

SOUZA, Danielle. **Dirigentes aprovam criação do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras**. Portal ANDIFES, 30 de Outubro de 2008, 08h07. Disponível em http://www.andifes.org.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=585&pop=1&page=0&Itemid=102, acessado em Janeiro de 2009.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de Internacionalização das Universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004. 143 p.: il.; 22 cm. (coleção internacional)

_____. **O Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para assuntos internacionais e a internacionalização das Instituições de Ensino Superior**. FAUBAI – Textos informativos. Disponível em <[HTTP://www.belta.org.br/faubai/textos/stallivier/04-04-28.html](http://www.belta.org.br/faubai/textos/stallivier/04-04-28.html)> acessado em março de 2008.

STIER, Jonas. **Internationalisation in Higher Education: unexplored possibilities and unavoidable challenges**. European Conference on Educational Research. University of Lisbon, 2002. Disponível em: <<http://www.leeds.ac.uk/educol/documents/00002342.htm>>. Acesso em: Janeiro/2006.

SGUISSARDI, Waldemar. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

THE Universal Impact of Competition and Globalization in Higher Education. The Futures Project: Policy for Higher Education in a Changing World. Brown University, 2000. Disponível em: <http://www.futuresproject.org/publications/universal_impact.pdf>. Acesso em: Dezembro/2005.

TIOLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2004.

TRINDADE, A. R. **Fundamentos da educação à distância: panorama conceitual da educação e do treinamento a distância**, 1997.

VAN DER WENDE, M. Missing links: the relationship between national policies for internationalization and those for higher education in general e International comparative analysis and synthesis. *In*: T. Källemark & M. van der Wende (Eds) **National Policies for the Internationalization of Higher Education in Europe**. Stockholm: National Agency for Higher Education , p. 10-31, 1997.

VOGEL, Thomas. Internationalization, Interculturality, and the role of foreign languages in Higher Education. **Higher Education in Europe**, v. XXVI, nº 3, 2001.

WELCH, Anthony. Going Global? Internationalizing Australian Universities in a Time of Global Crisis. *In*: **Comparative Education Review**, vol. 46, no. 4, 2002.

WILLIS, B. **Distance education: a practical guide**. New Jersey. Educational Technology Publications, 1998.

YANG, Rui. Globalization and Higher Education Development: A Critical Analysis. *In*: **International Review of Education**, July, Vol. 49 Issue 3/4, 2003.

YELLAND, Richard. Supranational Organizations and Transnational Education. *In*: **Higher Education in Europe**, Vol. XXV, No. 3, 2000.

YONI, Ryan. **Emerging indicators of success & failure in borderless higher education**. Observatory on Borderless Higher Education. London, UK, 2002.

YIN, R.K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – UFU EM NÚMEROS

Dados Gerais

Av. Engenheiro Diniz, 1.178 - Bairro Martins – CEP 38400-902 – Uberlândia – MG - Brasil

Telefone: (55 34) - 3239 4811 Fax: (55 34) - 3235 0099

<http://www.ufu.br> - e-mail: reitoria@ufu.br

Decreto-lei no. 762: Autorizada a funcionar (14 de agosto -1969);

Decreto-lei no. 6.532: Federalizada (24 de maio -1978).

A UFU EM NÚMEROS – ESPECIFICAÇÃO /QUANTIDADE	
Campi	3
Institutos	11
Faculdades	16
Cursos de Graduação	33
Cursos de Especialização	34
Cursos de Mestrado	22
Cursos de Doutorado	10
Docentes de Ensino Fundamental	113
Docentes de Ensino Profissional	33
Docentes de Ensino Superior	1.130
Técnicos Administrativos	3.325
Bibliotecas	4
Laboratórios	338
Fazendas Experimentais	3
Restaurantes Universitários	2
Anfiteatros	8
Emissora de Televisão	1
Emissora de Rádio FM	1
Imprensa Universitária	1
Vestibular (Semestral)	2
PAIES – Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (anual)	1

CURSOS DE GRADUAÇÃO - ESPECIFICAÇÃO/QUANTIDADE	
Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde / 07 cursos	
Agronomia	Medicina
Ciências Biológicas	Medicina Veterinária
Enfermagem	Odontologia
Educação Física	-----
Engenharias, Ciências Exatas e da Terra / 10 cursos	
Ciência da Computação	Engenharia Química

Engenharia Civil	Física de Materiais
Engenharia Elétrica	Física
Engenharia Mecânica	Matemática
Engenharia Mecatrônica	Química
Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras / 16 cursos	
Administração	Filosofia
Arquitetura e Urbanismo	Geografia
Artes Visuais	História
Ciências Contábeis	Letras
Ciências Econômicas	Música
Ciências Sociais	Pedagogia
Decoração	Psicologia
Direito	Teatro

M – Mestrado D – Doutorado

DOCENTES POR TITULAÇÃO					
Docentes	Grad.	Espec.	Mestres	Doutores	Total
Ens.Fundamental	13	52	44	04	113
Ens.Profissional	07	07	15	04	33
Ens.Superior	92	130	302	606	1.130
Total	111	189	361	614	1.276

PÓS-GRADUAÇÃO			
	2003	2004	2005
Número de Cursos	27	28	32
Mestrado	21	21	22
Doutorado	06	07	10
Número de alunos matriculados	2.011	2.050	1.871
Mestrado	1.790	1.778	1.597
Doutorado	221	272	277
Alunos da Residência Médica	130	135	129

RECURSOS HUMANOS			
	2003	2004	2005
Número total de servidores docentes	1.252	1.277	1.276
Docentes Efetivos			
Docentes Substitutos e Visitantes			
957	972	1.010	
295	305	266	
Número total de servidores téc. adm.	3.230	3.310	3.325

UNIDADES E ÓRGÃOS	
Pró-Reitorias	05
Unidades Acadêmicas	27
Cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu	34
Cursos de Pós-Graduação Stricto-Sensu	22
Hospitais Universitários	05
Museus	05

CONVÊNIOS DA UFU

AMÉRICA CENTRAL		
	País	Instituição
01	Cuba	Instituto Superior Pedagógico “Jose de la Luz y Cabballero” – Holguin – Cuba
02	Cuba	Instituto de Ciência Animal (ICA) – Cuba
03	Cuba	Universidad de la Habana – Cuba.
04	Cuba	Universidad Agrária de la Habana – Habana _ Cuba.
05	Cuba	Instituto Superior de Cultuta Física “Manuel Fajardo” – Habana – Cuba.
06	Cuba	Centro Universitario de Sancti Spíritus “José Marti Pérez” – Sancti Spiritus – Cuba.
07	Cuba	Universidad de Matanzas – Matanzas – Cuba.
08	Cuba	Universidad de Granma – Bayazo – Cuba.
09	Guatemala	Universidad San Carlos de Guatemala USAC - Guatemala
10	República Dominicana	Universidad Tecnológica de Santiago – UTESA – Santiago de los Caballero – República Dominicana

ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL AMÉRICA DO SUL		
	País	Instituição
11	Colômbia	Universidad de Medellín – Medellín – Colômbia
12	Colômbia	Universidad Industrial de Santander – Bucaramanga – Colômbia

ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL AMÉRICA DO NORTE		
	País	Instituição
13	Estados Unidos	Ohio State University – Columbus – EUA.
14	Estados Unidos	University of Florida – Gainesville Florida – EUA
15	México	Universidade Autônoma Metropolitana (Unidad de Azcapotzalco) – México – D.F. – México
16	México	Entidade Pública do Estado de Michoacán – México
17	México	Universidad Autónoma de San Luis Potosí – San Luis Potosí – México

ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ÁSIA		
	País	Instituição
18	Japão	Universidade de Comércio de Osaka. – Osaka – Japão
19	Japão	Universidade de Estudos Estrangeiros – Kioto – Kioto – Japão

ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ÁFRICA		
	País	Instituição
20	África	Université de Moulay Ismïl – Meknes – África.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EUROPA (Cont.)		
	País	Instituição
21	Alemanha	Institut Für Sport und Sportwinssenschaften- Frankfurt / Alemanha.
22	Alemanha	University of Hohenheim -Hohenheim – Alemanha
23	Espanha	Universidad de Valencia - Valência - Espanha
24	Espanha	Universidad de Huelva – Huelva - Espanha

25	Espanha	Universidad Politecnica de Valencia – Valência – Espanha
26	Espanha	Consejería de Educación de Embajada de Espanha Espanha
27	França	Instituto Nacional de Ciências Aplicadas de Lyon - INSA– Lyon – França
28	França	Centro National de la Recherche Scientifique – CNRS – Paris – França
29	França	Université de Franche-Comté. – Besançon – França
30	França	Universidade Claude Bernard Lyon 1 – França
31	França	Universidade René Descartes – Paris 5 – França
32	França	Instituto Nacional Politécnico de Grenoble – França
33	França	Université Lumière Lyon 2 – França
34	França	Instituto Francês de Mecânica Avançada (IFMA) – França
35	França	Instituto Nacional de Ciências Aplicadas de Strasbourg – França
36	França	Escola Nacional Superior de Mecânica e Micro-técnica de Besançon – França
37	França	Instituto Nacional de Ciências Aplicadas de Rouen – França
38	França	Université Paris 10- Nanterre – França
39	França	Université Paris Sud – 11 – Orsay – França
40	França	Université Paris 1 – Panthéon – Sorbonne Paris – Paris França
41	França	Institut Nacional des Sciences Appliquées de Rennes – Rennes – França.
42	França	Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Montpellier – Montpellier – França.
43	Holanda	Universidad Estatal de Gröningen. – Gröningen – Holanda
44	Itália	Universitat Degli Studi di Cassino – Cassino - Itália
45	Itália	Universitat Roma 4 - Istituto Universitario di Scienze Motorie (IUSM)
46	Portugal	Universidade da Beira Interior (UBI) - Portugal
47	Portugal	Universidade do Porto.- Porto - Portugal
48	Suíça	Haute Ecole Pédagogique Berne – Jura – Neuchâtel (BEJUNE) – Suíça

Anexo B – Plano de Estudos

NOME COMPLETO: _____ **Nº MATRÍCULA:** _____

Nº DE ORDEM	UFU			UNIVERSIDADE DE DESTINO:			ASSINATURA DA AUTORIZAÇÃO
	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	

Por meio do presente faço constar que as matérias descritas neste documento poderão ser validadas como equivalentes considerando o plano de estudos que o interessado cursaria na UFU. Qualquer alteração neste plano deverá ser comunicada à Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais, que tomará as providências necessárias junto à Coordenação do curso de origem do estudante.

Assinatura do(a) Aluno(a): _____

Instituto ou Faculdade: _____

Nome do Coordenador do Curso: _____

Carimbo e Assinatura do
Coordenador do Curso
____/____/____

Carimbo e Assinatura
Assessoria de Relações Internacionais
____/____/____

Anexo C - Diploma Duplo – Engenharia Mecânica – UFU/INSA de Lyon-GMC

Percurso de um estudante brasileiro :

a) opção 1 – sai no final do 6º semestre/estágio no 9º semestre.

	Semestres											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Brasil	B	B	B	B	B	B					B	(B)
França							F	F	F	F		

O aluno brasileiro terá realizado até o 6º semestre as seguintes disciplinas :

Código	Disciplina	CH Total	Créditos
GEM01	Introdução à engenharia	60	4
GEM02	Desenho Técnico	60	4
GEM03	Algoritmos e programação	60	3
MAT02	Cálculo diferencial e integral 1	90	6
GEM04	Química básica	60	3
MAT03	Geometria analítica	75	5
GEM05	Desenho de máquinas 1	60	3
GEM06	Programação aplicada à engenharia	30	1
MAT05	Cálculo diferencial e integral 2	90	6
GEM07	Cinemática	75	4
MAT07	Álgebra linear	45	3
MAT06	Estatística	60	4
GEM08	Dinâmica	60	4
MAT12	Cálculo numérico	75	5
MAT08	Cálculo diferencial e integral 3	90	6
FIS03	Física geral 2	90	6
FIS04	Física experimental 2	30	2
FIS05	Estática	60	4
GEM09	Mecânica dos sólidos	90	5
GEM10	Análise dinâmica de sistemas e controle	60	4
GEM11	Termodinâmica aplicada	75	4
GEM12	Metrologia	60	3
GEM13	Métodos matemáticos aplicados à eng.	60	4
GEM14	Princípio de ciência dos materiais	60	3
GEM15	Dinâmica de máquinas	60	4
GEM16	Resistência dos materiais	90	6
GEM17	Microestrutura e propriedade dos mat.	60	3
GEM18	Sistemas térmicos	60	4
GEM19	Mecânica dos fluidos	75	4
GEM20	Transferência de calor 1	75	4
GEM21	Eletrotécnica	75	4
GEM22	Desenho de máquinas 2	60	3
GEM23	Mecânica dos materiais aplicada	60	4
GEM24	Introdução à tribologia	45	2
GEM25	Usinagem 1	60	3
GEM26	Transferência de calor 2	60	3
GEM51	Tópicos especiais em projetos mecânicos : teoria da elasticidade	60	4

Equivalência de disciplinas ou blocos de disciplinas até o momento:

Brasil		França	
Disciplinas	CH Total	Disciplinas	CH Total
MAT02 ; MAT03 ; MAT05 ; MAT06 MAT07 ; MAT08 ; GEM13	510	Mathématiques 1A OMP Mathématiques 2A MATHEM31 ; MATHEM32 ANANUM32	519,5
GEM03 ; GEM06 MAT12	165	Informatique 1A ; Informatique 2A ANANUM31	178
GEM07 ; GEM08 ; FIS03 ; FIS04 FIS05 ; GEM09 ; GEM10 ; GEM12 GEM15 ; GEM16 ; GEM51	735	Physique 1A ; Physique 2A Méca. Générale 2A MGMECA31 ; MGMECA32 MSOLID31 ; MSOLID32 MSOLTP32 ; AUTOM31 ; AUTOM32	755
GEM04 ; GEM14 ; GEM17 ; GEM23 GEM24	285	Chimie 1A ; Chimie 2A SCIMAT32 ; SCIMTP32	238
GEM02 ; GEM05 GEM22 ; GEM25 GEM11 ; GEM18 GEM19 ; GEM20 GEM26	585	Conception méca. 1A Conception méca. 2A Fabrication 2A CMCONC31 ; CMCOTP31 CMCONC32 ; PRODUC31 PRODTP31 ; PRMETP31 PRODUC32 ; PRODTP32 Thermodynamique 2A MFLUID31 ; MFLUTP32 ; MFMAHY32	507,5

As disciplinas CONENT31 e CONENT32 do terceiro ano do INSA serão cursadas no retorno através da disciplina CAM01 na UFU.

Disciplinas que deverão ser cursadas no 7º semestre (INSA-GMC):

Código	Disciplina	CH Total
MATHEM41	Statistiques et probabilités	28
MGSTOP41	Stabilité et optimisation	42
MSOLID41	Analyse des structures	28
MSOLTP41	Travaux pratiques de mécanique des solides 2	12
THERTT41	Transferts thermiques	35
THERTP41	Travaux pratiques de thermodynamique et transferts thermiques	12
SCIMTP41	Travaux pratiques de métallurgie générale	12
CNDEMI41	CND – ensembles mécaniques industriels	14
VAVIBR41	Vibrations des systèmes discrets	28
VAANSI41	Traitement du signal	14
AUTOM41	Matlab/Simulink	14
AUTOTP41	Travaux pratiques d'automatique	12
CMTMEC41	Transmissions mécaniques de puissance	42
CMTFLU41	Transmissions fluides de puissance	42
PRODUC41	FAO	21
CONENT41	Qualité – Approche de l'entreprise	28
LANETR41	Langue vivante (Anglais)	28
LAFRAN41	Français langue étrangère	28
SPORT41	EPS	28

Disciplinas que deverão ser cursadas no 8º semestre (INSA-GMC):

Código	Disciplina	CH Total
MSOLID42	Plasticité	21
MSOLTP42	Travaux pratiques de mécanique des solides 3	12
MSEFI42	Elements finis	42
THERMT42	Machines thermiques	28
THMTTP42	Travaux pratiques de moteurs alternatifs à combustion interne	12
SCIMTP42	Travaux pratiques de science des matériaux 2	12
CNDMTP42	Travaux pratiques de CNDEMI	12
VAVIBR42	Vibrations des systèmes continus	35
VAACIN42	Acoustique industrielle	14
VAVITP42	Travaux pratiques de vibrations	24
AUTOM42	Automatique avancée	42
AUTOTP42	Travaux pratiques de robotique	12
CMCONC42	Projet collectif	70
PRODUC42	Plasturgie	28
PRODTP42	Travaux pratiques de FAO	12
PRMETP42	Travaux pratiques de métrologie	12
LANETR42	Langue vivante (Anglais)	28
LAFRAN42	Français langue étrangère	28
SPORT42	EPS	28

Disciplinas que deverão ser cursadas no 9º semestre (INSA-GMC):

	Disciplina	Duração
	Stage industriel à temps complet (7 heures /jour)	5,5 meses

Disciplinas que deverão ser cursadas no 10º semestre (INSA-GMC):

Código	Disciplina	CH Total
MODCI52-1	Module de centre d'intérêt 1	42
MODCI52-2	Module de centre d'intérêt 2	42
MODCI52-3	Module de centre d'intérêt 3	28
CONENT52	Economie et gestion	28
CIPROJ52	Projet industriel de fin d'études	300
SPORT52	EPS	16

Equivalência de disciplinas ou blocos de disciplinas cursadas nos 4 semestres na França :

França		Brasil	
Disciplinas	CH Total	Disciplinas	CH Total
VAVIBR41 ; VAVIBR42 VAANSI41 ; VAACIN42 ; VAVITP42 MSOLID41 ; MSOLTP41 ; MSOLTP42 MSOLID42 ; CNDEMI41 CNDMTP42 ; SCIMTP41 ; SCIMTP42 AUTOM41 ; AUTOTP41 ; AUTOM42 AUTOTP42	318	GEM28 ; GEM43 (OPT) GEM33 ; GEM58 (OPT) GMR13 (OPT)	300
CMTMEC41 ; CMCONC42 CMTFLU41 ; PRODUC41 PRODTP42 ; PRODUC42 PRMETP42	227	GEM29 ; GEM37 GEM39	165
THERTT41 ; THERTP41 THERMT42 ; THMTTP42	87	GEM30 ; GEM32	135
Stage industriel	5,5 meses	GEM42	270
Projet de fin d'études	300	GEM41	300
CONENT41 ; CONENT52	56	ECN01	60

Dependendo da área do projeto de fim de curso, uma disciplina optativa será eliminada.

Disciplinas que deverão ser cursadas após o retorno ao Brasil no 11° (e 12° se precisar) semestre :

Código	Disciplina	CH Total	Créditos
GEM27	Instrumentação	60	3
GEM31	Fundição e soldagem	75	4
GEM34	Conformação Mecânica	60	3
GEM35	Usinagem 2	45	2
GMR16	Educação para o meio ambiente	30	2
GEM36	Refrigeração e ar condicionado	75	4
GEM38	Robótica	60	3
DRT50	Direito e legislação	45	3
GEM40	Manutenção	30	2
CAM01	Administração	75	5

Carga horária total do curso da opção 1 :

UFU (do 1° ao 6° periodo)	2415
INSA-GMC (do 7° ao 10° periodo)	1666
UFU (11° e 12° periodos)	555
TOTAL	4636

b) opção 2 – sai no final do 7º semestre/estágio no 10º semestre :

	Semestres											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Brasil	B	B	B	B	B	B	B					B
França								F	F	F	F	

O aluno brasileiro terá realizado até o 7º semestre as seguintes disciplinas (pré-requisitos):

Código	Disciplina	CH Total	Créditos
GEM01	Introdução à engenharia	60	4
GEM02	Desenho Técnico	60	4
GEM03	Algoritmos e programação	60	3
MAT02	Cálculo diferencial e integral 1	90	6
GEM04	Química básica	60	3
MAT03	Geometria analítica	75	5
GEM05	Desenho de máquinas 1	60	3
GEM06	Programação aplicada à engenharia	30	1
MAT05	Cálculo diferencial e integral 2	90	6
GEM07	Cinemática	75	4
MAT07	Álgebra linear	45	3
MAT06	Estatística	60	4
GEM08	Dinâmica	60	4
MAT12	Cálculo numérico	75	5
MAT08	Cálculo diferencial e integral 3	90	6
FIS03	Física geral 2	90	6
FIS04	Física experimental 2	30	2
FIS05	Estática	60	4
GEM09	Mecânica do sólidos	90	5
GEM10	Análise dinâmica de sistemas, controle	60	4
GEM11	Termodinâmica aplicada	75	4
GEM12	Metrologia	60	3
GEM13	Métodos matemáticos aplicados à eng.	60	4
GEM14	Princípio de ciência dos materiais	60	3
GEM15	Dinâmica de máquinas	60	4
GEM16	Resistência dos materiais	90	6
GEM17	Microestrutura e propriedade dos mat.	60	3
GEM18	Sistemas térmicos	60	4
GEM19	Mecânica dos fluidos	75	4
GEM20	Transferência de Calor 1	75	4
GEM21	Eletrotécnica	75	4
GEM22	Desenho de máquinas 2	60	3
GEM23	Mecânica dos materiais aplicada	60	4
GEM24	Introdução à tribologia	45	2
GEM25	Usinagem 1	60	3
GEM26	Transferência de Calor 2	60	3
GEM51	Tópicos especiais em projetos mecânicos : teoria da elasticidade	60	4
GEM27	Instrumentação	60	3
GEM28	Vibração de sistemas mecânicos	60	3
GEM29	Elementos de máquinas	75	5
GEM30	Máquinas térmicas	75	4
GEM31	Fundição e soldagem	75	4
GEM32	Máquinas de fluxo e sistemas hidráulicos	60	4

Equivalência de disciplinas ou blocos de disciplinas até o momento:

Brasil		França	
Disciplinas	CH Total	Disciplinas	CH Total
MAT02 ; MAT03 ; MAT05 ; MAT06 MAT07 ; MAT08 ; GEM13	510	Mathématiques 1A ; OMP Mathématiques 2A MATHEM31 ; MATHEM32 ANANUM32	519,5
GEM03 ; GEM06 ; MAT12	165	Informatique 1A ; Informatique 2A ANANUM31	178
GEM07 ; GEM08 ; FIS03 ; FIS04 FIS05 ; GEM09 ; GEM10 ; GEM12 GEM15 ; GEM16 ; GEM51 ; GEM27 GEM28	855	Physique 1A ; Physique 2A Méca. Générale 2A MGMECA31 ; MGMECA32 MSOLID31 ; MSOLID32 ; MSOLTP32 AUTOM31 ; AUTOM32	755
GEM04 ; GEM14 GEM17 ; GEM23 ; GEM24	285	Chimie 1A ; Chimie 2A SCIMAT32 ; SCIMTP32	238
GEM02 ; GEM05 GEM22 ; GEM25 GEM11 ; GEM18 GEM19 ; GEM20 GEM26 ; GEM29 GEM30 ; GEM31 GEM32	870	Conception méca. 1A Conception méca. 2A Fabrication 2A Thermodynamique 2A CMCONC31 ; CMCOTP31 CMCONC32 ; PRODUC31 PRODTP31 ; PRMETP31 PRODUC32 ; PRODTP32 MFLUID31 ; MFLUTP32 ; MFMAHY32	507,5

As disciplinas CONENT31 e CONENT32 do terceiro ano INSA serão cursadas no retorno através da disciplina CAM01 na UFU.

Disciplinas que deverão ser realizadas no 8º semestre (INSA-GMC):

Código	Disciplina	CH Total
MATHEM41	Statistiques et probabilités	28
MGSTOP41	Stabilité et optimisation	42
MSOLID41	Analyse des structures	28
MSOLTP41	Travaux pratiques de mécanique des solides 2	12
THERTT41	Transferts thermiques	35
THERTP41	Travaux pratiques de thermodynamique et transferts thermiques	12
SCIMTP41	Travaux pratiques de métallurgie générale	12
CNDEMI41	CND – ensembles mécaniques industriels	14
VAVIBR41	Vibrations des systèmes discrets	28
VAANSI41	Traitement du signal	14
AUTOM41	Matlab/Simulink	14
AUTOTP41	Travaux pratiques d'automatique	12
CMTMEC41	Transmissions mécaniques de puissance	42
CMTFLU41	Transmissions fluides de puissance	42
PRODUC41	FAO	21
CONENT41	Qualité – Approche de l'entreprise	28
LANETR41	Langue vivante (Anglais)	28
LAFRAN41	Français langue étrangère	28
SPORT41	EPS	28

Disciplinas que deverão ser realizadas no 9º semestre (INSA-GMC):

Código	Disciplina	CH Total
MSOLID42	Plasticité	21
MSOLTP42	Travaux pratiques de mécanique des solides 3	12
MSEFI42	Elements finis	42
THERMT42	Machines thermiques	28
THMTTP42	Travaux pratiques de moteurs alternatifs à combustion interne	12
SCIMTP42	Travaux pratiques de science des matériaux 2	12
CNDMTP42	Travaux pratiques de CNDEMI	12
VAVIBR42	Vibrations des systèmes continus	35
VAACIN42	Acoustique industrielle	14
VAVITP42	Travaux pratiques de vibrations	24
AUTOM42	Automatique avancée	42
AUTOTP42	Travaux pratiques de robotique	12
CMCONC42	Projet collectif	70
PRODUC42	Plasturgie	28
PRODTP42	Travaux pratiques de FAO	12
PRMETP42	Travaux pratiques de métrologie	12
LANETR42	Langue vivante (Anglais)	28
LAFRAN42	Français langue étrangère	28
SPORT42	EPS	28

Disciplinas que deverão ser realizadas no 10º semestre (INSA-GMC):

	Disciplina	Duração
	Stage industriel à temps complet (7 heures /jour)	5,5 meses

Disciplinas que deverão ser realizadas no 11º semestre (INSA-GMC):

Código	Disciplina	CH Total
MODCI52-1	Module de centre d'intérêt 1	42
MODCI52-2	Module de centre d'intérêt 2	42
MODCI52-3	Module de centre d'intérêt 3	28
CONENT52	Economie et gestion	28
CIPROJ52	Projet industriel de fin d'études	300
SPORT52	EPS	16

Equivalência de disciplinas ou blocos de disciplinas realizadas nos 4 semestres na França:

França		Brasil	
Disciplinas	CH Total	Disciplinas	CH Total
VAVIBR41 ; VAVIBR42 ; VAANSI41 VAACIN42 ; VAVITP42 ; MSOLID41 MSOLTP41 ; MSOLTP42 ; MSOLID42 CNDEMI41 ; CNDMTP42 ; SCIMTP41 SCIMTP42 ; AUTOM41 AUTOTP41 ; AUTOM42 ; AUTOTP42	318	GEM28 ; GEM43 (OPT) GEM33 ; GEM58 (OPT) GMR13 (OPT)	300
CMTMEC41 ; CMCONC42 CMTFLU41 ; PRODUC41 PRODTP42 ; PRODUC42 PRMETP42	227	GEM29 ; GEM37 GEM39	165
THERTT41 ; THERTP41 THERMT42 ; THMTTP42	87	GEM30 ; GEM32	135
Stage industriel	5,5 meses	GEM42	270
Projet de fin d'études	300	GEM41	300
CONENT41 ; CONENT52	56	ECN01	60

Dependendo da área do projeto de fim de curso, uma disciplina optativa será eliminada.

Disciplinas que deverão ser seguidas após o retorno ao Brasil no 12º semestre :

Código	Disciplina	CH Total	Créditos
GEM34	Conformação Mecânica	60	3
GEM35	Usinagem 2	45	2
GEM36	Refrigeração e ar condicionado	75	4
GEM38	Robótica	60	3
DRT50	Direito e legislação	45	3
GEM40	Manutenção	30	2
CAM01	Administração	75	5

Carga horária total do curso da opção 2 :

UFU (do 1º ao 7º período)	2820
INSA-GMC (do 8º ao 11º período)	1666
UFU (12º período)	390
TOTAL	4876

Percorso de um estudante francês (Sai no final do 7° semestre) :

	Semestres											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Brasil								B	B	B	B	
França	F	F	F	F	F	F	F					F

O aluno francês terá cursado até o 7° semestre as seguintes disciplinas :

Código	Disciplina	CH Total
	Mathématiques 1 ^{ère} année	203,5
	Outils Mathématiques pour la physique 1 ^{ère} année	45
	Mathématiques 2 ^{ème} année	159
	Physique 1 ^{ère} année	232
	Physique 2 ^{ème} année	200
	Chimie 1 ^{ère} année	84
	Chimie 2 ^{ème} année	90
	Informatique 1 ^{ère} année	83
	Informatique 2 ^{ème} année	60
	Thermodynamique	42
	Conception mécanique 1 ^{ère} année	43,5
	Conception mécanique 2 ^{ème} année	58
	Fabrication 2 ^{ème} année	80
	Mécanique générale 2 ^{ème} année	80
	Expression – communication – langues 1 ^{ère} année	101,5
	Expression – communication – langues 2 ^{ème} année	86
	EPS 1 ^{ère} et 2 ^{ème} années	90
MATHEM31 MATHEM32	Mathématiques – Analyse	77
ANANUM31	Analyse numérique et informatique	35
ANANUM32	Méthodes numériques	35
MGMECA31	Dynamique	42
MGMECA32	Cinématique	42
MSOLID31	Mécanique des solides déformables	35
MSOLID32	Elasticité	35
MSOLTP32	Travaux pratiques de mécanique des solides 1	12
MFLUID31	Mécanique des fluides	42
MFLUTP32	Travaux pratiques de mécanique des fluides	12
MFMAHY32	Machines hydrauliques	28
SCIMAT32	Science des matériaux	52
SCIMTP32	Travaux pratiques de science des matériaux	12
AUTOM31	Commande des systèmes linéaires	42
AUTOM32	Systèmes automatisés de production	35
CMCONC31	Construction mécanique 1	49
CMCOTP31	Travaux pratiques de construction mécanique	12
CMCONC32	Construction mécanique 2	63
PRODUC31	Usinages et métrologie dimensionnelle	21
PRODTP31	Travaux pratiques de production – coupe	12
PRMETP31	Travaux pratiques de production – métrologie	12
PRODUC32	Méthodes	21
PRODTP32	Travaux pratiques de production – UNC	12
CONENT31	Management outils intégration 1	28
CONENT32	Management outils intégration 2	28
LANETR31	Langues vivantes 1 et 2	56
LANETR32	Langue vivante 1 (approfondissement)	28
SPORT31	EPS	28

SPORT32	EPS	28
MATHEM41	Statistiques et probabilités	28
MGSTOP41	Stabilité et optimisation	42
MSOLID41	Analyse des structures	28
MSOLTP41	Travaux pratiques de mécanique des solides 2	12
MSOLID42	Plasticité	21
SCIMTP41	Travaux pratiques de métallurgie générale	12
CNDEMI41	CND – ensembles mécaniques industriels	14
VAVIBR41	Vibrations des systèmes discrets	28
VAANSI41	Traitement du signal	14
AUTOM41	Matlab/Simulink	14
AUTOTP41	Travaux pratiques d'automatique	12
CMTMEC41	Transmissions mécaniques de puissance	42
CMTFLU41	Transmissions fluides de puissance	42
PRODUC41	FAO	21
CONENT41	Qualité – Approche de l'entreprise	28
LANETR41	Langue vivante 1 (approfondissement 2)	28
SPORT41	EPS	28

Equivalência de disciplinas ou blocos de disciplinas até o momento:

França		Brasil	
Disciplinas	CH Total	Disciplinas	CH Total
Mathématiques 1A ; OMP Mathématiques 2A ; MATHEM31 MATHEM32 ; ANANUM32 ; MATHEM41	547,5	MAT02 ; MAT03 MAT05 ; MAT06 MAT07 ; MAT08 ; GEM13	510
Informatique 1A ; Informatique 2A ANANUM31	178	GEM03 ; GEM06 MAT12	165
Physique 1A ; Physique 2A Méca. Générale 2A MGMECA31 ; MGMECA32 MSOLID31 ; MSOLID32 ; MSOLTP32 AUTOM31 ; AUTOM32 ; MGSTOP41 MSOLID41 ; MSOLTP41 ; VAVIBR41 VAANSI41 ; AUTOM41 ; AUTOTP41	905	GEM07 ; GEM08 FIS03 ; FIS04 ; FIS05 ; GEM09 GEM10 ; GEM12 ; GEM15 ; GEM16 GEM51 ; GEM28 ; GEM33 GMR13 (OPT) ; GEM51 (OPT)	870
Chimie 1A ; Chimie 2A ; SCIMAT32 SCIMTP32 ; SCIMTP41 ; CNDEMI41	264	GEM04 ; GEM14 ; GEM17 GEM23 ; GEM58 (OPT)	240
Conception méca. 1A Conception méca. 2A Fabrication 2A; CMCONC31 CMCOTP31 ; CMCONC32 ; PRODUC31 PRODTP31 ; PRMETP31 ; PRODUC32 PRODTP32 ; CMTMEC41 ; CMTFLU41 Thermodynamique 2A PRODUC41 ; MFLUID31 ; MFLUTP32 MFMAHY32 ; THERTT41 ; THERTP41	659,5	GEM02 ; GEM05 GEM22 ; GEM25 GEM11 ; GEM18 GEM29 ; GEM37 GEM39	540
CONENT31 ; CONENT32 Expr. et com. 1A et 2A	243,5	GEM01 ; CAM01	135

Disciplinas que deverão ser cursadas no 8º semestre (UFU):

Código	Disciplina	CH Total	Créditos
GEM19	Mecânica dos fluidos	75	4
GEM20	Transferência de Calor 1	75	4
GEM21	Eletrotécnica	75	4
GEM24	Introdução à tribologia	45	2
GEM31	Fundição e soldagem	75	4
GEM34	Conformação Mecânica	60	3

Disciplinas que deverão ser cursadas no 9º semestre (UFU):

Código	Disciplina	CH Total	Créditos
GEM26	Transferência de Calor 2	60	3
GEM27	Instrumentação	60	3
GEM32	Máquinas de fluxo e sistemas hidráulicos	60	4
GEM35	Usinagem 2	45	2
GMR16	Educação para o meio ambiente	30	2
GEM36	Refrigeração e ar condicionado	75	4
GEM43	Acústica básica	60	3

Disciplinas que deverão ser cursadas no 10º semestre (UFU):

Código	Disciplina	CH Total	Créditos
GEM30	Máquinas térmicas	75	4
GEM38	Robótica	60	3
GEM40	Manutenção	30	2
DRT50	Direito e legislação	45	3
ECN01	Economia	60	4
GEM47	Métodos computacionais aplicados à engenharia mecânica	60	4

Disciplinas que deverão ser cursadas no 11º semestre (UFU):

	Disciplina	Duração
GEM41	Projeto de fim de curso	4 meses

Equivalência de disciplinas ou blocos de disciplinas realizadas nos 4 semestres na UFU:

Brasil		França	
Disciplinas	CH Total	Disciplinas	CH Total
GEM43 ; GEM30 ; GEM38	195	VAVIBR42 ; VAACIN42 ; VAVITP42 AUTOM42 ; AUTOTP42	127
GEM35	45	PRODUC42 ; PRMETP42 PRODTP42	52
GEM19 ; GEM20 GEM26 ; GEM32	270	THERTT41 ; THERTP41 THERMT42 ; THMTTP42 CMCONC42	157
GEM47	60	MSELF42	42
GEM41	300	Projet de fin d'études	300
ECN01 ; DRT50	105	CONENT52	28

O estágio supervisionado (GEM42) será cursado após o retorno à França.

Disciplinas que deverão ser cursadas após o retorno à França no 12º semestre :

Disciplina	Duração
Stage industriel à temps complet (7 heures /jour)	5,5 meses

Carga horária total do curso para o aluno do INSA :

INSA (do 1º ao 7º periodo)	2737
UFU (do 8º ao 11º periodo)	1425
INSA (12º periodo)	270
TOTAL	4432

Anexo D – Estatuto da UFU – Título I: DA INSTITUIÇÃO**CAPÍTULO I****DA PERSONALIDADE E AUTONOMIA**

Art. 1º A Universidade Federal de Uberlândia - UFU é uma fundação pública de educação superior, integrante da Administração Federal Indireta, com sede e foro na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, autorizada a funcionar pelo Decreto-lei no 762, de 14 de agosto de 1969 e federalizada pela Lei no 6.532, de 24 de maio de 1978.

Art. 2º A UFU goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da lei.

Art. 3º A organização e o funcionamento da UFU reger-se-ão pela legislação federal, por este Estatuto, pelo Regimento Geral e por normas complementares.

CAPÍTULO II**DOS PRINCÍPIOS**

Art. 4º Na organização e no desenvolvimento de suas atividades a UFU defenderá e respeitará os princípios de:

- I - gratuidade do ensino;
- II - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- III - indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- IV - universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;
- V - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VI - garantia de padrão de qualidade e eficiência;
- VII - orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;

VIII - democratização da educação no que concerne à gestão e à socialização de seus benefícios;

IX - democracia e desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País;

X - igualdade de condições para o acesso e permanência na UFU;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e

XII - defesa dos direitos humanos, paz e de preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 5º A UFU, atuando conforme os princípios estabelecidos no artigo anterior, tem por objetivos:

I - produzir, sistematizar e transmitir conhecimentos;

II - promover a aplicação prática do conhecimento, visando a melhoria da qualidade de vida em seus múltiplos e diferentes aspectos, na nação e no mundo;

III - promover a formação do homem para o exercício profissional, bem como a ampliação e o aprofundamento dessa formação;

IV - desenvolver e estimular a reflexão crítica e a criatividade;

V - ampliar a oportunidade de acesso à educação superior;

VI - desenvolver o intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico;

VII - buscar e estimular a solidariedade na construção de uma sociedade democrática e justa, no mundo da vida e do trabalho; e

VIII - preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia.

Art. 6º A UFU buscará a consecução de seus objetivos:

- I - desenvolvendo e difundindo, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento teórico e prático, em suas múltiplas áreas;
- II - ministrando a educação superior, visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação, bem como à formação de profissionais para o magistério e os demais campos de trabalho nas áreas culturais, artísticas, científicas, tecnológicas, políticas e sociais;
- III - mantendo ampla e orgânica interação com a sociedade, valendo-se dos recursos desta para a integração dos diferentes grupos sociais com a UFU;
- IV - estudando questões sócio-econômicas, educacionais, políticas e culturais da sociedade, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento regional e nacional, bem como para melhorar a qualidade de vida;
- V - constituindo-se em agente de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, desenvolvendo na comunidade universitária uma consciência ética, social e profissional;
- VI - estabelecendo formas de cooperação com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras;
- VII - desenvolvendo mecanismos que garantam a igualdade no acesso à educação superior; e
- VIII - prestando serviços especializados e desempenhando outras atividades na área de sua competência.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista para Reitor

REITOR Nome: _____ Data: ____/____/____

Questões Introdutórias:

- O que o senhor entende por “Internacionalização das Instituições de Ensino Superior”?
- Como o senhor avalia a questão da Internacionalização das Instituições de Ensino Superior?

Políticas de Internacionalização:**Formulação:**

- Há uma política formal de internacionalização da UFU? Se sim, quais são as principais diretrizes dessa política?
- Como se deu o processo de definição de tal política?
- Quando foi definida?
- Quais os setores envolvidos?
- Qual o papel da reitoria na definição dessa política?
- As diretrizes da política são mais direcionadas para a graduação ou para a pós-graduação?
- A política de internacionalização representa uma prioridade para a UFU? Por quê?

Plano de Expansão

- Sobre o Plano de expansão 2008-2012 da UFU, qual o impacto desse documento no processo de Internacionalização da UFU?

- Relativo ao item D desse documento que trata da mobilidade intra e interinstitucional, quem foram as pessoas (ou áreas) responsáveis pela confecção de tal documento?
- Quais são as áreas que se responsabilizarão pelo cumprimento das metas propostas nesse documento?
- Como será feito o acompanhamento relativo ao cumprimento de tais metas? Quais serão os indicadores utilizados?

Razões:

- Quais são as 3 principais razões que têm levado a UFU a se internacionalizar?

Principais ações:

- Quais são as 3 (três) principais ações de internacionalização existentes na UFU?
- Qual dessas ações de internacionalização tem sido priorizada pela UFU? Por quê?
- A UFU é filiada a alguma organização internacional? Qual?
- Em sua opinião, o processo de internacionalização entre as diferentes áreas de conhecimento (humanas, sociais, exatas, biológicas) ocorre de maneira diferenciada? Por quê?
- O objeto de estudo da área facilita e/ou dificulta o interesse em pesquisa conjunta/cooperação científica? Como?
- O processo de internacionalização se dá de maneira diferente entre a graduação e a pós-graduação? Como? Por quê?

Políticas nacionais e regionais para internacionalização:

- Como o Sr. avalia o papel do MEC, Capes, CNPq e outros órgãos (estrangeiros, nacionais e/ou estaduais) para o processo de internacionalização da UFU?
- As ações de internacionalização da UFU ocorrem no âmbito de acordos firmados entre o Brasil e outros países?
- Existem programas de apoio, em nível nacional e/ou estadual, aos esforços institucionais de internacionalização da UFU?
- Quais ações de internacionalização da UFU utilizam ou se beneficiam dos programas de apoio nacionais, estaduais e/ou internacionais?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista para Assessora de Relações Internacionais e Interinstitucionais

Nome: _____ **Data:** ____/____/____

Questões Introdutórias:

- O que a senhora entende por “Internacionalização das Instituições de Ensino Superior”?
- Como o senhor(a) avalia a questão da Internacionalização das Instituições de Ensino Superior?

Sobre a Diretoria de Relações Internacionais

Histórico

- Fale um pouco sobre a ASDRI (data de fundação, contexto em que surgiu, principais atores, etc)

Estrutura

- Quais são os principais objetivos da ASDRI na UFU?
- Como a ASDRI se insere no organograma da UFU?
- Qual a estrutura organizacional/organograma da ASDRI? Quantas pessoas trabalham na ASDRI?
- A ASDRI possui um orçamento próprio para a realização de suas atividades? (Se sim, qual o montante?)
- Como esse orçamento é estabelecido?
- Qual é a relação de tal orçamento à receita anual da UFU?

- O orçamento para a ASDRI diminuiu ou aumentou nos últimos três anos?
- A ASDRI capta recursos externos?
- Quais são as atribuições da ASDRI?

Políticas de Internacionalização:

Formulação:

- Há uma política formal de internacionalização da UFU como um todo? Se sim, qual é essa política?
- Essa política de internacionalização foi formalizada em termos de documento?
- Como se deu o processo de definição de tal política?
- Qual é o papel da ASDRI na formulação da política de internacionalização da UFU?

Plano de Expansão

- Sobre o Plano de expansão 2008-2012 da UFU, qual o impacto desse documento no processo de Internacionalização da UFU?
- Relativo ao item D desse documento que trata da mobilidade intra e interinstitucional, quem foram as pessoas (ou áreas) responsáveis pela confecção de tal documento?
- Quais são as áreas que se responsabilizarão pelo cumprimento das metas propostas nesse documento?
- Como será feito o acompanhamento relativo ao cumprimento de tais metas? Quais serão os indicadores utilizados?

Prioridades:

- A internacionalização do ensino superior é uma prioridade na UFU?
- Quais são as prioridades em termos de internacionalização de serviços, ensino e pesquisa?
- Existe alguma área acadêmica priorizada? Graduação ou Pós-Graduação?
- Essas políticas incluem alguma prioridade geográfica?

Implementação:

- Qual é o papel da ASDRI na implementação da política de internacionalização?
- Como a ASDRI monitora as ações de internacionalização da UFU?

Razões:

- Quais são as 3 principais razões que têm levado a UFU a se internacionalizar?

Ações de internacionalização:**Principais ações:**

- Quais são as 3 (três) principais ações de internacionalização promovidas pela ASDRI?
- Qual dessas ações tem sido mais bem sucedida? Por quê?
- Quais outras ações serão implementadas no futuro?

Ações específicas:**Mobilidade de estudantes:**

- A UFU recebe estudantes de universidades estrangeiras? ☐ sim ☐ não
- Se sim, quantos? _____

- Qual a origem desses estudantes?
- Qual curso eles freqüentam?
- A UFU envia estudantes para universidades estrangeiras? ☐ sim ☐ não
- Se sim, quantos? _____
- Qual o destino mais comum desses estudantes? _____
- Qual curso eles freqüentam?

Mobilidade de professores:

- UFU recebe professores de universidades estrangeiras? ☐ sim ☐ não
- Se sim, quantos? _____
- Qual a origem desses professores?
- Qual curso eles freqüentam
- UFU envia professores para universidades estrangeiras? ☐ sim ☐ não
- Se sim, quantos? _____
- Qual o destino mais comum desses professores?
- Qual curso eles freqüentam?

Acordos (pesquisas e projetos conjuntos):

- A UFU possui acordos com instituições do ensino superior estrangeiras? [] sim [] não
- Quantos? _____
- Com quais instituições?
- Quais são os propósitos/objetivos desses acordos? (Intercâmbio de estudantes/professores, reforma curricular, execução de seminários e conferências, pesquisa conjunta).

DADOS QUANTITATIVOS:

- i. Número de convênios/ cooperação internacional
- ii. Número de intercambistas/ países/ escolas
- iii. Quantidade de alunos/ professores/ administradores
 1. Formas de acordos/intercâmbios existentes
- iv. Convênios mais bem sucedidos
- v. Escolas que fornecem duplo diploma

Quais dessas ações têm sido mais privilegiadas no processo de internacionalização da UFU?

O processo de internacionalização se dá de maneira diferente entre a graduação e a pós-graduação? Como? Por quê?

Obstáculos/Resistência:

- Há alguma resistência ao processo de internacionalização? Se sim, de onde vem essa resistência? (Estudantes, professores e/ou administradores).

- Quais os dois principais obstáculos enfrentados pela UFU no que diz respeito à internacionalização? (Falta de uma política ou estratégia bem definida, falta de apoio financeiro, dificuldades administrativas, existência de outras prioridades).

Benefícios e riscos da internacionalização:**Benefícios:**

- Na sua opinião, quais são os três principais benefícios da internacionalização da UFU?

Riscos:

- Em sua opinião, quais são os três principais riscos da internacionalização?

Políticas nacionais e regionais para internacionalização:

- Como o Sr./Sra. Avalia o papel do MEC, CAPES, CNPq e outros organismos (estaduais, nacionais e/ou estrangeiros) no processo de internacionalização do programa?
- Quais as instituições (nível nacional e/ou estadual) têm apoiado as ações de internacionalização do programa?
- Quais as ações de internacionalização do programa utilizam/se beneficiam dos programas de apoio existentes?
- As ações de internacionalização do programa ocorrem no âmbito de acordos firmados entre o Brasil e outros países?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista para Pró-reitores**PRÓ-REITORES****(GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO e PESQUISA)**

Nome: _____ **Data:** ____/____/____

Pergunta introdutória:

- O que o(a) senhor(a) entende por “Internacionalização das Instituições de Ensino Superior”?
- Como o senhor(a) avalia a questão da Internacionalização das Instituições de Ensino Superior?

1) Políticas de Internacionalização:**1.1) Formulação:**

- Há uma política formal de internacionalização da UFU como um todo? Se sim, qual é essa política?
- Essa política de internacionalização foi formalizada em termos de documento?
- Como se deu o processo de definição de tal política?
- Qual é o papel da pró-reitoria na formulação da política de internacionalização da UFU?

1.2) Prioridades:

- A internacionalização do ensino superior é uma prioridade na UFU?
- Quais são as prioridades em termos de internacionalização de serviços, ensino e pesquisa?

- Existe alguma área acadêmica priorizada? Graduação ou Pós-Graduação?
- Essas políticas incluem alguma prioridade geográfica?

1.3) Implementação:

- Qual é o papel da pró-reitoria na implementação da política de internacionalização?

2) Razões:

- Quais são as 3 principais razões que têm levado a UFU a se internacionalizar?

3) Ações de internacionalização:

3.1) Principais ações:

- Quais são as 3 (três) principais ações de internacionalização promovidas pela pró-reitoria?
- Qual dessas ações tem sido mais bem sucedida? Por quê?
- Quais outras ações serão implementadas no futuro?

3.2) Ações específicas:

- Mobilidade de estudantes:
 - Em relação a essas ações, o senhor acredita que exista alguma outra informação que não apenas aquelas compiladas pela ASDRI e disponibilizadas no site da UFU?
 - A UFU recebe estudantes de universidades estrangeiras? Se sim, quantos? Qual a origem desses estudantes? Qual curso eles frequentam?

- A UFU envia estudantes para universidades estrangeiras? Se sim, quantos?
Qual o destino mais comum desses estudantes? Qual curso eles frequentam?
- Mobilidade de professores:
 - A UFU recebe professores de universidades estrangeiras? Se sim, quantos?
Qual a origem desses professores? Qual curso eles frequentam?
 - A UFU envia professores para universidades estrangeiras? Se sim, quantos? Qual o destino mais comum desses professores? Qual curso eles frequentam?
- Acordos (pesquisas e projetos conjuntos):
 - A UFU possui acordos com instituições do ensino superior estrangeiras? Quantos? Com quais instituições?
 - Quais são os propósitos/objetivos desses acordos? (Intercâmbio de estudantes/professores, reforma curricular, execução de seminários e conferências, pesquisa conjunta).

DADOS QUANTITATIVOS:

- v. Número de convênios internacionais/ escolas
- vi. Quantidade de alunos/ professores/ administradores
 - 1. Formas de acordos/intercâmbios existentes
- vii. Quem são os parceiros internacionais
- viii. Instituições que oferecem co-tutela

- Quais dessas ações têm sido mais privilegiadas no processo de internacionalização da UFU?

5) Benefícios e riscos da internacionalização:

5.1) Benefícios:

- Na sua opinião, quais são os três principais benefícios da internacionalização da UFU?

5.2) Riscos:

- Na sua opinião, quais são os três principais riscos da internacionalização?

6) Políticas nacionais e regionais para internacionalização:

- Como o(a) Sr.(Sra.) avalia o papel do MEC, CAPES, CNPq e outros organismos (estaduais, nacionais e/ou estrangeiros) no processo de internacionalização do programa?
- Quais as instituições (nível nacional e/ou estadual) têm apoiado as ações de internacionalização do programa?
- Quais as ações de internacionalização do programa utilizam/se beneficiam dos programas de apoio existentes?
- As ações de internacionalização do programa ocorrem no âmbito de acordos firmados entre o Brasil e outros países?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista para coordenadores e diretores de cursos

Nome: _____ **Data:** ____/____/____

Pergunta introdutória:

- O que o(a) senhor(a) entende por “Internacionalização das Instituições de Ensino Superior”?
- Como o senhor(a) avalia a questão da Internacionalização das Instituições de Ensino Superior?

2) Políticas de Internacionalização:**1.1) Formulação:**

- Há uma política formal de internacionalização da de sua unidades acadêmica? Se sim, qual é essa política?
- Essa política de internacionalização foi formalizada em termos de documento?
- Como se deu o processo de definição de tal política?

1.2) Prioridades:

- A internacionalização do ensino superior é uma prioridade na em sua undiade acadêmica?
- Quais são as prioridades em termos de internacionalização de serviços, ensino e pesquisa?
- Essas políticas incluem alguma prioridade geográfica?

1.3) Implementação:

- Qual é o de sua coordenação (diretoria) na implementação da política de internacionalização?

2) Razões:

- Quais são as 3 principais razões que têm levado a UFU a se internacionalizar?

3) Ações de internacionalização:

3.1) Principais ações:

- Quais são as 3 (três) principais ações de internacionalização promovidas pela proreitoria?
- Qual dessas ações tem sido mais bem sucedida? Por quê?
- Quais outras ações serão implementadas no futuro?

3.2) Ações específicas:

- Mobilidade de estudantes:
 - Em relação a essas ações, o senhor acredita que exista alguma outra informação que não apenas aquelas compiladas pela ASDRI e disponibilizadas no site da UFU?
 - A UFU, no caso sua unidade acadêmica, recebe estudantes de universidades estrangeiras? Se sim, quantos? Qual a origem desses estudantes? Qual curso eles frequentam?
 - A UFU, no caso sua unidade acadêmica, envia estudantes para universidades estrangeiras? Se sim, quantos? Qual o destino mais comum desses estudantes? Qual curso eles frequentam?

- Mobilidade de professores:
 - A UFU, no caso sua unidade acadêmica, recebe professores de universidades estrangeiras? Se sim, quantos? Qual a origem desses professores? Qual curso eles freqüentam?
 - A UFU, no caso sua unidade acadêmica, envia professores para universidades estrangeiras? Se sim, quantos? Qual o destino mais comum desses professores? Qual curso eles freqüentam?
- Acordos (pesquisas e projetos conjuntos):
 - A UFU, no caso sua unidade acadêmica, possui acordos com instituições do ensino superior estrangeiras? Quantos? Com quais instituições?
 - Quais são os propósitos/objetivos desses acordos? (Intercâmbio de estudantes/professores, reforma curricular, execução de seminários e conferências, pesquisa conjunta).

DADOS QUANTITATIVOS:

- ix. Número de convênios internacionais/ escolas
- x. Quantidade de alunos/ professores/ administradores
 - 1. Formas de acordos/intercâmbios existentes
- xi. Quem são os parceiros internacionais
- xii. Instituições que oferecem co-tutela
- Quais dessas ações têm sido mais privilegiadas no processo de internacionalização da UFU?

6) Benefícios e riscos da internacionalização:

5.1) Benefícios:

- Na sua opinião, quais são os três principais benefícios da internacionalização da UFU?

5.2) Riscos:

- Na sua opinião, quais são os três principais riscos da internacionalização?

6) Políticas nacionais e regionais para internacionalização:

- Como o(a) Sr.(Sra.) avalia o papel do MEC, CAPES, CNPq e outros organismos (estaduais, nacionais e/ou estrangeiros) no processo de internacionalização do programa?
- Quais as instituições (nível nacional e/ou estadual) têm apoiado as ações de internacionalização do programa?
- Quais as ações de internacionalização do programa utilizam/se beneficiam dos programas de apoio existentes?
- As ações de internacionalização do programa ocorrem no âmbito de acordos firmados entre o Brasil e outros países?

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista para Assessora de Relações Internacionais nova Gestão (2009-2012)

Nome: _____ **data:** ____/____/____

1. O que a Sra. Entende por internacionalização do ensino superior?
2. Como a sra. avalia atualmente o nível de internacionalização da UFU?
3. Quais seriam as 3 principais razões para a UFU se internacionalizar?
4. 2 dos 3 candidatos a reitores nas últimas eleições em setembro de 2008, ao serem questionados sobre o que eles consideravam de melhor e de pior na então administração (Prof^o Arquimedes) citaram o aumento da do conhecimento da UFU no cenário nacional e internacional como o que de melhor aquela administração havia feito. Como a Senhora vê essa questão?
5. O seu histórico profissional mostra que já há alguns anos, a senhora está sempre envolvida ou á frente de algum projeto de cooperação internacional, inclusive a própria ASDRI na data de sua fundação em 2005. Como é voltar à frente da assessoria nesse momento, depois de 2 anos?
6. Quais as principais ações e estratégias que deverão ser utilizadas na continuidade e ampliação desse trabalho da Internacionalização da UFU?
7. Como está o atingimento das metas propostas para o REUNI 2008?